

**ESPAÇOS DE VIDA
E PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO**

PARA UMA ESTRATÉGIA DE FUTURO
DA REGIÃO DAS BEIRAS

1992

Manuel Viegas Abreu

Professor da Universidade de Coimbra
Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro

Coimbra
1993



Manuel Viegas Abreu nasceu em 1936, na cidade de Olhão.

Licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas na Universidade de Coimbra e em Psicologia na Universidade Católica de Lovaina, onde estagiou, de 1964 a 1968, como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian.

É Professor Catedrático da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e, desde Fevereiro de 1992, exerce funções de Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro.

Fez parte, de 1983 a 1987, da Comissão Regional do Centro para o Ensino Técnico-Profissional e, de 1987 a 1990, integrou a equipa pedagógica que na Região Centro orientou o *Curso de Jovens Agentes de Desenvolvimento Local (JADES)*.

Membro de diversas associações científicas, nacionais e estrangeiras, é, presentemente, Presidente da *Sociedade Portuguesa de Psicologia* e membro do *Conselho Nacional de Psicólogos*.

«O desenvolvimento não é uma questão exclusivamente do foro económico; ele é antes de mais um problema social, com cambiantes económicas, técnicas, políticas, culturais, institucionais... Por isso é determinante a eficiência da coordenação de todos esses aspectos...»

Luis Valente de Oliveira
Desenvolvimento e Administração do Território,
Lisboa, 1986.

ISBN
Dep. Legal

972-569-041-9
64 321/93

FICHA TÉCNICA

Título: ESPAÇOS DE VIDA E PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO
PARA UMA ESTRATÉGIA DE FUTURO DA REGIÃO DAS BEIRAS

Responsável pela edição:
Eng^o António José Cardoso

Capa: Vítor Duarte

Composição e concepção gráfica:
Vítor Duarte

Offset: *Fotografia e Montagem* – Adelino Bandeira
Transporte – Adelino Bandeira e Joaquim Felício
Impressão – Joaquim Felício

Edição e Distribuição:

CCRC – COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO
Rua Bernardim Ribeiro, 80 3000 COIMBRA
Telefone: (039) 400198/9 Fax: (039) 701657

**ESPAÇOS DE VIDA
E PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO**

**PARA UMA ESTRATÉGIA DE FUTURO
DA REGIÃO DAS BEIRAS**

1992

Manuel Viegas Abreu

Professor da Universidade de Coimbra
Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro

**Coimbra
1992**

APRESENTAÇÃO

1. Quando nos entregamos a uma tarefa com intensidade ou quando por ela nos deixamos apaixonar voa o tempo num instante, sem darmos conta da sucessão rápida dos trabalhos e dos dias, tão envolventes são as actividades, o seu planeamento, execução e sequência. Foi assim que, num ápice, passou um ano sobre o início, em 31 de Janeiro de 1992, do "serviço prestado à comunidade" como Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro.

A multiplicidade e a diversidade de empreendimentos a acompanhar, de iniciativas a promover e de projectos a preparar, poucas interrupções ou intervalos deixaram para reflectir e consciencializar o rapidíssimo transcurso do tempo. E esses espaços de "suspensão reflexiva" ou de "libertação" parecem ser imprescindíveis não para travar ou inibir a acção mas, pelo contrário, para procurar "dominar" ou "controlar" a corrida ininterrupta dos acontecimentos, para analisar com mais demora os problemas e dificuldades já identificados e seleccionar as soluções mais adequadas. E apesar deste esforço de planeamento e de antecipação, o *mistério* ou o *dinamismo incógnito da vida* confronta-nos com eventos inesperados e imprevisíveis que surpreendem até mesmo os mais previdentes ou os que se encontram equipados com elaboradas tecnologias de informação ou com o elenco de cenários de conceituadas prospectivas.

Cabe a este propósito referir que a Ciência e a Tecnologia constituem, hoje, instrumentos fundamentais a que o Homem não poderá deixar de recorrer para se apoiar na resolução de problemas da sua sobrevivência ou aliviar situações dolorosas da sua existência quotidiana; mas importa igualmente anotar que os progressos do conhecimento científico e tecnológico não poderão nunca evitar que o Homem seja surpreendido com novos problemas que a Natureza e o dinamismo da vida incessantemente geram. Continuando a contar com a Ciência e a apostar nas condições favoráveis ao desenvolvimento da investigação científica e à difusão dos seus resultados, importa guardar uma atitude de relatividade e de abertura, que é condição de plasticidade e de criatividade perante a emergência do desconhecido ou de dificuldades novas. No "espaço – tempo" do contexto de vida que atrás esboçámos a traços largos, importa por vezes registar, sob forma escrita, alguns pontos de referência ou linhas orientadoras de acção susceptíveis de servirem como instrumentos de pilotagem e de guia regulador da *marcha* ou, mais apropriadamente, da *corrida de fundo*.

Ao longo de 1992, fomos solicitados a fazer um conjunto de intervenções para as quais preparámos textos escritos ou apenas breves notas ou esquemas orientadores que foram rapidamente transpostos sob forma discursiva por decisão própria ou a pedido.

Considerámos que poderia ser útil reunir essas intervenções em volume, não tanto para fugir à voragem do tempo, como principalmente para *memória e uso próprio*, funcionando algumas ideias expostas como bússola orientadora e reguladora da actividade quotidiana.

2. O conceito de *espaço de vida* utilizado no título do volume merece ser explicitado, de forma a clarificar o sentido e o relevo que lhe atribuímos. Refira-se, em primeiro lugar, que o conceito de espaço de vida é retomado da *Psicologia Topológica e Dinâmica* de Kurt Lewin, o fundador, juntamente com outros investigadores da Universidade de Berlim, da *Gestalttheorie* ou "Teoria da Forma" e que, tal como um grande número deles, foi obrigado a fugir, devido às suas origens judaicas, das perseguições do "national-sozialismus" hitleriano, expandindo e renovando nos Estados Unidos os estudos da Psicologia Social segundo perspectivas teóricas e metodológicas inovadoras, que incluíram a *identificação dos factores de resistência à mudança* e dos processos da respectiva superação, a experimentação sobre os *tipos de liderança e dinâmica de grupos*, e a renovação conceptual respeitante à *investigação-acção* ou à ligação intrínseca entre *teoria, investigação e prática*.

No conceito de *espaço de vida* está naturalmente incluído o conceito de *pessoa* como agente de percepção, de valorização e de acção. As pessoas não se desenvolvem no isolamento, mas em interacção com *situações* significativas que constituem o seu *campo psicológico* ou o seu *espaço de vida*. Numa formulação próxima, Ortega y Gasset afirmou que "Eu sou Eu e as minhas circunstâncias". Com efeito, cada um de nós não é apenas a resultante da "herança genética" que recebeu dos progenitores no momento da concepção, ao contrário do que pretendem as teorias inatistas da personalidade, mas não é também a resultante de factores externos ou ambientais, ao contrário do que pretendem as teorias behavioristas de origem americana ou concepções sociologizantes de inspiração sobretudo europeia. Por conseguinte, cada pessoa e o seu comportamento são resultantes de uma *rede de relações* entre esses dois componentes – o que deriva dos factores hereditários e o que resulta da influência das condições concretas da existência histórico-geográfica. Na formulação de Ortega y Gasset, essa *rede* está designada pela conjunção *e, elemento de ligação* entre o *Eu* e *as circunstâncias*. Em Kurt Lewin, a *rede de interacções* é a textura do espaço de vida.

As potencialidades de desenvolvimento da *pessoa* concretizam-se por intermédio das suas relações com o mundo. É nele que se entrecruzam as tensões dinâmicas decorrentes das motivações das pessoas e dos grupos bem como as que decorrem das valências que no campo são percebidas, influenciando as acções e a elaboração de projectos. É o dinamismo potencial dos projectos que persistentemente subjaz à planificação, mobilização de meios e execução de um conjunto articulado de actividades intermediárias até à obtenção do objectivo ou da meta almejada que, corporizando-se na concretização do projecto, envolve frequentemente uma mudança ou uma reestruturação do espaço de vida. É nesta medida que podemos afirmar que o

destino do homem está intrinsecamente ligado ao destino dos seus espaços de vida e do seu desenvolvimento.

A este propósito, importa referir que, nas ciências sociais e humanas, a análise atomística, elementarista e estática da realidade tem vindo a ser progressivamente substituída pela análise estrutural e dinâmica, sistémica e interactiva. Este modo sistémico e interactivo de analisar a realidade é igualmente adequado à planificação de projectos e à metodologia da sua execução.

É nesta linha de pensamento que se inscrevem as opções, reflexões e intervenções que, no decurso de 1992, fomos solicitados a realizar no exercício das funções de Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro e de que apenas algumas, por terem exigido formulação escrita ou discursiva, ficam aqui registadas.

A sequência ou a arrumação das intervenções na publicação podia ter sido ordenada por critérios de afinidade temática. Optámos pelo critério cronológico por nos parecer que facilitaria a correspondência com a sucessão dos acontecimentos e das intervenções realizadas. O leitor poderá, porém, encontrar, com facilidade, as afinidades temáticas existentes entre diversas intervenções e agrupá-las em conformidade.

As reflexões expostas no último trabalho do volume constituem um *ensaio* de formulação de ideias que ao longo do ano fomos esboçando em contacto com diversas situações em que os temas em análise foram abordados. A complexidade, a delicadeza e a relevância das questões relacionadas com o processo da regionalização exigem que as reflexões expostas sejam retomadas, ampliadas e aperfeiçoadas. Decidimos publicá-las agora como forma de contribuir, desde já, para uma análise serena e sistemática das questões em apreço, a partir de diversas perspectivas, de que destacamos aqui duas: a perspectiva da expansão e aprofundamento da participação dos cidadãos e, por conseguinte, do aperfeiçoamento do regime democrático, por um lado, e, por outro, a perspectiva do reforço e da afirmação da identidade nacional a partir do reconhecimento e da promoção das identidades regionais.

Coimbra, Fevereiro de 1993

A handwritten signature in black ink, reading "Manuel Viegas Abreu". The signature is fluid and cursive, with a long horizontal flourish extending to the left of the name.

UM DESAFIO MOTIVADOR (*)

Senhor Ministro do Planeamento e Administração do
Território, Prof. Doutor Valente de Oliveira,
Digníssimas Autoridades Civas, Académicas, Militares e
Religiosas,
Minhas Senhoras e Meus Senhores
Meus Amigos,

Introdução

Desejo, antes de mais, agradecer o convite que V.Exa. me dirigiu para presidir aos destinos da Comissão de Coordenação da Região Centro. A presença de V.Exa. aqui hoje e as palavras que acaba de proferir, agradeço-as igualmente e interpreto-as como apreço pela Comissão de Coordenação e pela Região Centro, e também como sinal de inequívoco apoio e incentivo. Procurarei retribuir, esperando corresponder às expectativas de V.Exa. e da equipa governativa que dirige.

Desejo também agradecer a presença das Autoridades Civas, Académicas, Militares e Religiosas da Região, presença que exprime o apreço e o reconhecimento da acção desenvolvida pela CCRC e que é motivo de esperança no empenhamento das instituições que representam no esforço conjunto de modernização e de desenvolvimento integrado da Região Centro.

(*) Discurso proferido no acto de posse de Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, realizado em Coimbra, no dia 31 de Janeiro de 1992.

1. Aceitação de um desafio arriscado e motivador

Aceitar presidir à Comissão de Coordenação da Região Centro constitui um desafio a vários títulos arriscado, mas simultaneamente motivador.

Desafio arriscado e motivador, em primeiro lugar, porque o que está em jogo não é apenas a execução de uma tarefa complexa e de grande responsabilidade, mas uma estrutura, configuração ou sistema de tarefas diversas, centradas sobre a interacção da terra e das populações, do ordenamento do território e do desenvolvimento das pessoas e das comunidades que nele habitam e que com ele constituem uma unidade estrutural e funcional de vida. Sistema ou configuração de tarefas cuja execução envolve a *participação indispensável* de diferentes protagonistas, desde os titulares da administração local às próprias populações, desde as instituições de ensino, de formação e de investigação, às empresas e outros agentes económicos e respectivas associações.

Desafio difícil mas mobilizador, em segundo lugar, porque as perspectivas dos diferentes protagonistas sobre os problemas a equacionar e sobre as estratégias de intervenção a implementar nem sempre são convergentes, exigindo persistência e capacidade de auscultação, de diálogo e de ponderação com vista à clarificação crescente dos objectivos globais, à ultrapassagem dos obstáculos e ao avanço sequencial e faseado na resolução pragmática dos problemas, que a todos aproveite.

Desafio arriscado e motivador, por fim, porque a dinâmica da integração e da coesão europeias vem acrescentar às tarefas de planificação, execução e acompanhamento dos Programas Operacionais de Desenvolvimento Regional uma maior exigência de rigor e de qualidade nos processos, o que requer maior dedicação, empenhamento e disponibilidade, de forma a que os objectivos sejam alcançados e os prazos estabelecidos se cumpram.

2. Razões principais de aceitação: uma equipa competente e a natureza das tarefas centradas na resolução dos problemas.

Consciente dos riscos, das exigências e das responsabilidades das tarefas, aceitei o desafio que V.Exa. me propôs, por diversas ordens de razões de que destaco aqui apenas duas, por terem sido determinantes da decisão.

Em primeiro lugar, aceitei o desafio, porque sei que posso contar com um escol de pessoas, de sólida formação humana, intelectual e moral, de competência técnica já comprovada e amplamente reconhecida. Escol de pessoas que constitui uma equipa jovem, dinâmica, e, sobretudo, motivada para a reflexão e para a acção, arguta na identificação dos problemas e apta nos processos de escolha e delineamento das estratégias adequadas à resolução de problemas que o desenvolvimento local e regional coloca. Uma equipa identificada com os objectivos da instituição,

que vive o *espírito do desenvolvimento* local e regional, e identificada, sobretudo, com modelos de entusiasmo e de dedicação que os meus predecessores aqui deixaram, como semente de Cultura Organizacional fecunda e criadora, desde o Eng^o Manuel Engrácia Carrilho ao Eng^o Carlos Loureiro, passando naturalmente por essa figura de incansável organizador e dinamizador de equipas que é o Prof. Doutor Manuel Lopes Porto. Tendo trabalhado já com algumas dessas pessoas ao longo de quase três anos, de 1987 a 1989, num programa de formação de jovens agentes de desenvolvimento local, o conhecimento que então tive oportunidade de colher permite-me agora fundar na experiência então vivida este testemunho pessoal, que converge, de resto, com muitos outros testemunhos. Sei que posso contar com o apoio e a colaboração de todos nas tarefas de prosseguir e de construir o futuro, tarefa que, em conjunto, nos motiva.

A segunda razão determinante da aceitação reporta-se à natureza dos problemas a enfrentar e das tarefas a empreender. Trata-se de questões aliciantes que visam prioritariamente o desenvolvimento pessoal, interpessoal e comunitário e a sua articulação com o desenvolvimento regional e, por via deste, com o desenvolvimento global do País. Tanto na equação dos problemas como nas metodologias utilizadas nos ensaios da respectiva resolução, além de sensibilidade política, requer-se a complementaridade entre os dados da reflexão e da investigação, por um lado, e os dados colhidos na experiência de intervenções concretas, por outro; dito de modo diferente, na execução das tarefas de desenvolvimento é útil, se não mesmo indispensável, a circulação entre o *saber* e o *saber-fazer*, a íntima reciprocidade entre *teoria, investigação e prática*.

3. Principais eixos de actuação

Os contributos para a resolução dos problemas de desenvolvimento regional requerem uma consciência muito clara dos objectivos a atingir e dos meios e processos instrumentais a utilizar. Exigem igualmente a regulação contínua das estratégias escolhidas em função da avaliação dos resultados. Mas o sucesso das actividades programadas varia proporcionalmente com a participação das populações, com o empenhamento dos autarcas, com a capacidade da iniciativa dos actores e agentes de desenvolvimento local. Não há desenvolvimento regional sem participação efectiva das pessoas no processo de mudança qualitativa no sistema das suas relações com as "normas" culturais de grupo, com os outros e com as circunstâncias envolventes.

3.1. A colaboração com as autarquias

Neste contexto, o diálogo e o apoio técnico que a CCRC tem assegurado às autarquias da Região continuará a constituir um dos eixos principais da sua actuação no decurso deste ano de 1992. Cumpre assinalar, a este propósito, que no *Programa das Actividades da CCRC para*

1992 encontra-se estabelecido que esse apoio se desenvolve prioritariamente em torno de dois pontos concretos: o apoio à gestão do Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional a favor das autarquias locais, de forma a atingir os níveis de execução desejados, por um lado, e o acompanhamento da preparação da elaboração dos Planos Directores Municipais, por outro.

3.2. *A colaboração com os agentes económicos*

Idêntico entusiasmo será posto no diálogo com os empresários, com as Associações da Indústria e do Comércio, e com outras instituições representativas das actividades profissionais com vista a que se articulem objectivos, se harmonizem meios e interesses, se conjuguem projectos e esforços em benefício de todos.

Situa-se neste âmbito um vasto campo de iniciativas a analisar e a hierarquizar, de planos já esboçados a retomar (como o da criação de uma "Confederação das Associações Comerciais e Industriais da Região das Beiras") e de projectos novos a dinamizar, como seja, por exemplo, o da organização conjunta, em 1993, da Exposição das Beiras ou EXPOBEIRAS 93, que poderá ser, se todos quisermos, uma grande mostra das realidades e das potencialidades da Região.

De entre outras medidas concretas a encetar, neste domínio, salientarei a promoção de estudos em apoio directo às actividades produtivas, designadamente à criação dos BIC (Centros de Empresa e Inovação), o apoio à difusão das actividades do Eurogabinete, designadamente na organização da "Semana da Empresa", a dinamização de estudos e de Seminários de formação. Refiro, ainda, a apresentação de propostas de promoção das realidades e potencialidades da Região em exposições e em certames de impacto nacional, comunitário e internacional.

3.3. *A colaboração com os Institutos Politécnicos e com as Universidades no domínio da Investigação e Desenvolvimento*

Um outro eixo prioritário a que iremos dedicar especial atenção é o que diz respeito às relações do desenvolvimento regional com a investigação científica. É hoje crescentemente reconhecido que a resolução dos problemas do desenvolvimento regional exige cada vez mais uma abordagem científica, desde os problemas que se prendem com o abastecimento e a gestão da água até aos que se referem às telecomunicações, desde as questões relacionadas com as fontes energéticas, como o gasoduto, aos problemas da valorização das potencialidades humanas, da formação profissional e do aproveitamento e promoção do património paisagístico e cultural, passando por modalidades concretas de apoio às actividades produtivas.

Mantendo na Universidade de Coimbra as minhas funções de Professor e de Investigador, é compreensível que dedique ao intercâmbio com as restantes Universidades situadas na Região e com os Institutos Politécnicos uma atenção muito particular, não apenas em benefício do avanço dos planos de expansão e de equipamento dessas instituições científicas, mas sobretudo no que

diz respeito ao alargamento e aproveitamento da cooperação entre a investigação e o desenvolvimento.

4. Contributo para a afirmação da identidade da Região Centro

Antes de terminar, gostaria de esboçar algumas reflexões em torno da questão da identidade da Região Centro, questão que tenho por relevante, uma vez que, colocando-se no plano da *representação psico-social*, difundida pelos meios de difusão de informação e de opinião, é susceptível de influenciar atitudes, expectativas e comportamentos. Numa época em que pelas imagens se transmitem mensagens com repercussões no plano dos comportamentos de decisão, não nos podemos dar ao luxo de as descurar, cabendo-nos lançar sobre elas um olhar crítico.

A imagem que frequentes vezes se transmite da Região Centro refere-a situada entre duas outras regiões muito fortes, cuja atracção polarizadora tenderia a diluir a identidade própria da Região das Beiras. Entre a Região Norte, empreendedora e auto-confiante, semi-identificada com uma metrópole polarizadora de iniciativas e de investimentos, e uma Região do Vale do Tejo, sede da capital política do País, polo de atracção crescente de pessoas, serviços e das grandes infra-estruturas de dimensão nacional, a Região Centro aparece a muitos observadores como seriamente ameaçada de se esvaziar por efeito "quase físico" da atracção desses dois polos.

Trata-se, porém, de uma representação influenciada por "critérios de escala" menos adequados à apreensão da riqueza resultante da pluralidade de factores e de condições existentes e actantes na Região Centro e que são, sem dúvida, de perceptibilidade menos imediata, mas que asseguram à Região das Beiras uma identidade geo-humana, histórica e cultural, própria, radicada na solidez das Serras, à beira das quais a vida dos homens se foi radicando e roda, para utilizarmos a expressão de Augusto Gil, o Poeta da neve serrana, e que Miguel Torga retomou para a descrever. Desde a resistência Lusitana, as serras e as suas beiras têm constituído uma reserva de energia telúrica, centro dinâmico de uma placa giratória donde, em vagas sucessivas, têm partido à descoberta de novos mundos e ao encontro de culturas, gerações de portugueses, como de Belmonte, Pedro Álvares Cabral, e de Montemor-o-Velho, Fernão Mendes Pinto, e tantos outros que escuso aqui mencionar. Reserva de energia telúrica que, em conjugação com características geo-demográficas e potencialidades naturais e culturais, permite à Região Centro encarar confiadamente o futuro e protagonizar um novo modelo de desenvolvimento regional.

Um modelo sistémico de desenvolvimento que radique na organização de uma rede de relações, múltiplas e complementares, entre espaços sub-regionais diferenciados e cuja interacção acrescenta ao conjunto algo mais do que a simples soma das partes constituintes. Esse "algo mais" ou "valor acrescentado" deriva precisamente da nova configuração ou estrutura

global emergente da reciprocidade interactiva dos diversos centros urbanos de média dimensão existentes na Região. Com eles é possível tecer uma malha plural e polivalente de polos de desenvolvimento, susceptível de contribuir não apenas para o desenho do "novo mapa da estrutura urbana do País" mas, sobretudo, para a concretização do "novo modelo... da estrutura urbana que, na Região, melhor sirva o seu desenvolvimento" (Valente de Oliveira, 1992). Trata-se, em suma, de um modelo de desenvolvimento que incentiva o aparecimento de centros urbanos de média dimensão sem os inconvenientes das grandes áreas metropolitanas, e que, por isso, preserve a dimensão do Homem, projectado no Futuro, mas reconciliado com a sua própria condição de *Ser de Natureza* e de *Ser Criador de Cultura*.

A afirmação e a concretização deste modelo de desenvolvimento constitui um enorme desafio com que todos nos confrontamos. Com estes objectivos no horizonte, a harmonização dos interesses ou das actividades intermediárias torna-se mais fácil. Se o conseguirmos vencer, ganhamos todos. Ganha a Região e ganha o País. Esta é a esperança com que parto e que é, creio, partilhada por todos nós.

RESPEITO E ADMIRAÇÃO PELAS DIFERENÇAS (*)

Exm^o Senhor Wolfgang Muller Koelbl, Chefe da Delegação do Estado de Baden-Württemberg da República Federal Alemã

Exm^o Senhor Prof. Karl Dellile, Director do "Goethe Institut" de Coimbra

Exm^o Senhor Peter Richter, Director do Centro de Formação Profissional da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã

Exm^{as} Senhores Delegados

Minhas Senhoras e Meus Senhores

É para mim motivo de grande satisfação, como Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, receber aqui, na Cidade de Coimbra, jóia da Cultura Portuguesa e da Cultura Europeia, a delegação do Estado alemão de Baden-Württemberg, chefiada pelo Senhor Mueller-Koelbl.

A Visita à Região Centro da delegação do Estado alemão de Baden-Württemberg insere-se num programa de cooperação inter-regional que vem sendo concretizado desde há quase quatro anos. Hoje são já uma realidade algumas das intenções iniciais do protocolo de cooperação.

Importa, para o futuro, prosseguir o caminho já percorrido, alargando e aprofundando os laços de cooperação nos diversos domínios considerados: formação e transferência de tecnologia em matéria de qualidade ambiental e ordenamento do território, intercâmbio cultural e

(*) Alocução de boas-vindas da Delegação do Estado de Baden-Württemberg da Alemanha Federal que se deslocou à Região Centro, de 10 a 12 de Fevereiro de 1992.

cooperação nos domínios da investigação científica e desenvolvimento tecnológico, e reforço do intercâmbio empresarial.

Todos eles são domínios fundamentais no processo de implantação de projectos e de programas sectoriais de desenvolvimento da Região.

As diversas instituições e empresas que vão ter oportunidade de visitar e de conhecer directamente encontram-se empenhadas no esforço de desenvolvimento da Região e inseridas no projecto conjunto de modernização de Portugal. Estarão por isso receptivas aos benefícios decorrentes da cooperação que a vossa visita vem reforçar, e cujos resultados são seguramente mutuamente compensadores.

No processo de coesão europeia, de alargamento e de aprofundamento da União da Europa, o reforço da cooperação inter-regional constitui peça indispensável porque é por esta via que se conhecem as potencialidades das regiões, que se identificam os seus problemas e as suas aspirações. Mas é também por esta via que se conhecem as pessoas e se criam os laços de amizade e de solidariedade humana e cultural, no respeito e na admiração pelas diferenças, que constitui a herança e a riqueza espiritual da Europa.

Agradeço que transmita a Sua Excelência o Ministro Presidente do Estado de Baden-Württemberg os nossos melhores cumprimentos e uma mensagem muito afectuosa, em meu nome pessoal e em nome da Comissão de Coordenação da Região Centro de Portugal e, sobretudo, peça-lhe que lhe transmita o nosso firme desejo de que, em breve, possa deslocar-se a Portugal e à Região Centro, onde esperamos poder acolhê-lo com a hospitalidade tradicional dos Portugueses.

Formulo, por isso, os melhores votos pelo êxito da vossa visita e pelo aprofundamento da cooperação entre as nossas duas Regiões.

TAREFAS MÚLTIPLAS E DIVERSIFICADAS DO PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL À COOPERAÇÃO INTERREGIONAL E À CONSTRUÇÃO EUROPEIA (*)

1. O contexto envolvente

1.1. A construção da União Europeia, um projecto estável e dinamizador

Num contexto envolvente caracterizado por um ritmo acelerado de mudanças políticas, económicas e tecnológicas, com relevantes efeitos sociais e culturais, embora muitas vezes imprevisíveis, a *ideia* da construção da União da Europa, como espaço de vivência e de afirmação de *valores humanistas* na organização da Sociedade e dos Estados, orientada pelos princípios fundamentais da *participação* e da *responsabilização* dos cidadãos, continua a dinamizar um projecto estável que tem vindo progressivamente a consolidar-se e a expandir-se, de uma forma cuidadosamente preparada.

Apesar das crises "externas" e "internas" que têm acompanhado a marcha da União Europeia, de que são exemplos a guerra do Golfo, o desmembramento do Império Soviético e os conflitos armados entre os estados membros da ex-Jugoslávia, a persistência do projecto de construção da União da Europa justifica uma *atitude de optimismo metódico*, sustentado por um processo contínuo de análise das contingências e pela vontade partilhada de prosseguir.

(*) O presente texto constitui a introdução do *Programa de Actividades para 1992* da C.C.R.C., que foi apresentado ao Conselho da Região e ao Conselho Coordenador no início de Março de 1992. Na elaboração deste texto introdutório colaboraram o Dr. Alberto Santos e o Eng^o João Rebelo, Vice-Presidentes da C.C.R.C..

A despeito da gravidade, da celeridade e da imprevisibilidade das situações envolventes, as instituições da Comunidade Europeia têm revelado uma capacidade de posicionamento pautada por um grande equilíbrio e por uma atitude de ponderação e de diálogo construtivo, fundada no respeito pelos *direitos do homem* e pelas *regras da democracia* que importa dignificar e expandir.

O funcionamento democrático das instituições comunitárias tem assim constituído penhor de segurança, por um lado, e esteio de influência modeladora, por outro. Deste modo, a Europa poderá, num futuro próximo, encontrar-se ainda mais apta a actuar, de forma coesa, como potência influente e, por conseguinte, a tomar posições comuns, politicamente partilhadas, perante os grandes acontecimentos e questões mundiais.

É com idêntica atitude de confiança que a Comunidade Europeia encara os sinais, algo inquietantes, do radicalismo fundamentalista emergente em áreas geográficas próximas e com as quais existem laços históricos e culturais que importa preservar, sem pôr em risco o respeito recíproco pelo direito à diferença e pela dignidade do sentido da vida que as populações livremente escolhem e perfilham.

É igualmente numa atitude de confiante expectativa que deve ser encarado o desafio da concessão de apoios de natureza económica e tecnológica aos países do Leste Europeu, num movimento de solidariedade, de aperfeiçoamento e alargamento da *vivência do humanismo democrático*. Em simultâneo, o apoio aos processos de democratização e de desenvolvimento de múltiplos países de África e da América Latina não pode ser descurado. São tarefas de grande significado para o desenvolvimento humano e cultural das populações desses países, em que a Europa, pelos resultados até agora obtidos, tem a desempenhar um papel de primeiro plano, apresentando Portugal, neste domínio, vantagens comparativas reconhecidas.

Idêntica capacidade de iniciativa e de liderança tem a Europa de manifestar perante outras questões de âmbito universal, como é o caso da preservação da qualidade do ambiente, que pode equacionar-se como a questão da compatibilidade entre a exigência do progresso no crescimento económico, designadamente no crescimento industrial, e a exigência da salvaguarda das condições ambientais de vida.

1.2. *Uma tarefa para o futuro: O equilíbrio entre o Desenvolvimento Económico e a Preservação da Natureza*

A ameaça que paira sobre o Planeta é, em primeiro lugar, uma ameaça à vida e, por conseguinte, ao próprio homem. O preço a pagar pela exploração e transformação "descontrolada" dos recursos naturais pode vir a ser muito elevado, caso não haja a clarividência e a coragem indispensáveis à identificação de vias alternativas de desenvolvimento.

Constitui, de facto, tarefa inadiável, a convergência de esforços e de meios susceptíveis de se gizarem soluções diversificadas, novas formas de desenvolvimento que compatibilizem as

actividades produtivas, a satisfação de necessidades humanas e as exigências de preservação do ambiente.

É imperioso que se caminhe a passos decididos no processo de consciencialização da *unidade de destino* do Homem e do Mundo, e, por conseguinte, para a formulação de novas modalidades da relação do Homem, criador de Cultura, de Ciência e de Técnicas, com a Natureza de que ele faz parte integrante.

Urge difundir até ao plano dos comportamentos comuns e quotidianos, uma nova perspectiva acerca das relações ou das interações do Homem e da Natureza, de forma a superar as limitações de uma concepção dicotómica e mecanicista em que o Mundo é perspectivado como *objecto exterior* ao Homem, como coisa a explorar e a modificar para seu benefício exclusivo. É certo que o esforço do desenvolvimento visa, prioritariamente, a satisfação das necessidades do Homem, mas encontra-se já suficientemente demonstrado que não há desenvolvimento económico, social e humano que se processe contra o ambiente natural. O desenvolvimento global do homem só se realiza pelo aperfeiçoamento das modalidades de interacção do homem e das suas circunstâncias de vida. Dito de outro modo, só é bom para o Homem o que for simultaneamente bom para a Natureza.

Mas também aqui, a identificação dos problemas e a análise sobre as estratégias a adoptar para a respectiva solução requerem e beneficiam de uma presença fortalecida pela união convergente de múltiplas vontades, encontradas na prática do diálogo e do processo partilhado de decisões no âmbito das instituições democráticas.

1.3. *A Interação dos Estados membros como pressupostos do sucesso da construção da União Europeia e a necessidade de recuperação de atrasos de desenvolvimento*

A concretização do projecto de construção de uma Europa protagonista na resolução de problemas de âmbito planetário, para ser conseguida e ter sucesso, requer a participação e o empenhamento dos diferentes Estados membros, o contributo e o compromisso de cada um deles na construção do projecto conjunto.

E para este efeito, para que cada Estado membro possa contribuir, na medida das suas potencialidades, no esforço comum, torna-se indispensável a recuperação de *atrasos de desenvolvimento* actualmente ainda existentes.

É exactamente a recuperação do atraso no desenvolvimento das potencialidades de certas regiões que constitui um dos principais objectivos da política comunitária após o tratado de Maastricht.

Portugal continuará a ter à sua disposição novos fundos e incentivos para ampliar e aperfeiçoar o esforço de desenvolvimento das suas estruturas de produção e de prestação de serviços, de forma a que elas possam no final do século contribuir equilibradamente para o esforço de alargamento e de aperfeiçoamento qualitativo da Europa. Para este efeito, Portugal

tem de afirmar as suas potencialidades específicas, a sua identidade, a sua personalidade geo-humana e cultural.

Com efeito, a riqueza dos grandes espaços decorre da afirmação e valorização da riqueza específica das diferentes partes constituintes. E este princípio, que é verdadeiro no processo de desenvolvimento da União Europeia, permitindo a riqueza que decorre da interacção de países diferenciados na economia, na língua, na paisagem e nas tradições culturais, é igualmente válido para o desenvolvimento de cada Estado membro.

1.4. *Da interacção no plano internacional à interacção no plano regional. A necessidade de afirmação da identidade regional para o processo eficaz de interacção*

A riqueza de cada nação decorre da interacção, do equilíbrio e da coesão que diversas regiões estabelecerem no processo de crescimento e de desenvolvimento. Deste modo, o reconhecimento e a afirmação das diferenças e a valorização e aproveitamento das potencialidades próprias de cada região constituem pressupostos fundamentais de uma estratégia consequente de desenvolvimento local e regional.

Neste contexto, surge-nos como tarefa prioritária subjacente a todas as actividades que constam do programa de actividades o reconhecimento, a afirmação e a difusão da identidade da Região Centro ou Região das Beiras, comparativamente às suas Regiões vizinhas.

O modelo de desenvolvimento adequado à Região Centro não pode, por conseguinte, ser um modelo imitado do modelo polarizador em torno das grandes metrópoles de Lisboa e do Porto. Com efeito, a realidade geo-humana da Região das Beiras aponta para um *modelo multipolar* centrado nas virtualidades da *interacção* das valências próprias dos diversos centros urbanos de média e pequena dimensão em que a Região é rica e das "mais valias" que dessa interacção decorrem para o conjunto. Há que caminhar resolutamente para a concretização deste *modelo interaccionista de desenvolvimento regional*, esbatendo "fantasmas" de domínio de uns centros sobre os outros, e perspectivando o percurso num horizonte temporal e espacial de maior dimensão e de maior eficácia.

2. **A integração do programa de actividades num modelo multipolar e interaccionista de desenvolvimento regional**

É na perspectiva de um modelo de desenvolvimento fundado na *identidade geo-humana e cultural* da Região das Beiras, assente na afirmação e na confiança das suas potencialidades e na vontade de apostar na globalidade da Região, superando individualismos e particularismos limitativos, que situamos o conjunto de tarefas que constituem o Programa de Actividades da CCRC para o presente ano de 1992. Nele avultam dois grupos ou duas categorias de actividades:

- a) o primeiro grupo envolve tarefas ligadas à execução ou ao acompanhamento de programas e projectos em que a Comissão se comprometeu, quer no âmbito das suas atribuições e competências quer no âmbito de solicitações que lhe foram dirigidas;
- b) o segundo grupo reporta-se às actividades de preparação do novo *Quadro Comunitário de Apoio*, cujo conteúdo, sob a modalidade de um novo *Plano de Desenvolvimento Regional*, há-de servir de base ao processo de negociação para aprovação do referido Quadro de Apoio e de referência às actividades a empreender na Região entre 1994 e 1998.

2.1. Acompanhamento da elaboração dos PDM

Das actividades que integram o primeiro grupo, merece ser salientado, em primeiro lugar, a que irá ser desenvolvida no acompanhamento da elaboração dos *Planos Directores Municipais* com vista ao processo da sua ratificação. Perante a importância que os PDM assumem no planeamento da ocupação do território e no desenvolvimento local, a conclusão dos PDM nos prazos marcados constitui um objectivo prioritário, estabelecendo-se como meta temporal para a sua concretização o final do 3º trimestre de 1992.

2.2. Gestão dos Programas Operacionais

Um outro desafio que importa, de igual modo, enfrentar com sucesso, diz respeito à gestão dos Programas Operacionais Regionais do Centro, do Pinhal Interior e da Raia Central. Tendo sido aprovados para o período de 1990-93, a sua execução envolve, no presente ano, uma verba global de 17,5 milhões de contos, com financiamento dos fundos comunitários, especialmente do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

2.3. Elaboração do PROT do Centro Litoral

Especial atenção irá igualmente merecer a elaboração do *Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro Litoral* (PROT Centro Litoral). Com efeito, concluído o PROT da zona envolvente das barragens da Aguireira, Coiço e Fronhas, concentrar-se-á o esforço necessário na elaboração do PROT Centro Litoral, sublinhando-se a necessidade de estabelecer a indispensável articulação entre o PROT e os PDM em elaboração, por um lado, e entre estes últimos, por outro. Sob este ponto de vista, o PROT do Centro Litoral pode e deve desempenhar um papel integrador no que diz respeito às redes de infraestruturas e equipamentos de carácter regional, bem como na preservação e valorização dos principais espaços e recursos naturais e paisagísticos.

2.4. Estudos Sócio-económicos

Um conjunto de tarefas indispensáveis à concretização das atribuições da CCRC reporta-se à realização de estudos e iniciativas similares de reflexão que se repercutem em iniciativas de apoio directo às actividades produtivas. Assim, na sequência de acções que transitam do ano anterior, proceder-se-á ao acompanhamento e apoio à criação dos 'Centros de Empresa e Inovação' (BIC – *Business Innovation Centers*) e prosseguir-se-á com a divulgação dos novos Programas inscritos no Orçamento das Comunidades e os apoios aos investidores. Ainda neste campo, cabe salientar, pela importância que reveste no âmbito da colaboração com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, as actividades desenvolvidas com vista à organização e publicação do *Catálogo do Artesanato da Região das Beiras*, bem como a organização da *Semana Europeia das Empresas*, em colaboração com o Eurogabinete.

2.5. Apoio ao reforço do tecido empresarial

Com vista ao *reforço do tecido empresarial da Região Centro* e à afirmação das suas potencialidades, iniciar-se-á um conjunto de actividades de estudo e de reflexão de forma a que, em colaboração com as Associações empresariais implantadas na Região, se torne possível ultrapassar os principais constrangimentos que até agora têm dificultado a emergência de uma grande organização de carácter regional neste domínio, encetando as diligências mais adequadas para relançar o projecto de uma Federação forte, capaz de empreender iniciativas de âmbito nacional e internacional.

2.6. Acompanhamento do Programa Ciência

No campo das competências inerentes ao exercício da presidência da Comissão Regional de Acompanhamento do Programa Ciência e das competências que lhe foram recentemente atribuídas, terá a CCRC de dispensar o apoio logístico e técnico ao processo de auditoria da execução das infra-estruturas de investigação científica e tecnológica. Esta execução é da responsabilidade dos candidatos seleccionados, pertencentes às Universidades de Coimbra, Aveiro, Beira Interior e do Instituto Politécnico de Castelo Branco, num conjunto de projectos que envolve uma verba de 3,5 milhões de contos, no decurso do triénio de 1991-93.

Ainda neste domínio das relações entre os estabelecimentos de ensino superior e de investigação sediados na Região e os projectos de desenvolvimento regional, irá a CCRC apresentar uma proposta de estabelecimento de laços de cooperação entre as Universidades e entre os Institutos Politécnicos e as Associações Empresariais, tendo como objectivo a criação de uma organização dedicada ao aproveitamento das potencialidades de intercâmbio entre as

instituições de investigação e de formação e as estruturas ligadas ao desenvolvimento local e regional.

2.7. *Ações na área da administração e gestão autárquica*

No que respeita ainda ao apoio técnico dado às autarquias, tanto no plano da administração como no plano da gestão financeira, cumpre salientar aqui as iniciativas tendentes à difusão das principais alterações que a publicação recente do *Código de Procedimento Administrativo* virá introduzir na Administração Pública Portuguesa, por um lado, e na organização de ações de formação sobre os novos regimes jurídicos dos *Loteamentos urbanos*, *Licenciamentos de obras particulares* e *Expropriações*, dadas a inovações introduzidas por estes recentes diplomas legais.

2.8. *Reflexão sobre as linhas principais da reestruturação dos GAT*

O papel relevante que os Gabinetes de Apoio Técnico têm desenvolvido como estrutura funcional indispensável à estratégia de planeamento e desenvolvimento local e regional e a actual situação de perplexidade quanto ao futuro em que um grande número dos GAT se encontra, impõem que se proceda, ainda no decurso deste ano de 1992, a uma reflexão sobre as vias mais aconselháveis para a sua reorganização estrutural e funcional.

Por outro lado, numa linha estratégica relativa à modernização administrativa, pretende a CCRC promover a melhoria qualitativa do seu funcionamento interno e de prestação de serviços, recorrendo para o efeito à utilização de novas tecnologias e procurando que a *qualidade*, a *competência* e a *eficácia* continuem a constituir as características de marca quer dos serviços que a Comissão presta quer do seu funcionamento interno.

2.9. *Cooperação inter-regional*

O projecto da construção da União Europeia tem vindo a suscitar um aumento de iniciativas de cooperação entre regiões, a que a CCRC tem procurado corresponder nos anos transactos e às quais irá continuar a dar a melhor atenção neste ano de 1992.

Em 1992, a definição de projectos inter-regionais, no quadro desta cooperação, deverá envolver principalmente os conjuntos de regiões agrupadas no chamado *Arco Atlântico* e na *Conferência das Regiões do Sul da Europa Atlântica*. No decurso deste ano deverão ser aprofundadas outras experiências de cooperação inter-regional já iniciadas no ano transacto, como é o caso da cooperação bilateral com o Estado de Baden Württemberg da República Federal da Alemanha e com a região dinamarquesa de Århus.

O volume de iniciativas e de solicitações neste campo do intercâmbio inter-regional produz, como é óbvio, um acréscimo de trabalho e de organização e tratamento de informações, que requer a racionalização dos meios afectos ao seu acompanhamento por intermédio da criação de uma estrutura funcional destinada a dar resposta às tarefas enunciadas.

2.10. *Organização de Seminários Temáticos*

No decurso de 1992, procurar-se-á o incremento das actividades de estudo e de reflexão sobre alguns problemas actuais do planeamento e do desenvolvimento local e regional, envolvendo não só especialistas dos vários sectores mas também diversos protagonistas e agentes de desenvolvimento. Encontra-se já em preparação a organização de *Seminários* nas seguintes áreas: *Florestas, Termalismo, Cultura, Património e Desenvolvimento, Fundos Comunitários: Balanço da sua aplicação na Região Centro e Perspectivas de desenvolvimento para o mundo rural.*

Importa igualmente salientar que a participação da CCRC em *Seminários, congressos e Colóquios internacionais* envolve frequentemente a apresentação de comunicações por parte dos técnicos da CCRC ou a sua participação efectiva na discussão e na avaliação dos trabalhos.

Cabe referir ainda nesta rubrica que será dispensada atenção especial à publicação regular da revista da CCRC, *Desenvolvimento Regional*, para além de outras iniciativas no domínio da edição de textos e de relatórios de estudo respeitantes à Região.

2.11. *Outras acções e estudos sectoriais sobre ordenamento do território*

Para além das actividades que os diversos serviços integrados na Direcção Regional do Ordenamento do Território se propõem realizar no decurso de 1992, importa referir, nesta introdução, algumas acções a realizar no domínio do ordenamento, designadamente o acompanhamento de estudos sectoriais sobre infra-estruturas, como o PRN, o TGV, o Gasoduto, com implicações sobre o planeamento do território e o desenvolvimento regional, equipamentos colectivos de interesse regional, programa de reabilitação urbana e bibliotecas municipais.

2.12. *A preparação do novo QCA*

O segundo grande grupo de actividades, que se reporta à preparação do novo *Quadro Comunitário de Apoio*, irá certamente mobilizar um grande número de técnicos e exigir a disponibilização de "períodos" exclusivamente dedicados ao estudo, ponderação e selecção das grandes opções a tomar, dos respectivos critérios fundamentadores e das estratégias a empreender. Os resultados deste conjunto articulado de actividades darão corpo ao novo *Plano de Desenvolvimento Regional*, cuja elaboração exigirá a realização de muitos estudos

especializados, quer por parte de técnicos da CCRC, quer por parte de instituições externas, mediante as vias legalmente instituídas para o efeito.

A possibilidade de um novo *Programa Ciência* obriga a que as instituições de Ensino Superior se encontrem em condições de apresentarem candidaturas às medidas programáticas para que se sintam vocacionadas, de forma a que aumente significativamente o número de projectos concorrentes e o volume financeiro destinado ao aperfeiçoamento das condições estruturais e funcionais das actividades de investigação e desenvolvimento da Região.

A preparação do novo Quadro Comunitário de Apoio constitui um dos principais desafios a que a CCRC irá ter de responder, pondo à prova as suas potencialidades técnicas de planeamento, de gestão e de selecção, com o apoio dos Municípios e de outras instituições de âmbito local, regional e central. Trata-se, sem dúvida, de uma tarefa fundamental a que a CCRC se entregará com entusiasmo e com a perspectiva de servir, dando um contributo para o desenvolvimento e valorização da Região das Beiras, designadamente para a melhoria qualitativa das condições de vida das comunidades.

DESENVOLVIMENTO PESSOAL E VOCACIONAL DOS JOVENS: PAPEL DA FAMÍLIA, DA ESCOLA E DOS SERVIÇOS DE PSICOLOGIA E DE ORIENTAÇÃO (*)

INTRODUÇÃO

Permitam-me que comece por agradecer o convite que a Comissão Organizadora desta Conferência Europeia "Pais e Escola, Parceiros na Orientação" teve a gentileza de me dirigir para participar, como conferencista português, conjuntamente com os representantes da "Royal Society of Arts" e da "Associação Europeia de Pais", a quem aproveito para apresentar as minhas saudações muito cordiais.

E permitam-me ainda que aproveite o ensejo para felicitar a "Associação para o Estudo e Prevenção da Violência" por esta iniciativa, tanto pela importância como pela oportunidade do tema que vai ser analisado no decurso da Conferência.

Com efeito, encontramos-nos num momento em que urge aprofundar e consolidar o processo de construção da Europa no caminho das metas apontadas pelo Tratado de Maastricht e pelas propostas que Jacques Delors, enquanto Presidente da Comunidade, apresentou num documento notável significativamente intitulado *Do Acto Único ao pós-Maastricht. Os meios para realizar as nossas ambições*.

A construção da Europa é hoje um projecto que mobiliza as aspirações, as energias e a vontade de milhões de cidadãos. É um processo em marcha que pode conhecer algumas

(*) Comunicação apresentada na Conferência Europeia "Pais e Escola, Parceiros na Orientação", que teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, de 23 a 25 de Março de 1992.

dificuldades de crescimento, de aprofundamento e de estabilização mas cujo dinamismo comporta em si potencialidades geradoras de novos patamares qualitativamente superiores.

E se a *identidade de cultura* e de *destino geo-histórico* já outrora uniu os povos europeus, importa reconhecer que volta a apoiar-se na cultura um dos pilares fundamentais do processo de aprofundamento da construção da nova Europa. Esclareço, de imediato, que a *identidade cultural*, longe de implicar homogeneidade, pressupõe, pelo contrário, o reconhecimento e o respeito pelas diferenças, pelas características específicas da sensibilidade de cada nação, pelo estilo próprio de cada povo atribuir sentido à vida, dentro do mesmo pano de fundo de valores e de ideais humanistas que constituem a *herança cultural da Europa* e o seu *capital de criatividade mobilizador e gerador de futuro*.

Na alocação que, na passada semana, dirigiu aos responsáveis pelos "Euro-Info-Centers" para as pequenas e médias empresas da Comunidade, Jacques Delors teve a oportunidade de afirmar que a *escolha do nosso tempo* para os cidadãos europeus é entre a aceitação dos riscos do *desafio* da construção da Europa e a aceitação do seu *declínio*.

Creio que a escolha está feita: ninguém aceita o declínio dos valores da tolerância e do respeito pela dignidade da vida humana, que passa por uma renovação conceptual das relações do Homem com a Natureza.

A presença de todos aqui, nesta Conferência Europeia, é testemunho de que a resposta adequada é a da aceitação do desafio da construção da Europa da Cultura, da afirmação e da transmissão dos valores da democracia e do modo humanista de ser e de estar no mundo.

REFLEXÕES EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO VOCACIONAL DOS JOVENS

1. Processo educativo e desenvolvimento da personalidade: escolha, renúncia e conflito

Gostaria de partilhar convosco algumas reflexões em torno do tema que aqui nos reúne, reflexões que se fundam em considerações de ordem teórica, por um lado, e em considerações de ordem prática, por outro, decorrentes da experiência de coordenação da actividade de psicólogos de orientação escolar e profissional nas escolas secundárias da Região Centro do País, experiência que teve o seu início em 1983 e que tem vindo a alargar-se progressivamente.

Em primeiro lugar, gostaria de propor à vossa consideração que as *actividades de orientação escolar e profissional não são extrínsecas ao processo educativo*. Embora distintas das actividades de ensino e de avaliação, as actividades de orientação escolar e profissional contribuem de forma significativa para a prossecução do objectivo fundamental do sistema educativo, que consiste no desenvolvimento global da personalidade dos alunos.

Com efeito, a formação integral dos jovens não dispensa a reflexão acerca das metas a alcançar, dos objectivos a atingir, do projecto que pretendem realizar na vida. Esta reflexão clarificadora acerca das metas desejadas exige um processo por vezes complexo de recolha e assimilação de informações sobre possibilidades de estudo e oportunidades de formação, processo que nem sempre é fácil, sobretudo quando dele depende uma tomada de decisão ou a efectivação de uma *escolha* que comporta sempre a *renúncia* a alternativas possíveis de ser, a renúncia a projectos de vida igualmente viáveis. Esta é uma das razões pelas quais o processo de escolha pode comportar uma dimensão conflitual, vivida por muitos jovens com alguma perplexidade. E é também uma das razões pelas quais o processo de informação e o processo de decisão devem ser preparados e acompanhados, com particulares cuidados, pelos jovens, pelos pais, pelos professores e pelos serviços de psicologia e de orientação integrados no sistema educativo.

2. Uma estratégia de motivação: construção do projecto de vida e valor instrumental dos estudos

Os Serviços de Psicologia e de Orientação Escolar poderão dar um contributo valiosíssimo na tarefa indispensável de clarificar para muitos jovens *o sentido da escola*, o sentido do prolongamento dos estudos ou da formação para além de um nível de aquisição de competências básicas.

Com efeito, se o processo de orientação escolar e profissional não for integrado na estrutura do currículo obrigatório de forma a permitir aos jovens reflectirem acerca do valor instrumental dos estudos e das escolhas que têm de efectuar no seu percurso escolar, poder-se-á correr o risco de o ensino obrigatório ser percebido como uma finalidade em si mesmo, como uma *exigência* que a sociedade impõe aos jovens por ter sido considerado útil para eles e para a comunidade. Mas a fundamentação da utilidade pessoal e comunitária do prolongamento dos estudos tem de ser assimilada e partilhada pelos protagonistas da aprendizagem e da formação.

Este é um pressuposto da sua motivação. A orientação escolar e profissional inserida no sistema educativo contribui para que os jovens percepcionem os estudos e as diversas vias de formação do sistema educativo não como um *fim* em si mesmo mas como um *meio* ou *instrumento* colocado à sua disposição com vista ao desenvolvimento das suas potencialidades e à construção do seu projecto de vida.

A percepção do estudo de diversas disciplinas na perspectiva do seu aproveitamento futuro, com vista à realização de um projecto de existência, que ultrapassa a própria escola – e, *à fortiori*, as exigências de curto prazo dos exercícios escolares e dos exames – para se situar num tempo mais distante para onde "o desejo de ser grande" de muitos jovens os projecta, poderá

contribuir para uma motivação mais persistente nas actividades escolares, na medida em que elas se enquadram como actividades intermediárias entre os sujeitos de aprendizagem e de formação, por um lado, e a realização das suas aspirações, das suas finalidades ou metas, por outro.

Neste contexto, é na percepção clara dos estudos como meios ou actividades intermediárias úteis à concretização de projectos de vida que repousa a atribuição de *sentido* e de *valor instrumental* à escola e aos estudos, que aparecem assim com *interesse mobilizador*.

Muitos jovens desmotivam-se das actividades de estudo porque não descortinam resposta à pergunta que formulam para si mesmos, mas que, muitas vezes, não ousam explicitar: para que serve estudar Química? Para quê estudar Pré-história? E Matemática? E Literatura? A resposta adequada não poderá remeter para o programa oficialmente estabelecido nem para a necessidade de passar nos exames. Referir que vale a pena estudar porque é obrigatório ou porque é necessário ser aprovado nos exames não constitui conteúdo de resposta adequada à exigência de *sentido* que os estudos devem revestir e que os próprios estudantes requerem.

O processo de orientação escolar e profissional integrado no sistema educativo tem o estudante como seu protagonista principal; é o estudante, naturalmente, o principal agente da elaboração do seu próprio projecto de vida, é ele quem auto-avalia as suas capacidades, os seus íntimos desejos, as suas profundas aspirações de ser. Mas neste processo de organização selectiva de informações, de auto-conhecimento e de construção de um projecto de vida, os jovens necessitam de apoios indispensáveis da família, dos professores e de serviços tecnicamente especializados de psicologia e de orientação. E torna-se indispensável ao sucesso educativo que a rede de relações entre pais, professores e psicólogos se aperfeiçoe e se aprofunde.

3. O impacte das transformações sociais no aumento das possibilidades de escolha: autonomia objectiva e autonomia subjectiva

Além de contribuir para o desenvolvimento pessoal e social dos jovens, a orientação escolar e profissional contribui também para o cumprimento de uma outra função fundamental do sistema educativo, que consiste na promoção da igualdade de oportunidades de acesso e de sucesso nos diversos níveis de formação.

Importa relembrar, a este propósito, que uma das características mais salientes da evolução das sociedades ocidentais reside, inquestionavelmente, no acréscimo significativo da mobilidade social, com a perda lenta mas progressiva do peso ou da influência da *situação familiar* como determinante da escolha da carreira profissional.

Longe vão os tempos em que os filhos de camponeses ou os filhos de militares, por exemplo, tinham só por isso o "destino" pré-determinado: com altíssima probabilidade, uns seriam camponeses e outros seguiriam a carreira das armas. O leque de possibilidades de escolha era reduzido ou inexistente. As condições de vida não permitiam alternativa. Da antiguidade até

meados do século XIX, a influência das condições de vida das famílias foi efectivamente determinante na escolha das actividades profissionais dos jovens. No decurso do século XX, um conjunto convergente de acontecimentos sociais, políticos, económicos e tecnológicos veio introduzir alterações muito sensíveis neste contexto. O peso da influência "passiva" das famílias diminuiu. A sociedade oferece aos jovens uma gama muito mais diversificada de vias de formação e de actividades profissionais pelas quais podem optar.

Em função do acréscimo e diferenciação de oportunidades, a *autonomia objectiva* dos jovens como actores e agentes de escolha entre as alternativas existentes tem vindo a acentuar-se.

Mas se a "libertação" dos jovens relativamente ao peso das condições familiares, no processo de escolha das vias de formação e de actividade profissional constitui, sem dúvida, um dado positivo desta evolução sócio-cultural, devemos, por outro lado, reconhecer que o acréscimo de autonomia no processo de escolha veio trazer um maior peso de responsabilidade, de complexidade e de ansiedade para muitos jovens. A *autonomia subjectiva* não é proporcional à *autonomia objectiva*.

Há, com efeito, muitos jovens para os quais a escolha coloca sérios problemas, designadamente para os jovens provenientes de famílias de estratos sócio-económicos mais baixos.

Os Serviços de Psicologia e de Orientação nas escolas, em colaboração sistemática com os pais e com os professores, podem ajudar a atenuar as dificuldades decorrentes do processo de assimilação selectiva da informação e, designadamente, do processo de escolha, contribuindo, deste modo, para que as decisões sejam tomadas com base em opções intrínsecas, fundadas no auto-conhecimento e na antecipação das probabilidades de sucesso do projecto de desenvolvimento pessoal.

Uma vez que as actividades de orientação escolar e profissional contribuem de forma intrínseca não apenas para o desenvolvimento intelectual e rendimento escolar dos jovens mas para o seu desenvolvimento psicológico global; que comporta também o desenvolvimento da sensibilidade estética e o desenvolvimento moral, elas devem ser executadas nas próprias escolas ou, pelo menos, muito próximos delas; em qualquer dos casos, sempre em estreita colaboração com os professores e com as famílias.

4. Alguns marcos significativos da evolução recente das actividades de orientação escolar e profissional em Portugal

Desde as primeiras décadas deste século, os países da Europa do Norte começaram a criar estruturas de apoio psicológico e psico-pedagógico destinadas aos alunos do ensino básico e do ensino secundário. Hoje, em alguns deles, há um capital de experiência e de investigação neste domínio que constitui uma base sólida de expansão e de aperfeiçoamento das estruturas existentes.

Comparativamente a estes países, também neste domínio Portugal se deixou atrasar durante décadas.

A esperança depositada na difusão pelo País de *estruturas regionais do Instituto de Orientação Profissional*, criado nos finais da década de vinte, em Lisboa, pelo Doutor Faria de Vasconcelos, não se concretizou. Sem meios financeiros e sem meios humanos, ausente a vontade política de introduzir inovações no sistema, as expectativas geradas em torno do I.O.P. acabaram por sair algo frustradas. No decurso da década de 70, as exigências de reforma dos ensinos básico e secundário levaram o I.O.P. a retomar o 'curso de peritos de orientação', destinado a professores já efectivos, cuja colocação se centrou em escolas da faixa litoral do país e, muito especialmente, em Lisboa, negligenciando o interior e os pequenos centros urbanos.

Só muito recentemente, já no decurso da década de oitenta, começaram a aparecer os primeiros sinais de alguma vontade política de inovar e de inserir no sistema educativo à *escala nacional* actividades sistemáticas conduzidas tecnicamente por especialistas formados pelas recém-criadas Faculdades de Psicologia e de Ciências da Educação.

Seria injusto não referir que, nesse grande *intervalo de estagnação*, algumas iniciativas ocorreram, embora de âmbito restrito e com carácter experimental, e algumas vozes se fizeram ouvir em defesa da inserção nas escolas de actividades de orientação escolar e profissional e de apoio psicológico e psicopedagógico. Entre elas, é justo referir as conclusões do *VI Encontro Nacional das Associações de Pais* de 1981, cujo item 6.41. passo a transcrever na íntegra: "*Que sejam criados lugares para psicólogos nas Escolas para ajudar os alunos na orientação escolar e se organize um sistema eficaz de informação profissional que lhes permita mais facilmente adaptar-se às necessidades da vida activa.*"

No ano seguinte, o VII Encontro das Associações de Pais apontava, nas respectivas conclusões, como uma das grandes carências do sistema educativo, a "*inexistência, na generalidade das Escolas, de equipas psico-socio-pedagógicas para a orientação educacional dos alunos*".

E na linha destas tomadas de posição, o Conselho Nacional do "Secretariado Nacional das Associações de Pais", reunido em Aveiro em Fevereiro de 1984, congratulou-se com o conteúdo do Relatório apresentado pela Comissão criada por despacho conjunto ME/MTSS nº 86/83, de 19 de Setembro, "considerando que o mesmo apontava a solução para um problema preocupante", identificado em reuniões anteriores daquele Secretariado.

A criação de núcleos de orientação escolar e profissional, proposta no referido *Relatório* de Janeiro de 1984, só muito recentemente viu a sua consagração legal, por intermédio da publicação do Decreto-Lei nº 190/91, de 17 de Maio (*Diário da República*, I Série), embora com alterações significativas de conteúdo estrutural e funcional.

Todavia, a partir de Novembro de 1983, deu-se início a uma experiência de integração de actividades de orientação escolar e profissional, de apoio psicológico e psicopedagógico, em algumas escolas do País, experiência que tem vindo todos os anos a alargar-se, contando neste

momento com cerca de 200 psicólogos a trabalhar num número equivalente de escolas secundárias.

Por inexistência de estruturas adequadas no sistema educativo para o enquadramento, acompanhamento e avaliação das actividades dos psicólogos, foram essas tarefas atribuídas aos "Núcleos de Orientação Escolar e Profissional" das Faculdades de Psicologia e de Ciências da Educação de Coimbra, de Lisboa e do Porto.

É com base na experiência colhida como coordenador do NOEP da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação de Coimbra que me apoio nas considerações que aqui vos apresento, tendo por base as actividades desenvolvidas pelos psicólogos que têm trabalhado nas Escolas Secundárias da Região Centro do País.

Permitam-me que refira aqui a situação precária em que os psicólogos têm trabalhado, sem que, até agora, se tenha legislado sobre a estruturação da carreira de psicólogo no âmbito do sistema educativo. O Decreto-Lei que criou os Serviços de Psicologia e de Orientação, há pouco referido, estipula que, três meses depois, será publicado diploma legal sobre a carreira de psicólogo. O período de tempo aí indicado encontra-se já ultrapassado. A ausência de perspectiva de carreira estável tem influenciado a opção de um elevado número de psicólogos no sentido de saírem do sistema educativo, preferindo a actividade em empresas privadas ou, mesmo, em instituições públicas com garantia de uma maior estabilidade e expectativa de progressão na carreira. Escuso sublinhar a perda que esta situação significa, referindo que, deste modo, se retiram do sistema educativo profissionais que nele adquiram conhecimentos, competências técnicas e organizativas, que seriam muito úteis às actividades de formação dos jovens.

A mudança qualitativa do sistema educativo passa prioritariamente pela concretização de um conjunto de medidas com impacto no "campo real" do quotidiano das escolas, entre as quais a inserção de facto dos Serviços de Psicologia e de Orientação, por um lado, e a regulamentação correspondente da carreira de psicólogo, por outro. A prioridade conferida à melhoria qualitativa do sistema educativo exige a preparação e a execução destas medidas. Trata-se de uma condição imprescindível para podermos continuar a contar com profissionais competentes, motivados e comprometidos nas tarefas de modernização e de humanização das nossas escolas, e garantia de intercâmbio entre as escolas, as famílias e o mundo das actividades profissionais.

5. Da teoria relacional da motivação e da personalidade a um modelo de prática construtivista e relacional

O estilo ou o modo de actuação dos psicólogos que têm trabalhado nas Escolas Secundárias da Região Centro funda-se numa concepção geral da motivação humana e da personalidade, e das condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Refiro-me à *Teoria Relacional da Motivação e da Personalidade* que, na linha de Kurt Lewin, Henri Murray e R. Woodworth, foi desenvolvida por Joseph Nuthin, Professor da Universidade de Lovaina.

No contexto da teoria relacional, todo o comportamento é perspectivado como um sistema de relações do sujeito com o seu mundo, com as suas circunstâncias ou situações de vida, sendo a personalidade concebida como uma *estrutura funcional sujeito-mundo*, em que nenhum dos pólos tem "realidade psicológica" autónoma.

Com base nestes princípios teóricos, empiricamente fundamentados, a prática psicológica não pode centrar-se exclusivamente sobre o comportamento individual, nem descurar a análise das situações, a identificação da rede de interações que se estabelecem entre o sujeito e outras figuras significativas do seu *campo psicológico*, a avaliação do modo como o sujeito é por ele afectado e do sentido que lhe atribui.

Por esta razão, o psicólogo na escola terá de ser capaz de proceder a uma avaliação da comunidade escolar, das interações que a constituem, do modo como os seus objectivos são representados e protagonizados. Se a personalidade se constitui e se desenvolve em interacção com o mundo, não se compreendendo sem ele, com mais forte razão os processos psicológicos mantêm entre si relações recíprocas, que só por dificuldades inerentes à metodologia analítica se separam. De facto, na realidade psicológica, os processos cognitivos interagem com os processos motivacionais e afectivos, o processo de desenvolvimento vocacional, p.ex., não está desligado do processo de desenvolvimento intelectual ou desenvolvimento da identidade pessoal. Deste modo, o psicólogo não pode separar, na formulação das suas estratégias de intervenção prática, o que na realidade comportamental se encontra integrado numa unidade dinâmica e funcional. Trata-se de tentar transpor para a prática psicológica a complexidade e a interacção de que o comportamento de cada sujeito é constituído. Isto significa que os programas de desenvolvimento vocacional não devem descurar os programas de desenvolvimento cognitivo e de promoção do sucesso educativo, integrando, por exemplo, estratégias de motivação para as aprendizagens e aquisição de competências de estudo. Com efeito, se é um dado corrente de observação que os fracassos escolares em determinadas disciplinas afectam o processo de desenvolvimento vocacional, dificultando ou até mesmo inibindo o processo de escolha, torna-se indispensável integrar estratégias de promoção do sucesso escolar se se pretende assegurar neste último processo a igualdade de oportunidades.

Por seu turno, as actividades e experiências integradas numa estratégia de apoio à construção de um projecto de vida influenciam positivamente o rendimento escolar. A clarificação de objectivos distantes ou colocados no futuro, assim como a organização de uma estrutura instrumental de meios-fins, na qual as aprendizagens escolares se integram como mediadores indispensáveis à concretização dos objectivos desejados, constituem processos de motivação e, por conseguinte, indispensáveis nas estratégias de promoção do sucesso educativo.

Os programas de desenvolvimento cognitivo e de promoção do sucesso educativo não devem ser vistos numa perspectiva estritamente psicopedagógica sem qualquer influência no domínio do desenvolvimento vocacional. A concepção "separatista" ou "segmentar" da prática psicológica, que não sublinhava a interacção entre os diversos processos psicológicos e os

programas de intervenção prática correspondentes, deverá ser substituída por uma concepção interaccionista e integrada que a *prática relacional* pretende concretizar.

Por outro lado, as estratégias de intervenção do psicólogo na escola, no contexto da perspectiva relacional, não se confinam às actividades com os alunos e com os professores; envolvem a realização de actividades junto dos pais e encarregados de educação, que constituem figuras significativas, cujas atitudes e expectativas são frequentemente determinantes. A actuação dos psicólogos neste domínio específico e nesta perspectiva relacional apresenta-se susceptível de contribuir para o aperfeiçoamento qualitativo das relações entre a escola e a família.

A este propósito, assinalo aqui, a título meramente indicativo, os resultados de uma "investigação-acção" levada a efeito, sob minha orientação, pelos psicólogos que trabalharam nas "equipas de animação concelhia" da Região Centro integradas no Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo (P.I.P.S.E.), no ano lectivo de 1989-90.

Por intermédio de uma entrevista guiada, que servia ao mesmo tempo como instrumento de recolha de dados e como instrumento de sensibilização e consciencialização dos pais relativamente aos efeitos, positivos ou negativos, de certas atitudes, gestos, expectativas e comportamentos explícitos dos pais sobre a motivação para os estudos e, por conseguinte, sobre o rendimento escolar dos filhos. Puderam assim ser identificadas algumas atitudes, expectativas e comportamentos explícitos que constituem variáveis "mediadoras" favoráveis ao sucesso escolar e outras que constituem, pelo contrário, condições desfavoráveis.

Uma vez que os pais constituem sempre figuras significativas insubstituíveis na formação dos jovens ou no seu desenvolvimento global 'bio-psico-socio-axiológico', para utilizarmos a expressão de Sílvio Lima, parece-nos que a difusão destes dados e a implementação de estratégias práticas subsequentes constituem tarefas decisivas no contexto da problemática que esta Conferência vai debater nestes três dias de trabalho.

A intervenção do psicólogo na escola poderá igualmente contribuir para uma aproximação e para um novo tipo de relacionamento entre a escola e o mundo do trabalho remunerado ou o mundo das actividades profissionais, designadamente por intermédio da organização de iniciativas ligadas ao processo de desenvolvimento vocacional.

É por este conjunto de razões, expostas de forma breve, que o psicólogo na escola surge como agente de desenvolvimento. Desenvolvimento integrado na medida em que envolve componentes de desenvolvimento pessoal, interpessoal e comunitário.

6. Uma última reflexão com pendor epistemológico

Em síntese, e para terminar, parece-me relevante sublinhar que, em função da experiência obtida, a interacção dos pais, dos professores e dos psicólogos que trabalham nas escolas deve

ser incentivada, alargada e aperfeiçoada com vista ao desenvolvimento pessoal e social dos alunos. Todavia, devemos ter presente no nosso horizonte que a *construção de um projecto de vida* é um processo dinâmico e criador em que intervêm múltiplos factores, cuja interacção comporta uma margem de indeterminação e de imprevisto que desafia a ciência, a vigilância dos professores e o desvelo amoroso dos pais. Há uma zona de indeterminação criadora ou de mistério no desenvolvimento de cada personalidade humana, que é sempre um processo único e irrepetível.

Reconhecer a necessidade desta margem de indeterminação e de imprevisibilidade não diminui em nada o valor da investigação científica. A ciência está ao serviço do aperfeiçoamento do homem e das suas condições de vida e, por conseguinte, não pode sobrepor-se ao dinamismo da própria vida nem deixar de se surpreender pela emergência de formas novas e imprevistas.

Mas o reconhecimento das limitações do conhecimento científico perante a potência criadora da vida não deve travar ou diminuir o esforço de continuar a tentar conhecer melhor os factores e condições de desenvolvimento do Homem, como ser de Natureza e como ser de Cultura.

SISTEMA EDUCATIVO E DESENVOLVIMENTO PESSOAL, INTERPESSOAL E COMUNITÁRIO

ALGUNS REQUISITOS PARA UMA MUDANÇA IMPRESCINDÍVEL (*)

1. Educabilidade e progresso

A abertura ao progresso que caracteriza o homem repousa na sua *educabilidade*, ou seja, na possibilidade, que a espécie humana é a única a possuir, de desenvolver as suas potencialidades "naturais" por intermédio de um conjunto de actividades de aquisição de novas formas de agir perante situações novas ou novas condições ambientais. Sem esse conjunto de actividades de aquisição ou de treino, as potencialidades ou aptidões latentes do homem permanecem atrofiadas, inibidas, sem condições favoráveis ao seu desenvolvimento e à sua manifestação em transformações reais.

Deste modo podemos dizer que, do ponto de vista da Natureza, o homem é um ser incompleto, inacabado ou indeterminado. Se todas as suas actividades estivessem completas, fixadas ou determinadas, desde o nascimento, à semelhança do que acontece com os instintos, o homem não seria educável e o progresso da sua existência e das suas condições de vida estaria naturalmente comprometido. O desenvolvimento das potencialidades do homem ficaria muito restrito se ele dependesse exclusivamente do processo de "maturação" ou do crescimento natural. É por intermédio da *cultura*, enquanto organização sistemática de normas e valores de regulação das relações entre as pessoas e das relações destas com a Natureza, que o homem vai

(*) O presente texto constitui a reprodução do artigo publicado no número 1 de *Desenvolver* – Boletim da ADICES – Associação de Desenvolvimento Integrado de Actividades Culturais, Económicas e Sociais, o qual teve por base a comunicação apresentada no Seminário Internacional sobre *Serviços e Desenvolvimento numa Região em Mudança*, realizado na CCRC, em 23 e 24 de Janeiro de 1992.

encontrar meios indispensáveis à sua educação, à formação e desenvolvimento das suas potencialidades.

É por esta razão que o Homem é simultaneamente um *ser de Natureza* e um *ser de Cultura*.

Sendo condição de desenvolvimento humano, a educação é também condição indispensável de desenvolvimento económico, na medida em que a economia é uma actividade do Homem de planeamento e de organização das condições de vida susceptíveis de satisfazer as suas necessidades e aspirações.

Se houve tempo em que se levantaram reservas quanto às relações entre nível de desenvolvimento educacional e desenvolvimento económico, hoje não restam dúvidas acerca da reciprocidade de relações existente entre ambos. A melhoria do sistema educativo, nos seus aspectos quantitativos e qualitativos, repercute-se na melhoria do sistema económico, o que irá assegurar, por seu turno, melhores condições de renovação e de aperfeiçoamento contínuo do primeiro. Neste domínio, como em quase todos, a interacção é enriquecedora para cada um dos intervenientes.

Assim, compreende-se facilmente que qualquer estratégia de mudança, de modernização e de desenvolvimento de uma comunidade tenha necessariamente de pressupor ou de integrar o aperfeiçoamento de serviços educativos, em íntima coordenação com outras estruturas e serviços de formação. É certo que a Escola não é a única instituição de formação, não podendo por si só alcançar a totalidade dos objectivos de formação e de desenvolvimento pessoal, interpessoal e comunitário. Por isso é de incentivar a sua relação de coordenação e de complementaridade com outras estruturas educativas e formativas. A escola, como é óbvio, não pode fazer tudo; mas sem ela, o processo básico de valorização das potencialidades humanas permanece frustrado. Não admira, por conseguinte, que os países avançados tenham investido, desde há muito, e continuem investindo no aperfeiçoamento dos respectivos sistemas educativos, lançando-se numa corrida pela melhoria do seu funcionamento, à busca da excelência dos respectivos resultados, tanto no que diz respeito à renovação dos equipamentos, como no que se reporta à formação qualificada de professores, à inovação metodológica e à investigação nos domínios do ensino, da formação e da aprendizagem.

Num mundo que se caracteriza, globalmente, por uma aceleração quase vertiginosa de transformações sociais, marcadas por um ritmo crescente de novos meios de comunicação, de redes de intercâmbio e de integração, os sistemas educativos não podem permanecer resistentes à mudança; têm igualmente de se transformar e de se reorganizarem de modo a preparar os cidadãos para lidar, acompanhar, planear e liderar o próprio processo de mudança. Não se trata de preparar os cidadãos apenas para se adaptarem às transformações que incessantemente ocorrem. Trata-se, prioritariamente, de os preparar para protagonizar a mudança, controlando e regulando os respectivos dinamismos.

É nesta necessidade de aperfeiçoamento dos sistemas educativos, enquanto instrumentos fundamentais do desenvolvimento humano e social, que radica a sucessão de reformas de que têm

sido objecto, tanto no domínio dos conteúdos curriculares como no campo da gestão ou ainda no âmbito das relações com o mundo das actividades produtivas ou das actividades remuneradas.

2. Breve balanço da situação do sistema educativo em Portugal

Qual é a situação em Portugal no domínio do aperfeiçoamento do sistema educativo?

Após algumas décadas de estagnação, seguidas de um período de efervescência e de perturbação ideológica, própria de uma alteração súbita da organização do Estado, temos verificado nos últimos anos um esforço de recuperação, consubstanciado num conjunto de medidas com impacto estrutural e funcional. Deste conjunto de medidas, destacamos algumas, pelo seu significado e a título ilustrativo:

2.1. A reintrodução, em 1983, dos cursos profissionais e técnico-profissionais, flexibilizando, assim, o regime de ensino unificado e homogeneizado, que vigorou desde 1975, e preparando o caminho para o movimento, mais recente, da criação de escolas profissionais;

2.2. A aprovação, pela Assembleia da República, da Lei 46/86, de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo –, quadro legislativo fundamental, ordenador e regulador das grandes linhas de política educativa;

2.3. A diferenciação de estabelecimentos de ensino superior, por intermédio designadamente da criação e incentivos ao desenvolvimento de Institutos Politécnicos e a integração nas Universidades de novas licenciaturas, mestrados e cursos de pós-graduação;

2.4. A elaboração e discussão de estudos promovidos pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo que contribuíram para a identificação de áreas prioritárias de intervenção e para a consciencialização da importância dos processos ligados ao sistema educativo;

2.5. A consciencialização da necessidade de empreender um esforço convergente no plano nacional e no plano local para diminuir o insucesso escolar no ensino básico, esforço que se consubstanciou no Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo (P.I.P.S.E.);

2.6. A integração nos currículos das Licenciaturas das Faculdades de Letras das Universidade Clássicas de um modelo curricular próximo do modelo integrado de formação de professores das Licenciaturas em Ensino, que vigora nas Universidades Novas, bem como a publicação recente de instrumentos jurídicos respeitantes ao enquadramento legal da formação contínua de professores;

2.7. A promulgação do Decreto-Lei 190/91, de 19 de Maio, que criou oficialmente os *Serviços de Psicologia e de Orientação Escolar e Profissional*, dando assim estatuto e reconhecimento jurídico às actividades que, no domínio da intervenção psicológica e da orientação escolar e profissional, começaram a ser sistematicamente realizadas, desde 1983, num número crescente de escolas secundárias do País, a título de experiência pedagógica.

3. Alguns requisitos para uma mudança qualitativa

Apesar do esforço acima referido, o atraso acumulado por décadas de inércia está ainda muito longe de ser superado. Há carências básicas a satisfazer, obstáculos e lacunas a ultrapassar, problemas que permanecem por resolver e outros ainda por identificar.

Algumas dessas carências são de ordem material e outras situam-se no domínio do funcionamento e desenvolvimento do sistema.

Sem pretendermos também aqui ser exaustivos, apontamos, a título meramente ilustrativo, alguns dos problemas e lacunas persistentes:

3.1. O parque escolar é, na sua maioria, antiquado e desajustado às exigências de um ensino de qualidade; arquitectonicamente concebido tendo a sala de aula como espaço predominante de actividades formativas, verifica-se um desajustamento entre a ecologia escolar e as exigências de uma crescente diversificação de estratégias, metodologias e práticas de formação;

3.2. Concomitantemente, há uma enorme carência de equipamentos apropriados a um ensino laboratorial e oficial, o que conduz a que as actividades de ensino e de aprendizagem sejam predominantemente verbalistas, centradas na exposição do professor e na reprodução verbal dos alunos, sem recurso sistemático à experimentação, à observação directa, à manipulação, à reflexão e questionamento autónomos que delas naturalmente decorre.

A premência em satisfazer necessidades urgentes de ordem "física" e de ordem estrutural e funcional básicas tem relegado sistematicamente para segundo plano questões de natureza qualitativa relacionadas com a metodologia do ensino, designadamente com as mudanças na organização das actividades didácticas por parte dos professores e das actividades de aprendizagem, estudo e auto-conhecimento, por parte dos alunos.

Com efeito, entre nós, as reformas do sistema educativo, tanto no ensino secundário como designadamente no ensino universitário têm incidido sobre aspectos curriculares, programas e carga horária, acréscimo de disciplinas, novos rearranjos das já existentes, alterações na sequência dos cursos, creditação e uma ou outra modificação nas modalidades de avaliação.

O domínio dos métodos de formação ou o da organização do processo ensino-aprendizagem nesse micro-cosmos que é a turma ou o grupo escolar tem permanecido

resistente às mudanças. Raramente se fala na necessidade de uma reforma metodológico-didáctica, no aperfeiçoamento da prática pedagógica na sala de aula, das modalidades de actuação do professor para motivar as actividades de aprendizagem e de desenvolvimento da personalidade global dos alunos.

E dado que é neste domínio de interacção pessoal que se joga o essencial do processo educativo escolar, não se estranha que as reformas meramente curriculares não tenham alcançado a mudança qualitativa indispensável. Isto é particularmente verdade no ensino superior onde a pedagogia universitária constitui tema quase tabú.

É que a introdução de mudanças no domínio das práticas pedagógicas, dos métodos de ensinar e de organizar as actividades de estudo dos alunos, não se faz por intermédio de medidas legislativas; a introdução de mudança neste domínio requer uma *mudança* nos comportamentos das pessoas o que constitui um processo muito mais moroso, complexo e exigente do que uma mudança no plano curricular ou no plano da avaliação.

Não se trata da implementação de novos cursos, mas da modificação de processos pessoais da actuação quotidiana, sedimentada, em muitos casos, ao longo dos diversos anos de trabalho profissional. As propostas de modificação do comportamento não se realizam por intermédio de medidas legislativas. Suscitam frequentemente mecanismos de defesa e de resistência à mudança e outros obstáculos de questionamento que importa identificar e fazer consciencializar para poderem ser ultrapassados. E exigem, sobretudo, a *participação* empenhada dos sujeitos na adopção do comportamento ou das actividades pretendidas. O aperfeiçoamento dos processos de trabalho dos professores na sala de aula constitui um dos principais requisitos da mudança indispensável a introduzir no sistema educativo o que constitui sem dúvida um desafio complexo, mas um desafio que tem de ser preparado e empreendido.

Um outro requisito reside na consciencialização, em primeiro lugar, e no ensaio de superação, em segundo lugar, de uma situação actual de alto risco de alienação dos objectivos do sistema educativo.

Com efeito, uma análise, mesmo não muito exaustiva do que se passa nas nossas escolas, especialmente nas escolas secundárias, revela-nos sinais preocupantes de distorção dos objectivos do sistema educativo. Na realidade, a prática pedagógica actual está predominantemente polarizada no rendimento escolar. Os professores ensinam as rubricas programáticas para poderem apresentar testes de avaliação e exames aos seus alunos e estes, por seu turno, estudam e aprendem para realizar esses exercícios e esses exames a fim de obterem classificações positivas nos diversos períodos de escolaridade e classificação final para poderem transitar de ano. Alcançados estes objectivos intermédios, o desenvolvimento pessoal, cognitivo, afectivo e social, que entretanto foi ocorrendo não é muito valorizado em termos de *aprender a ser*. Tudo parece indicar que o rendimento é, nesta prática escolar, o objectivo da actividade de professores e da actividade dos alunos. Ora os serviços prestados pelo sistema educativo tem como finalidade prioritária o desenvolvimento das potencialidades das crianças e

dos jovens que o frequentam como futuros protagonistas ou agentes de desenvolvimento interpessoal e comunitário. É a formação integral estética, ética e intelectual dos cidadãos que constitui a finalidade ou objectivo primordial do sistema educativo. As actividades de ensino e de aprendizagem são meros meios ou instrumentos para alcançar estes objectivos formativos. Por conseguinte, há um risco de alienação ou de perversão das finalidades formativas do sistema quando os processos de avaliação são vivenciados como um objectivo e não como um simples meio. E o que é válido para o sistema educativo é em grande parte paradigmático para outros serviços. Todas as estratégias de desenvolvimento têm o Homem por alvo e por medida. E o desenvolvimento do Homem, começámos por referir no início, processa-se por intermédio do aperfeiçoamento do sistema de relações entre ele e as suas condições de vida, o que envolve uma atenção crescente à rede de interacção do Homem consigo mesmo, com os outros homens e com o mundo. O desenvolvimento do Homem pressupõe, assim, uma articulação entre a Cultura e a Natureza.

Em síntese, não há desenvolvimento económico que não envolva o desenvolvimento do sistema educativo, integrando a exigência de aperfeiçoamento das relações do Homem com a Cultura e com a Natureza. Não há desenvolvimento cultural, científico e técnico que dispense uma reformulação das relações do Homem, sobretudo do Homem ocidental, com a Natureza. Mas esta questão, pela sua relevância, exige ser debatida com mais demora, ficando assim a sua análise para uma outra oportunidade, num futuro próximo.

SOBRE A VISIBILIDADE DA REGIÃO COMO FACTOR DE ATRACÇÃO, DE IDENTIFICAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO (*)

Desejo em primeiro lugar apresentar saudações muito cordiais a todos os participantes neste seminário internacional sobre "Exclusão Social e Turismo Rural", promovido pelo *Projecto AM22 – Mundo Rural em Transformação* e pelo município de Almeida, com o patrocínio de diversas instituições. E desejo de imediato manifestar-vos a minha satisfação por tudo aquilo que até agora ouvi, das sínteses dos três grupos de trabalho e, designadamente, das conclusões globais.

Desejo, por fim, dizer-vos que aceitei o convite para estar presente nesta sessão de encerramento por três motivos principais: pelo muito interesse que os temas analisados me suscitaram, pela vontade de rever Almeida – esta valiosa jóia do nosso património arquitectónico, histórico e cultural – e, por fim, por uma manifesta expressão de solidariedade para com as iniciativas desta sub-região da Raia, onde os problemas tratados no Seminário se colocam com uma indelével acuidade.

Mas devo igualmente confessar-vos que não vim preparado com nenhum discurso escrito para a circunstância. Irei por conseguinte aproveitar o convite que me dirigiram para presidir a esta sessão de encerramento para vos expor um breve conjunto de preocupações e reflexões sobre certos aspectos da realidade da Região Centro e algumas linhas de orientação para uma estratégia do seu desenvolvimento integrado no contexto do desenvolvimento global do País.

A recuperação dos atrasos que a Região Centro apresenta relativamente a outras Regiões com alguns indicadores de desenvolvimento mais favoráveis deve apoiar-se no *princípio de solidariedade e de coesão* que constitui um dos eixos fundamentais da política da Comunidade

(*) Palavras proferidas na sessão de encerramento do Seminário sobre Exclusão Social e Turismo Rural, realizado, em Almeida, nos dias 7 a 9 de Maio de 1992.

Europeia relativamente à recuperação dos atrasos de Portugal no seu conjunto. Devemos aplicar no espaço nacional idêntico princípio àquele que a comunidade põe em prática na atribuição dos fundos aos países e às regiões com carências estruturais de desenvolvimento auto-sustentado. A solidez da construção da Europa necessita de se apoiar nos contributos de todos os Países. É que, na verdade, cada um dos Estados-Membros tem potencialidades específicas que o diferenciam dos restantes podendo gerar contributos próprios, insubstituíveis para o processo de construção e de afirmação da Europa. Mas para que cada Estado-Membro possa alcançar níveis de desenvolvimento auto-sustentado e contribuir para o crescimento da Comunidade Europeia e da Comunidade internacional, torna-se indispensável levar à prática o princípio da coesão, em todos os planos. É, por conseguinte, legítimo esperar e defender a concretização deste objectivo no interior do nosso próprio País.

Mas que representação têm as pessoas em geral do que é a Região Centro? Considero que um número significativo de pessoas, mesmo das que vivem há muito aqui, por diversas razões que não irei agora inventariar, não têm uma ideia precisa daquilo que são os limites territoriais da Região, ou de quais são os seus principais centros urbanos, ou, então, quais as suas características económicas, sociais e culturais, para já não referir as razões que dificultam a execução de um plano de desenvolvimento integrado. Com efeito, temos de reconhecer que a Região Centro não dispõe de equipamentos urbanos e industriais, de serviços e de influência política e económica capazes de atraírem todos os dias os órgãos de comunicação social e designadamente a Televisão. Compreende-se deste modo as dificuldades em tornar a Região quotidianamente visível.

Neste aspecto, a Região Centro encontra-se entre duas outras Regiões, a do Norte e a Região de Lisboa, que têm vantagens comparativas relativamente à Região Centro quanto à capacidade de *visibilidade* ou de exposição social. Com efeito, ambas têm duas grandes áreas metropolitanas que concentram um grande número de actividades e de eventos de natureza política, cultural e empresarial, em torno das quais se localizam grandes infra-estruturas e equipamentos sociais de diversa natureza. Os órgãos de comunicação social privilegiam naturalmente estas áreas metropolitanas onde se encontra 1/3 da população de Portugal e que apresentam por isso problemas específicos de abastecimento, de comunicação e de serviços. A cidade do Porto aparece ou é apresentada à opinião pública como a "capital do Norte", a cidade do trabalho, do dinamismo e da iniciativa. Por seu turno, Lisboa afirma-se quotidianamente como capital política do País, e é nela que os eventos políticos significativos para o País acontecem em forma de notícias, de publicidade e de imagem.

Sem imprensa de dimensão nacional e sem serviço operacional de televisão, a Região Centro não surge com frequência na imagem dos meios de comunicação social. Os órgãos regionais são, por enquanto, pouco poderosos e têm-se revelado pouco disponíveis a uma remodelação. Os órgãos locais são abundantes mas com um espectro de acção muito localizado. A Região Centro aparece, por conseguinte, em desvantagem, logo aparentemente desfavorecida.

Mas poderemos perguntar se importará muito ter visibilidade na opinião pública ou se será assim tão valioso dispor de uma imagem de referência e uma representação social bastante difundida da Região? Julgo que é importante pelo facto de ser por intermédio da *imagem* que se desenvolve o processo de *identificação*, que é o *reconhecimento das características próprias*, e o reconhecimento das diferenças que nos distinguem dos outros. Sem *imagem* ou *representação social* suficientemente consciencializada e difundida, a identidade da Região Centro e a identificação das pessoas com essa realidade apresentam-se frágeis, não relevando capacidade para motivar as pessoas, para as fixar e para as reter. Ninguém ama uma realidade que não conhece. Ninguém se mobiliza para resolver problemas se nem sequer tem conhecimento das condições que lhe deram origem ou de como são formulados.

Mas para além desta fragilidade no domínio da imagem, da representação social e da consciência da identidade e do dinamismo de identificação, confronta-se a Região Centro com algumas dificuldades ao seu desenvolvimento. Refiro-me, designadamente, ao problema do *êxodo demográfico*, principalmente da população jovem e activa.

A Região na sua globalidade, pelos dados do último censo, perdeu cerca de 50 mil pessoas. Trata-se de um número expressivo, correspondente à população de uma cidade média, como Leiria ou Viseu. Conjuntamente com o Alentejo, e no contexto global do País, a Região Centro tem uma taxa de crescimento demográfico que é negativa; o valor médio para a população portuguesa, embora seja positivo, é muito próximo do valor nulo, pondo em relevo condições de estagnação, que do ponto de vista do futuro urge enfrentar com decisão.

Mas esta dinâmica populacional tem ainda aspectos que importa analisar de perto: o êxodo faz-se no sentido das áreas rurais para os centros urbanos concelhios. O que significa que os campos e as aldeias continuam a ficar cada vez com menos habitantes. Continua a tendência do abandono dos campos e das aldeias. Este fenómeno é mais acentuado no interior do que no litoral. E esta situação é grave. Estamos perante locais *excluídos* do desenvolvimento, sem capacidade de atracção, sem esperança de horizontes futuros para os jovens. Estamos em face de um problema de *exclusão* social e de exclusão do desenvolvimento, porque sem *pessoas* não há desenvolvimento, não há progresso. Poderemos nós tentar inverter esta situação? Apesar das dificuldades, tenho perante os problemas enunciados uma atitude de optimismo moderado.

Há que valorizar aquilo que a Região tem de diferente relativamente a outras Regiões e poderá constituir um trunfo de desenvolvimento adequado às potencialidades.

Um aspecto característico da Região que é frequentemente apontado como fragilizante é a ausência de uma grande área urbana, polarizadora e monopolizadora do dinamismo de desenvolvimento. Mas diferentemente das duas Regiões em que se localizam as áreas urbanas, tem a Região Centro a vantagem de possuir um conjunto de pequenas e médias cidades com uma distribuição muito equilibrada por todo o seu território e que constituem pólos de atracção da população das áreas circundantes (refiro-me designadamente a Aveiro, Castelo Branco,

Coimbra, Covilhã, Figueira da Foz, Guarda, Leiria e Viseu, rodeadas de um conjunto de centros que constituem pólos de segunda ordem, que são por sua vez rodeados de pequenas aldeias).

Esta rede urbana encerra em si mesma potencialidades para se constituir numa *estrutura articulada de desenvolvimento integrado* desde que assegurada a malha de comunicação de estradas e de caminhos que permita a comunicação fácil entre os diversos níveis da rede.

A Região poderá então afirmar-se como um *todo*, como uma estrutura interactiva e funcional.

Para se encontrar este modelo é importante a conclusão da rede viária de carácter nacional e municipal, bem como a rede de comunicações que se constitui como um tecido capilar por onde circula a seiva dinâmica do desenvolvimento. Mas é igualmente importante que os actores locais (autarcas, empresários, investigadores e técnicos) se assumam como verdadeiros agentes de desenvolvimento, revelando-se capazes de *querer* ultrapassar bloqueios antigos, barreiras psicológicas, desconfianças recíprocas, medos de veleidades de dominação de uns centros urbanos sobre outros, factores que tem evitado o aparecimento de estruturas associativas suficientemente fortes e com base de identificação no todo do espaço regional.

Não se trata de uma tarefa fácil.

Os desafios são, sem dúvida, de monta. Mas estão a surgir, de diversos horizontes, sinais claros de que os problemas de desertificação progressiva das áreas rurais começam a preocupar diversas instâncias, quer de estudo quer de intervenção. A organização deste Seminário no contexto de uma iniciativa comunitária constitui um dos sinais ilustrativos da atenção que as questões da *revitalização das áreas rurais* está a merecer. Por essa razão, os estudos e as conclusões deste Seminário irão revestir grande utilidade. E por isso permitam-me que saúde e felicite uma vez mais as entidades organizadoras, solicitando-lhes e agradecendo antecipadamente o envio das conclusões.

FACTORES PSICOSSOCIAIS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL DA CONSCIÊNCIA DA IDENTIDADE DA REGIÃO À MOTIVAÇÃO E PARTICIPAÇÃO INDISPENSÁVEL DOS CIDADÃOS (*)

Introdução

Na qualidade de Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro foi-me conferida pela organização deste colóquio a missão de presidir à sua sessão de abertura, o que muito me honra e agradeço. E assim, é-me grato cumprimentar todos os participantes, desejar-lhes as boas-vindas e apresentar-lhes os melhores votos de trabalho fecundo e clarificador dos problemas que nos preocupam e que, por isso, seja capaz de nos trazer a todos satisfação pessoal e empenhamento para a realização de tarefas futuras.

Desejo ainda felicitar particularmente a D.G. XVI quer pela iniciativa de organizar este Colóquio, dedicado à problemática do *Desenvolvimento Local – uma política a favor das Regiões e dos Cidadãos*, cuja actualidade escuso de sublinhar, quer pela escolha da Região Centro e, nela, da cidade da Figueira da Foz para a sua realização. Tanto pelas características naturais como pelas suas tradições culturais, a Figueira da Foz é uma cidade de bom acolhimento, local de encontro de agentes dinâmicos da Natureza, ponto de chegada e de partida.

Aqui comunicam ou se tornam comuns as águas do Atlântico e as águas do Rio Mondego, o maior rio inteiramente português, que da Estrela, a serra mais alta de Portugal, desce talhando no granito da Serra penosamente o seu percurso, fecundando várzeas e campos, refrescando vilas e aldeias, desde há anos libertas do fantasma das cheias devido às obras da Barragem da Aguieira e de regularização do leito do Baixo Mondego.

(*) Comunicação proferida no Colóquio *"O Desenvolvimento Local: uma política a favor das regiões e dos cidadãos"*, realizado no Casino da Figueira da Foz em 25 de Maio de 1992.

Houve tempo em que o mar ia mais longe, terra dentro, e em que, por isso, os Cruzados, vindo do Norte da Europa não aportavam na Figueira da Foz, mas junto da Vila de Montemor-o-Velho, praça fortificada de magestoso castelo medieval. Nessa localidade nasceu Fernão Mendes Pinto, navegador e cronista das viagens dos portugueses pelas "sete partidas do mundo", designadamente pelos mares da China e do Japão, onde fomos os primeiros europeus a entrar em contacto com culturas milenárias e até então isoladas, o que constituiu e é assinalado como um marco inovador com impacto na História do Japão.

1. O desenvolvimento local e o princípio de coesão

No contexto do *princípio da coesão*, que é, sem dúvida, um dos pilares fundamentais da reconstrução da Europa, a análise da problemática do desenvolvimento local surge com particular relevância e como tarefa em que todos os cidadãos são chamados a participar.

Com efeito, o desenvolvimento local constitui a base eficaz para o próprio desenvolvimento da Europa que para isso tem de se tornar mais coesa, com menores desequilíbrios de desenvolvimento sócio-económico, susceptíveis de gerar tensão e mal-estar social e cultural. Além de mais coesa, a Europa para se desenvolver tem de manifestar-se mais dinâmica e criativa, capaz de antecipação e de preparação do futuro.

Os ideais de reconstrução da Europa ou de construção da Nova Europa e da sua afirmação como potência cultural, fonte de valores e geradora de uma *nova ordem de relações do Homem com a Natureza*, exigem que a política de desenvolvimento vise como seu objectivo prioritário a resolução dos problemas locais que, de resto, são sempre originariamente problemas vividos pelos cidadãos. O desenvolvimento local é, por conseguinte, e de forma intrínseca, uma questão de desenvolvimento de pessoas, de aperfeiçoamento de modalidades de interacção entre pessoas para chegar a ser desenvolvimento comunitário. O desenvolvimento pessoal, interpessoal e comunitário constitui um processo unitário que só por artifício metodológico se diferencia nas suas componentes.

Os cidadãos portugueses têm de realizar um grande esforço para superarem atrasos de vária ordem, materiais e imateriais, acumulados em décadas de estagnação conceptual, de isolamento psicossociológico e de centralismo acirrado e divisionista, centrado no passado e sem dinamismo de antecipação do futuro.

2. Um problema grave: a perda persistente de população da Região Centro

A este propósito, gostaria de partilhar convosco uma reflexão em torno de um problema que julgo com algum grau de relevância e de gravidade na formulação das políticas de desenvolvimento local e regional.

Refiro-me à persistente perda de população da Região Centro. Ao contrário do que aconteceu no resto do território do Continente, a Região Centro teve na última década um crescimento demográfico negativo. A taxa de natalidade baixou, a emigração, embora em ritmo desacelerado, continuou, a fuga da população activa jovem para o litoral mais desenvolvido ou para as grandes metrópoles de Lisboa e Porto persistiu. O êxodo é mais pronunciado nas sub-regiões rurais do interior. A desertificação dos campos e o envelhecimento das populações são indicadores de desequilíbrios graves que importa sublinhar com vista a uma análise atenta e a uma intervenção adequada.

Se assim não procedermos, e se, na sequência dos estudos indispensáveis, não forem adoptadas medidas ajustadas de desenvolvimento local, a desertificação das zonas rurais implicará a desumanização da paisagem, afectando a preservação e a valorização do património natural e do próprio património construído, desde as casas rústicas aos solares senhoriais e das igrejas românicas às azenhas de corrente, aos lagares de azeite e aos moínhos.

Urge, por conseguinte, seleccionar medidas para reter a população activa e designadamente a população jovem nas zonas rurais, criando-lhes alternativas de trabalho e de valorização pessoal e profissional nas próprias localidades, actividades produtivas diferentes da agricultura, em que a população é excedentária e a rentabilidade baixíssima.

3. Dos recursos naturais aos recursos imateriais

A floresta, como grande riqueza da Região Centro, constituirá, sem dúvida, um dos mais fortes potenciais de criação de indústrias complementares e de valorização das madeiras. De igual modo, as diversas modalidades de turismo rural, turismo de habitação e turismo ecológico terão de ser incentivadas, ampliadas e coordenadas como uma indústria geradora de riqueza. Em complementaridade com o turismo cultural – em que a Região Centro tem também reconhecidas potencialidades, que a Europália confirmou – o turismo rural constitui um potencial de riqueza a explorar ao serviço dos cidadãos e das localidades das sub-regiões deprimidas do interior.

Mas creio que há um factor básico, de natureza imaterial, ligado às atitudes, crenças e expectativas das populações que temos de considerar como pressuposto de uma política de desenvolvimento local eficaz assente na participação dos diversos protagonistas e agentes.

Refiro-me à motivação dos cidadãos e, sobretudo, à motivação dos jovens para a decisão de permanecerem e de investirem esforço e imaginação na valorização dos recursos naturais da localidade ou sub-região, tendo nessa valorização o seu *projecto de vida*. Condição fundamental para o processo de motivação dos cidadãos neste sentido, e designadamente, dos cidadãos jovens é o *conhecimento e a consciência da Região como espaço promissor de vida e de futuro*, com dimensão suficiente para a concretização de projectos pessoais e interpessoais de vida, com horizonte temporal ampliado, onde caiba a idealização de ambições e a realização de sonhos.

Por múltiplas e diversas razões, que seria longo analisar aqui, a *representação mental* das realidades e das potencialidades da Região Centro é difusa e não é suficientemente actuante na consciência dos seus habitantes; não existe uma *representação mental* da Região como uma unidade funcional, rica de oportunidades, capaz de mobilizar vontades, de gerar identificação de objectivos e de fundamentar decisões de permanecer.

Paradoxalmente, a *identidade da Região Centro* como região das Beiras emerge e funciona como representação aglutinadora mais no exterior do que no interior do território. Quando partem e se ausentam das terras, a identidade da Região aparece aos naturais das Beiras como motivo de acção e força geradora de empreendimentos. No interior, porém, a consciência da identidade da Região como um todo funcional esboroa-se em espaços localizados, de dimensão reduzida, e dilui-se em conflitualidades internas sem alma nem proveito mútuo.

No interior do País, são ainda hoje as regiões com grandes metrópoles, onde se encontram estruturas económicas e equipamentos sociais, educativos, culturais e desportivos de vulto, que se apresentam como atractivas e susceptíveis de assegurar oportunidades de vida, que as zonas rurais e até mesmo os centros urbanos de média dimensão não garantem. A Região Centro, como é sabido, não tem uma grande metrópole e, sob este ponto de vista, encontra-se em desvantagem quer relativamente à Região Norte quer relativamente à Região da Grande Lisboa e Vale do Tejo, tendendo a ser esvaziada se o modelo de desenvolvimento para o País insistir no engrandecimento das áreas metropolitanas actualmente existentes como meio instrumental de alcançar competitividade à escala europeia. Julgo ser possível e é, sem dúvida, desejável que este objectivo seja alcançado por meios diferentes do crescimento quantitativo, sobretudo demográfico, com reflexos negativos na dinâmica populacional das regiões rurais. A escala europeia das grandes metrópoles ganha-se sobretudo na qualidade dos serviços e dos equipamentos, sendo, por isso, compatível o seu acréscimo de competitividade no espaço comunitário e internacional com o objectivo de evitar a desertificação, a desumanização e a desvalorização das zonas rurais.

Mas a inexistência de uma grande metrópole na Região Centro não constitui obstáculo ao seu desenvolvimento. Não é uma grande cidade de mais de meio milhão de habitantes, funcionando como polo aglutinador de dinamismos diversificados e complementares, o que faz falta à Região. Do que a Região carece não é tanto de uma grande capital, mas de um processo de afirmação e de difusão, por parte dos cidadãos, das realidades e das potencialidades da Região Centro, um processo de *promoção da imagem de marca da Região* como um espaço com dimensão suficiente para nele caberem as aspirações e esperanças dos jovens de uma vida melhor.

Situada entre a Região Norte, que soube difundir uma imagem de Região "capital do trabalho", com iniciativas e empreendimentos, reivindicativa e vitoriosa com crescentes oportunidades de futuro, e a Região da Grande Lisboa e Vale do Tejo, que difunde uma *imagem de marca* tecida, há muito, em torno das suas funções de capital do poder político, à volta do qual gravitam múltiplos serviços e múltiplas oportunidades de emprego e de carreira, a Região Centro

surge com uma imagem diluída, sem uma ideia-força aglutinadora e polarizadora das riquezas e das virtualidades da Região.

Para colmatar esta lacuna, a Região Centro de Portugal terá de identificar e de promover um modelo de desenvolvimento adequado às suas características específicas, modelo de desenvolvimento cujos objectivos sejam muito claros para poderem ser identificados e partilhados pelos cidadãos e, sobretudo, pelos jovens.

4. Papel fundamental da motivação dos jovens

A motivação dos cidadãos jovens passa pela formulação de objectivos que lhes alarguem o horizonte mental para além do espaço da localidade e pelo investimento dinâmico em actividades intermediárias ou instrumentais susceptíveis de atingir os objectivos propostos.

Urge, por isso, promover projectos de desenvolvimento que ultrapassem o *espaço ou a representação mental* das localidades, que é frequentemente um espaço mental limitado, asfixiante, sem possibilidade de abertura à inovação e à aventura. Para que o *espaço mental* se amplie, ganhando dimensão e *perspectiva temporal de futuro*, torna-se imprescindível incentivar a interacção das comunidades locais, das populações e das autarquias. Nesta direcção, apontam já as associações de municípios com uma dinâmica estruturante susceptível de superar pequenas rivalidades corrosivas e assegurar projectos de maior amplitude, com que os jovens se possam identificar e entusiasmar.

O reconhecimento do papel dos factores psicossociais ou imateriais no desenvolvimento local e regional que aqui referi, de forma breve e esquemática, implicará, por certo, a hierarquização de opções por medidas operacionais envolvendo diversos sectores e variados actores locais, designadamente no sector da educação e da formação profissional, bem como no sector da agricultura, da indústria e do turismo. Política complementar indispensável será a que respeita aos equipamentos de saúde, de cultura e de lazer de forma a assegurar qualidade de vida às populações que optem pela valorização dos recursos naturais no mundo rural.

O sonho é grande mas a sua realização é possível e viável; teremos certamente os meios financeiros para realizar estas ambições.

Muito obrigado pela atenção com que me escutaram.

O TODO É ALGO MAIS DO QUE A SOMA DAS PARCELAS (*)

Senhores Governadores Civis de Aveiro, de Castelo Branco e de Leiria,
Senhores Presidentes, Membros e Representantes das Associações e Núcleos Empresariais da Região,
Senhoras e Senhores,

Ao abrir os trabalhos deste Seminário dedicado à *Região Centro e reforço das estruturas empresariais*, gostaria de vos apresentar os meus melhores cumprimentos de boas-vindas e de agradecer a vossa presença, numerosa e qualificada, o que é para nós muito gratificante, por um duplo motivo. Em primeiro lugar, porque a vossa presença em pleno significa, de imediato, que a iniciativa e os objectivos que a ela presidem mereceram da vossa parte a melhor atenção e interesse.

Em segundo lugar, porque ela nos dá oportunidade de partilhar uma reflexão sobre as realidades e as potencialidades da Região Centro, que poderá constituir a primeira de uma série de outras reflexões mais aprofundadas e estrategicamente orientadas.

Espero muito sinceramente que as expectativas que vos suscitámos sejam concretizadas e que o tempo e a energia que todos vamos investir sejam aproveitados na equação rigorosa de problemas, na clarificação objectiva de metas mobilizadoras, na identificação pragmática de actividades instrumentais adequadas à obtenção dos objectivos desejados. E tudo isto num clima propício à reflexão serena e à participação de todos.

(*) Comunicação apresentada na sessão de abertura do Seminário *A Região Centro e o Reforço das Estruturas Empresariais* que se realizou no Auditório da Comissão de Coordenação da Região Centro no dia 29 de Maio de 1992.

Nesta perspectiva, considero indispensável explicitar ou comentar os objectivos ou as finalidades que motivaram a organização deste Seminário.

Moveu-nos, antes de mais, a vontade de dar cumprimento a uma acção que no acto de posse, em 31 de Janeiro p. p., designei como um dos eixos fundamentais da actuação à frente dos destinos desta Comissão de Coordenação:

"... o diálogo e o apoio técnico que a CCRC tem assegurado às autarquias da Região continuará a constituir um dos eixos principais da sua actuação no decurso deste ano de 1992."

"Idêntico entusiasmo será posto no diálogo com os empresários, com as Associações da Indústria e do Comércio, e com outras instituições representativas das actividades profissionais com vista a que se articulem objectivos, se harmonizem meios e interesses, se conjuguem projectos e esforços em benefício de todos.

Situa-se neste âmbito um vasto campo de iniciativas a analisar e a hierarquizar, de planos já esboçados a retomar (como o da criação de uma 'Federação das Associações Comerciais e Industriais da Região das Beiras') e de projectos novos a dinamizar, como seja, por exemplo, o da organização conjunta, em 1993, da Exposição das Beiras ou EXPOBEIRAS 93, que poderá ser, se todos quisermos, uma grande mostra das realidades e das potencialidades da Região."

Esta linha orientadora ficou consignada no Programa de Actividades da Comissão para o ano de 1992 em curso.

"Com vista ao reforço do tecido empresarial da Região Centro e à afirmação das potencialidades, iniciar-se-á um conjunto de actividades de estudo e de reflexão de forma a que, em colaboração com as Associações Empresariais implantadas na Região, se torne possível ultrapassar os principais constrangimentos que até agora têm dificultado a emergência de uma grande organização de carácter regional neste domínio, encetando as diligências mais adequadas para relançar o projecto de uma Federação forte, capaz de empreender iniciativas de âmbito nacional e internacional."

Acrescento de imediato que a ideia não é original. Com efeito, ela visa retomar a iniciativa do Prof. Manuel Porto, enquanto Presidente da CCRC. Por circunstâncias diversas, que são conhecidas da maioria dos presentes, a iniciativa não logrou os resultados pretendidos.

E para quê retomar o projecto de promover um encontro com as Associações Empresariais da Região Centro?

Considero que há várias razões para isso e todas elas convergentes entre si, passando a referir apenas algumas.

Uma análise comparativa do que se passa, no domínio das estruturas empresariais, entre a Região Centro e as Regiões vizinhas, quer a Região Norte quer a Região da Grande Lisboa e Vale

do Tejo, mostra-nos que a Região Centro, ao contrário do que sucede naquelas Regiões, não dispõe de uma Associação Empresarial suficientemente dimensionada para agregar e potencializar as diversas Associações Industriais e Comerciais de base sub-regional numa estrutura com maior dimensão, representatividade regional e peso negocial em pé de igualdade com as suas congéneres de Lisboa e Porto.

Por outro lado, em termos de interlocutor para consulta sobre questões relativas ao planeamento, ordenamento do território e ao desenvolvimento da Região, designadamente no que se reporta ao plano de actividades e à elaboração do novo plano de desenvolvimento regional e de outros programas a integrar no próximo Quadro Comunitário de Apoio para o quadriénio de 1994-98, gostaria a CCRC de poder contar com uma Estrutura organizativa das Empresas de âmbito regional.

Esclareço de imediato, para evitar equívocos desnecessários, que não desvalorizo a existência das actuais Associações e Núcleos Empresariais nem sequer ponho a sua permanência em questão. O que afirmo, com base numa perspectiva macroscópica, é que a inexistência de uma Estrutura Empresarial de maior dimensão e com expressão regional constitui um factor de fragilidade negocial da Região e da sua imagem.

Verifica-se que a ausência de estrutura associativa empresarial com dimensão e peso tem funcionado desfavoravelmente para a Região Centro no seu todo, que não possui na representação social dos portugueses uma *imagem de marca*, suficientemente conhecida e divulgada, funcionalmente identificadora e motivadora. A Região aparece pulverizada, fragmentada, envolta em *conflitualidades internas*, em litígios de influência e disputas de prestígio, que a ninguém aproveita.

Peço que não interpretem estas palavras de diagnóstico de uma situação real como um projecto de luta contra quem quer que seja. O que pretendemos sublinhar é que no mundo da publicidade em que vivemos, a questão da *imagem* é extremamente relevante. O investimento que certas Associações fazem da sua imagem de marca, associada frequentemente à imagem da Região é altamente lucrativo. A FIL é altamente rentável e a Exponor apostou na imagem da Região Norte, e está a recolher bons frutos dessa estratégia.

O esbatimento das conflitualidades internas, o termo do isolamento individualista, e a comunicação crescentemente aprofundada entre pessoas e projectos das diversas Associações e Núcleos empresariais da Região Centro seria certamente benéfico para todos.

Constitui também uma verificação pragmaticamente desmonstrada, em termos de sucesso empresarial – e os Japoneses constituem exemplo paradigmático – que da interacção entre os componentes de um conjunto decorre sempre valor acrescentado para cada um deles e para o conjunto no seu todo.

Não é por puro exercício académico ou por simples curiosidade científica que os gestores e administradores de dimensão internacional falam hoje dos benefícios decorrentes do investimento não apenas em recursos materiais, não apenas em recursos humanos, individualmente

considerados, mas em *recursos imateriais*. Sendo uma das modalidades de desenvolvimento de recursos imateriais a que decorre da prática de comunicação e de interacção pessoal com vista à identificação de problemas, à análise de vias diversas para a respectiva solução e planificação das actividades adequadas para alcançar os objectivos visados.

Este Seminário foi concebido neste contexto.

Não pretende ser mais do que uma oportunidade de encontro para que, a partir da apresentação das características, realidades e potencialidades da Região, possamos todos contribuir para a consciência dos principais problemas e para o levantamento das linhas de orientação estratégica mais adequadas à valorização das riquezas da Região.

Não pretendemos protagonismos que não nos compete nem estão na vocação da CCRC. Mas não declinamos a responsabilidade que nos cabe, enquanto instituição corresponsável pelo desenvolvimento regional, de motivar um processo de intercâmbio e de participação alargada, considerado hoje como altamente rentável para uma gestão de sucesso.

A REGIÃO CENTRO E O REFORÇO DAS ESTRUTURAS EMPRESARIAIS (*)

Reunem-se, neste volume, as comunicações apresentadas no Seminário realizado na Comissão de Coordenação da Região Centro, no dia 29 de Maio p.p., subordinado ao tema *A Região Centro e o Reforço das Estruturas Empresariais*.

A organização deste Seminário visou alcançar três objectivos fundamentais, explicitados no respectivo programa:

1. *Promover, num contexto de participação prospectiva e sistemática, o conhecimento e a avaliação das realidades e das potencialidades específicas da Região Centro;*
2. *Favorecer a interacção pessoal e organizacional dos diversos agentes e sectores do desenvolvimento local e regional;*
3. *Perspectivar a valorização das actividades produtivas e o reforço das estruturas empresariais como factor de desenvolvimento regional.*

Com a finalidade de incentivar a maior participação possível por parte dos representantes das Associações e Núcleos Empresariais, o período de comunicações foi concentrado na primeira parte dos trabalhos, deixando-se a segunda parte para ser totalmente preenchida com o "debate prospectivo" das questões em análise.

Tomando-se difícil reproduzir na íntegra a multiplicidade e diversidade de intervenções, de testemunhos, comentários e questões apresentadas, optámos por registar aqui, para memória e relançamento futuro, um resumo das principais linhas de força que foram claramente formuladas no decurso do "debate prospectivo".

E a qualificação do *debate* como *prospectivo* antecipou o que veio, na realidade, a acontecer: o reconhecimento de que a constituição de uma Federação ou União de Associações e

(*) Introdução das Actas do Seminário e Debate Prospectivo.

Núcleos Empresariais com dimensão à escala da Região Centro é um processo que requer tempo suficiente para concretizar, de forma sólida, uma ideia que corresponde a uma necessidade crescentemente consciencializada.

O reconhecimento crescente dessa necessidade esteve visível no decurso do Seminário, sendo reconhecidas, de igual modo, as dificuldades existentes para ultrapassar algumas condições desfavoráveis à concretização rápida da ideia.

Nesta medida, a constituição de uma *Federação das Associações Empresariais da Região Centro* não podia ficar conclusa no termo do Seminário. Nem essa constituição constou do elenco dos objectivos que o determinaram. Por sua própria natureza, trata-se de um empreendimento processual, que exige formulação de consensos, comunhão de objectivos e de orientações estratégicas de actuação. Trata-se de uma tarefa necessariamente inacabada, aberta ao futuro, e que, por isso, persiste a dinamizar iniciativas diversas direccionadas para idênticos objectivos.

O registo, neste pequeno volume, dos aspectos fundamentais dos problemas equacionados e das sugestões de vias diversas para os resolver, visa contribuir não apenas para a difusão alargada das questões debatidas, mas, sobretudo, para uma avaliação do trabalho realizado e para um eventual relançamento de outras iniciativas por diversos agentes e protagonistas directamente envolvidos no processo de valorização e de desenvolvimento das estruturas empresariais da Região Centro.

A IDENTIDADE DA REGIÃO CENTRO

CONTRIBUTOS PARA UM MODELO POLICÊNTRICO E INTERACCIONISTA DO DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA REGIÃO DAS BEIRAS (*)

Introdução

O desenvolvimento de Portugal exige uma Região Centro dotada de infra-estruturas fundamentais que lhe permitam aproveitar as suas potencialidades e rentabilizar, de forma equilibrada, as suas riquezas. No contexto do princípio da coesão, a contribuição de Portugal para a construção da Europa requer uma Região das Beiras que se afirme na realidade e diversidade do seu presente e nas virtudes da sua projecção no futuro. A tese de que o aumento da competitividade de Portugal à escala europeia advirá prioritariamente do engrandecimento das duas principais áreas metropolitanas está ainda por demonstrar e é muito difícil, ou mesmo impossível, realizar essa demonstração. O processo de integração de Portugal na Comunidade Europeia terá seguramente maiores probabilidades de sucesso e ficará seriamente mais fortalecido se tiver no horizonte, como meta a atingir, a reciprocidade ou a interacção

(*) Com algumas modificações formais e ligeiras alterações de conteúdo o presente texto constitui o núcleo conceptual que serviu de base a intervenções e comunicações que o Autor foi convidado a realizar, no decurso dos meses de Maio e Junho de 1992, em diversos *Colóquios* e *Seminários*, designadamente no *Encontro Nacional de Produtores Florestais*, que teve lugar em Mortágua, no dia 13 de Maio, no *II Encontro da Associação de Gestores das Universidades Portuguesas* subordinado ao tema *A Universidade como Pólo de Desenvolvimento* que ocorreu no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra de 18 a 19 de Maio e no Colóquio *O Rasgar a Interioridade – Desenvolver o interior: melhorar as acessibilidades*, iniciativa da Câmara Municipal de Proença-a-Nova e que se realizou no dia 12 de Junho. Em cada um dos referidos Encontros, houve aspectos sectoriais que foram objecto de um desenvolvimento mais específico, adequado à natureza dos temas em análise e que, aqui, para salvaguarda de um equilíbrio global, não se retiveram.

complementar entre parceiros com idêntico estatuto e com idênticas capacidades de receber e de dar, em conformidade com as suas características específicas. Constituiria, por conseguinte, uma perda e uma fragilização do processo de integração, se a política de acréscimo da competitividade europeia de Portugal se realizasse com base predominante nas grandes metrópoles, descurando ou negligenciando a concretização de modelos próprios de desenvolvimento para as restantes Regiões do País, adequados às respectivas características e respeitador das suas virtualidades específicas.

No que toca à Região Centro, cabe-nos a todos, cidadãos naturais ou cidadãos residentes na Região das Beiras, agentes locais, sub-regionais e regionais, Universidades e Institutos Politécnicos, Associações Empresariais, Serviços descentralizados de diversos organismos da Administração Central, cabe-nos a todos, dizia, declarar esta especificidade, afirmar o espírito das Beiras e explicitar o modelo policêntrico e interaccionista do desenvolvimento local e regional.

O presente texto visa precisamente dar alguns contributos para o conhecimento e a difusão da Região Centro e para a afirmação da sua identidade por intermédio de uma descrição, necessariamente breve, daquilo que ela é hoje, dos problemas que enfrenta, bem como daquilo que poderá vir a ser no futuro.

Não se pretende alcançar objectivos diferentes daqueles que acabaram de ser indicados. Deste modo, o leitor não poderá esperar encontrar aqui nem um estudo técnico que possa aproximar-se de um trabalho de índole científica, nem uma análise exaustiva das diversas questões e temas abordados.

Recolhendo dados de diversas fontes estatísticas, designadamente de publicações da própria Comissão de Coordenação da Região Centro e da Direcção Geral de Desenvolvimento Regional, não se visou alcançar, neste domínio, qualquer originalidade ou inovação criadora. Se alguma diferença existir relativamente a outros trabalhos de natureza similar com idêntica finalidade, ela resultará do modo de escrita, da selecção dos temas e de uma certa perspectiva psicossociológica que não deixará de emergir na formulação de alguns problemas e na evidenciação de determinadas variáveis psicológicas, sociais e culturais relevantes para o desenvolvimento local e regional.

Por sua própria natureza e pelos objectivos propostos, o presente trabalho é necessariamente sintético. Estamos conscientes da brevidade com que os diversos temas são expostos, podendo cada um deles constituir objecto de um estudo mais extenso ou de uma monografia. Mas, neste caso, perder-se-ia a visão de conjunto, rápida e macroscópica, de uma unidade funcional e significativa.

Figura 1
A REGIÃO CENTRO NO CONTINENTE
(NUT II)



1. Breve caracterização da Região Centro de Portugal

A identificação dos eixos estratégicos do desenvolvimento sócio-económico e cultural da Região Centro exige a evocação das suas características fundamentais. Com efeito, é com base nessa caracterização que se origina e apoia a equacionação de problemas existentes e, subsequentemente, a actividade sistemática de procura e selecção dos caminhos, dos métodos e dos procedimentos mais adequados à respectiva resolução, quer promovendo e rentabilizando, por um lado, as riquezas que são já uma realidade, quer inventariando e valorizando, por outro lado, as potencialidades ou virtualidades que permanecem ainda em estado latente e que, por isso, precisam de ser incentivadas, animadas e encorajadas.

1.1. O território: os maciços serranos e o sentido da designação da Região das Beiras

A Região Centro, tal como é definida para efeitos de planeamento, ordenamento do território e desenvolvimento regional, abrange uma área de aproximadamente 24.000 km², correspondente a 25% do território do Continente português e integra as áreas das províncias da *Beira Alta*, *Beira Baixa* e *Beira Litoral*. Por esta razão, entre outras que adiante serão mencionadas, poderá a Região Centro ser designada por Região das Beiras.

Em termos de geo-história, a Região corresponde aproximadamente ao território da "velha" Lusitânia, que os lusos souberam utilizar aproveitando as serras como barreira natural de resistência aos invasores romanos. Foi, de facto, à volta das serras da Região que os romanos conheceram as suas maiores dificuldades de domínio da Península. Esta circunstância histórico-geográfica constitui fonte matricial da identidade étnico-cultural dos Portugueses que Camões simbolicamente consagrou ao escolher o título do poema épico nacional.

É, pois, por referência às implicações que nas actividades dos homens têm os maciços montanhosos da Região que ganha sentido designá-la por Região da Beira ou das Beiras. Com efeito, as serras que emergem do território marcam não apenas a orografia, os recursos naturais e a paisagem mas também e de forma significativa a actividade humana que se acolheu e expandiu à *volta* ou à *beira* das Serras, dos seus vales e das bacias dos rios que nelas nascem e nelas sulcam caminho para o mar: o Vouga, o Mondego e o Lis. São as bacias hídricas que fazem a *ligação natural* entre as montanhas do interior e o Atlântico, trazendo até ao oceano águas e areias das serras. No litoral, a influência das Serras, embora mais distante, não deixa de estar presente, estabelecendo uma continuidade geo-humana que a diversificação de actividades económicas mais recente tende por vezes a esbater.

1.2. A taxa de crescimento negativo da população: disparidades entre o litoral e o interior

Referidas, sumariamente, as características fundamentais do território da Região, vejamos, de seguida, o que de mais relevante ocorre com a população.

Tal como os rios, também a população manifesta preferência por se estabelecer nas planícies junto ao mar, menos agrestes do que as montanhas e onde as comunicações são mais fáceis.

Vivem na Região cerca de 1 milhão e 720 mil habitantes, o que equivale a 18% da população total do País. A densidade populacional é, por conseguinte, menor nesta Região do que a média nacional: 73 hab/km² na Região Centro comparativamente a 106 hab/km² no conjunto do País. No entanto, a distribuição demográfica é muito diferenciada entre o litoral e o interior, situando-se no primeiro, que corresponde a cerca de 1/4 da área, mais de 1/2 da população total, conforme os dados estatísticos condensados no Gráfico e na Figura 2 claramente ilustram.

Por uma análise muito simples dos dados demográficos podemos facilmente deduzir que não existe na Região nenhuma grande metrópole com população similar a Lisboa ou, até mesmo, ao Porto. Todavia, existem na Região diversos centros urbanos de média e pequena dimensão, cuja distribuição equilibrada pelo território constitui uma característica muito significativa e provavelmente um dos seus maiores trunfos.

1.3. *Centros urbanos de média e pequena dimensão e a distribuição equilibrada pelo território da Região*

Se considerarmos que na Região se situam, além das seis cidades capitais de distrito (Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu) mais duas outras cidades de média dimensão com actividade sócio-económica relevante, como é o caso da Covilhã e da Figueira da Foz, facilmente se depreende que a Região tem uma especificidade muito própria. Não possuindo nenhuma metrópole gigantesca e monopolizadora, caracteriza-se por uma diversidade de centros urbanos de pequena e média dimensão que podem constituir entre si uma estrutura poli-urbana, um sistema multipolar de relações ou rede interactiva de diversos centros urbanos de grandes virtualidades, funcionando cada cidade como núcleo de apoio ao desenvolvimento das localidades circunvizinhas, e simultaneamente como elemento constitutivo de um *sistema interactivo* de desenvolvimento harmonioso e equilibrado da Região no seu todo. Esta rede ou malha de centros urbanos, constituída e reforçada por um sistema interactivo de relações, encerra grandes virtualidades de desenvolvimento regional integrado, caso se concretizem, com brevidade, determinadas condições indispensáveis, como seja, designadamente, a conclusão de eixos rodoviários entre as principais cidades acima mencionadas.

À primeira vista, poderá parecer desvantajosa a inexistência na Região de um grande pólo urbano, cuja população ultrapasse o meio milhão de habitantes, como acontece com o Porto na *Região Norte* e com a Capital, na *Região* precisamente designada de *Lisboa e Vale do Tejo*. É inegável que há algumas vantagens decorrentes da existência de uma grande metrópole num determinado território e que radicam na concentração de serviços, de infra-estruturas e de equipamentos sociais que só a utilização em larga escala permite. Mas há igualmente enormes desvantagens intrínsecas às grandes áreas metropolitanas, com incidências na integração sócio-cultural e na qualidade de vida dos cidadãos.

Quadro I
DEMOGRAFIA E POVOAMENTO

REGIÃO CENTRO (NUTS III)	População Residente 1991 (Mil)	Área Km ²	Densidade hab/Km ²
TOTAL	1 720,8	23 671	73
BAIXO VOUÇA	951,4	1 630	192
BAIXO MONDEGO	328,9	2 042	161
PINHAL LITORAL	223,1	1 753	127
PINHAL INTERIOR NORTE	199,0	2 614	53
PINHAL INTERIOR SUL	50,8	1 924	26
DÃO-LAFÕES	281,4	3 486	81
SERRA DA ESTRELA	53,9	869	62
BEIRA INTERIOR NORTE	118,3	4 091	29
BEIRA INTERIOR SUL	81,0	3 740	22
COVA DA BEIRA	93,0	1 352	69
CONTINENTE	9 363,3	86 704	106

Figura 2

DENSIDADE POPULACIONAL
(NUTS III)

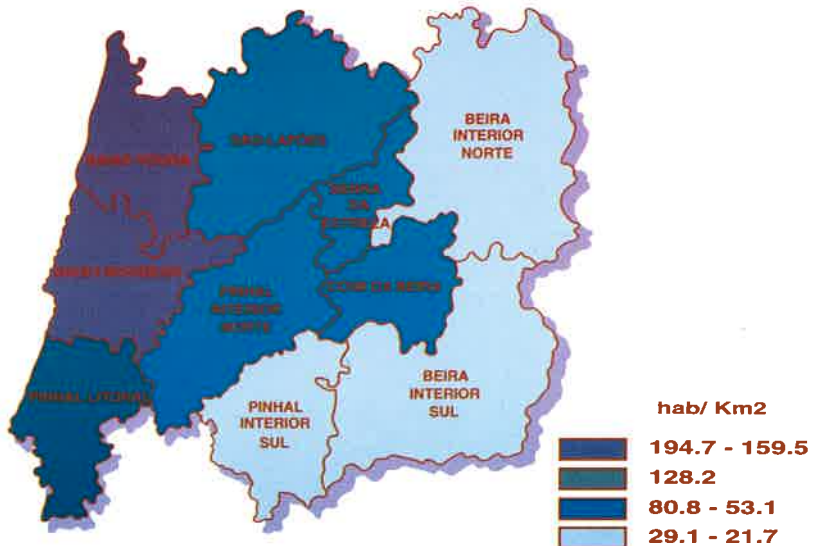
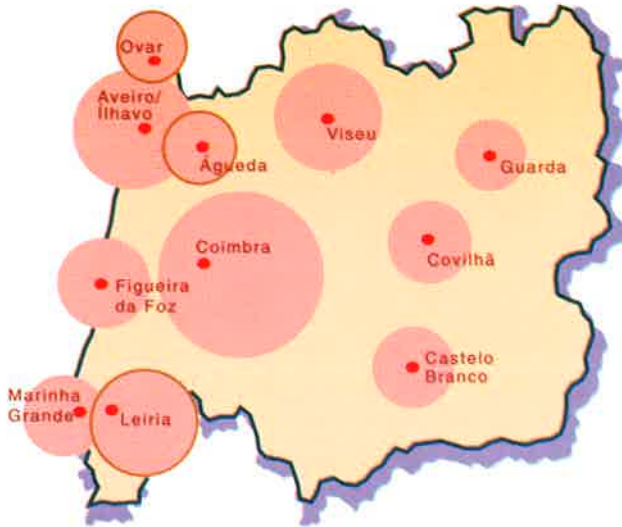


Figura 3

PRINCIPAIS CENTROS URBANOS

Centro Urbano	Hab.	Centro Urbano	Hab.
ÁGUEDA	20 964	FIG. DA FOZ	33 437
AVEIRO/ÍLHAVO	54 059	GUARDA	20 309
OVAR	20 029	LEIRIA	43 454
CAST. BRANCO	26 935	MAR. GRANDE	26 617
COVILHÃ	28 082	UISEU	44 550
COIMBRA	104 005		

CCRC/INE 1991

Quer as vantagens para o desenvolvimento da Região Centro que decorrem da diversidade de centros urbanos de pequena e média dimensão espalhados equilibradamente pelo território, quer a rapidez da concretização de condições indispensáveis ao seu aproveitamento, podem ser potencializadas se se promover a *consciencialização da identidade regional* e a difusão do *modelo policêntrico* ou *multipolar*, centrado na *interacção* dos diversos centros urbanos integrados numa *rede de relações* de comunicação e de valorização recíprocas.

1.4. *Dinâmica demográfica: o problema da desertificação tendencial das áreas rurais e a reconversão das actividades agrícolas*

Além da assimetria entre o litoral, mais povoado e dispendo de maior número de infra-estruturas favoráveis ao desenvolvimento económico e social, e o interior, mais isolado e menos atractivo aos investimentos geradores de novos empregos e de riqueza, os indicadores demográficos permitem a identificação de um outro problema que importa formular para que se tome consciência da sua amplitude e das respectivas implicações no domínio do planeamento e do desenvolvimento regional: referimo-nos à tendência para uma perda sistemática de população que foi muito acentuada na década de 60 (situando-se na ordem dos - 11,5% contra - 2,2% para o Continente, conforme se pode verificar pelos dados registados no Quadro II) e que na última década voltou a apresentar valores percentuais negativos, de novo muito mais relevantes nas sub-regiões do interior do que em algumas sub-regiões do litoral onde, em certos casos, se verificaram taxas positivas, como no Baixo Vouga e no Pinhal Litoral. As sub-regiões da Beira Interior Sul, do Pinhal Interior Norte e do Pinhal Interior Sul apresentaram taxas demográficas negativas, mesmo na década de 70-81, em que ocorreu o retorno maciço da população dos territórios ultramarinos, por um lado, e a estagnação da corrente emigratória, por outro.

De 1981 a 1991, a Região Centro tem vindo a perder população, assinalando os indicadores uma taxa negativa de crescimento demográfico, com um valor médio global de - 2,4%. Este valor negativo assume ainda um maior significado se o compararmos ao valor médio nacional de +0,3%, que sendo muito próximo de uma taxa de estagnação ou de crescimento nulo permanece, apesar de tudo, positivo.

A diminuição da taxa de natalidade, a emigração, embora em ritmo decrescente, e a deslocação da população activa, sobretudo de jovens, para outras Regiões do País, constituem factores significativos do empobrecimento das sub-regiões isoladas do interior das Beiras.

Esta tendência sistemática para o decréscimo populacional revela-nos, de imediato, que a Região Centro e, muito particularmente, as áreas rurais encontram-se num processo de potencial desertificação que importa enfrentar, não possuindo condições atractivas suficientes para reter população activa no seu território. Podemos equacionar o problema deste modo: como incentivar condições de fixação das populações nas áreas rurais? O que falta às sub-regiões do interior para captarem e reterem população?

É incontestavelmente desvantajoso para o desenvolvimento equilibrado do País, na sua globalidade, que o crescimento das duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, visando aumentos de competitividade à escala europeia, se processe desordenadamente, à custa da desertificação do interior, acentuando, assim, o desequilíbrio entre centros urbanos e o espaço rural.

A necessidade de planear e executar medidas de valorização dos espaços rurais que evitem o êxodo das populações e o conseqüente abandono e degradação desses espaços é aparentemente contrariada pela necessidade de reconversão das actividades agrícolas, onde trabalham ainda faixas da população excessivamente elevadas comparativamente ao perfil de distribuição da população pelos sectores tradicionais de actividade económica. O perfil que os indicadores apontam para a Região Centro é distorcido se o compararmos com o perfil médio do País e, sobretudo, com idêntico perfil correspondente à Comunidade Europeia. Basta inspeccionar os dados da Figura 5 para verificarmos que a Região Centro tem um excesso de população no sector primário, responsável por 26% do produto agrícola do Continente, e que apresenta "níveis de produtividade excessivamente baixos, reflectindo uma estrutura fundiária muito pulverizada, baixo índice de mecanização, deficiente organização da população e da comercialização e fraco nível de instrução dos agricultores"^(*).

Deste modo, a resolução do problema da desertificação tendencial dos espaços rurais não passa pela manutenção nas actividades agrícolas das populações activas e, sobretudo, dos jovens. Por conseguinte, outras soluções alternativas têm de ser imaginadas, escolhidas em função das virtualidades diagnosticadas e concretizadas por intermédio de programas de desenvolvimento de âmbito local, sub-regional e regional, em que sejam incentivadas a diversificação de actividades produtivas e transformadoras dos recursos endógenos, o incremento do turismo em espaço rural, o turismo ecológico e cultural, a promoção do sector da prestação de serviços de educação e de formação profissional, de saúde, de cultura e de desporto.

O ensaio de resposta a esta questão requer o enunciado das principais riquezas da Região, que passamos seguidamente a referir com a brevidade adequada e, por conseguinte, sem qualquer pretensão da exaustividade.

(*) Cf. "Desenvolvimento Regional em marcha", nº 2, DGDR, Lisboa, 1992, p. 4.

Quadro II
VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

REGIÃO CENTRO (NUTS III)	1960-70 %	1970-81 %	1981-91 %
BAIXO VOUGA	- 1,1	15,3	4,4
BAIXO MONDEGO	- 3,6	12,0	- 0,3
PINHAL LITORAL	- 2,5	11,6	3,4
PINHAL INTERIOR NORTE	- 26,6	- 5,5	- 9,1
PINHAL INTERIOR SUL	- 20,2	- 12,7	- 5,9
DÃO-LAFÕES	- 20,2	- 3,6	- 6,9
SERRA DA ESTRELA	- 12,7	4,3	- 4,6
BEIRA INTERIO NORTE	- 17,6	0,0	- 8,6
BEIRA INTERIOR SUL	- 18,0	- 15,8	- 16,1
COVA DA BEIRA	- 16,6	- 0,6	- 5,4
LITORAL	- 2,4	13,1	2,4
INTERIOR	- 18,2	- 2,2	- 7,2
REGIÃO CENTRO	- 11,5	4,9	- 2,4
CONTINENTE	- 2,2	15,2	0,3

Figura 4
VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO 1981-91

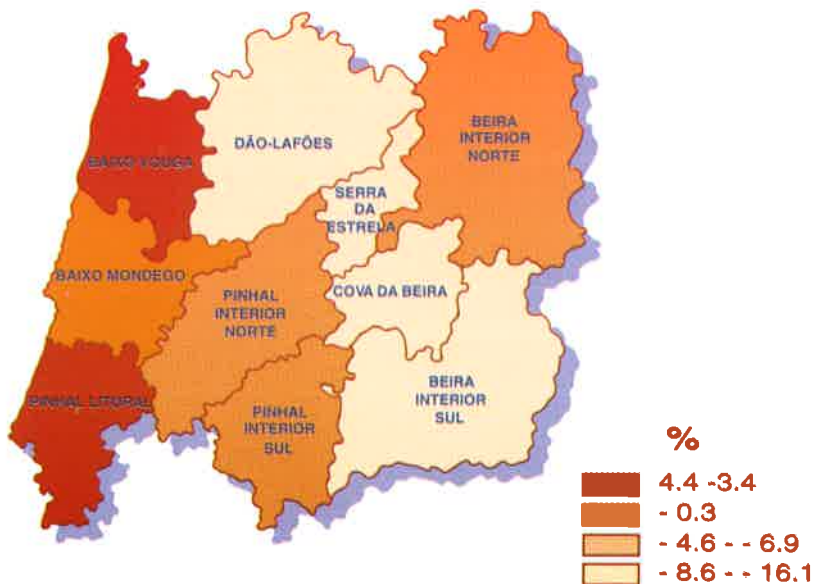


Figura 5

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA PELOS SECTORES ECONÓMICOS

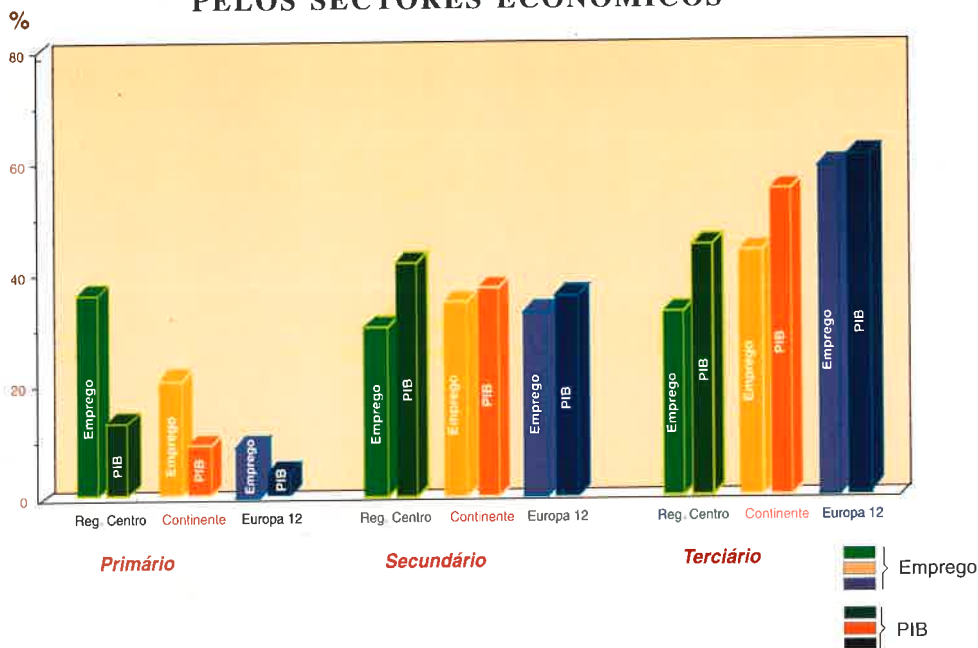
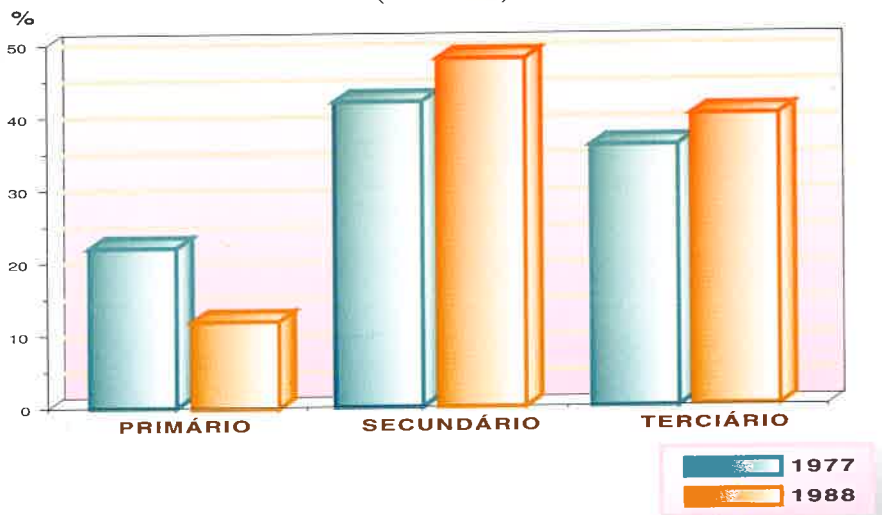


Figura 6

EVOLUÇÃO DA REPARTIÇÃO DO VAB (1977-88)



2. Os principais recursos da Região: o seu aproveitamento e promoção

Uma breve análise dos recursos naturais da Região Centro e das suas potencialidades ainda não exploradas contribuirá sem dúvida para desenhar algumas soluções e preconizar algumas linhas de orientação estratégica.

Correndo o risco de cometer falhas que toda a selecção comporta, podemos apontar, como principais recursos endógenos da Região Centro, os recursos hídricos, a floresta, as argilas e os barros, o património paisagístico e cultural.

2.1. No que diz respeito aos *recursos hídricos*, basta lembrar que nela se espraíam, conforme apontámos no início, algumas importantes bacias hidrográficas de Portugal, designadamente as bacias do Mondego, do Vouga e do Lis, constituindo o primeiro o maior curso de água que corre totalmente em território nacional.

As potencialidades das bacias hídricas das Beiras só parcialmente se encontram aproveitadas nas suas diversas vertentes, desde a exploração e armazenamento de forragens – em que o Vale do Vouga é particularmente fértil – até à valorização do turismo rural, náutico e ecológico. As capacidades turísticas da barragem da Aguieira, por exemplo, encontram-se sub-aproveitadas.

A aquacultura constitui uma modalidade de aproveitamento dos cursos de água cujas potencialidades estão longe de serem suficientemente aproveitadas.

Por outro lado, a qualidade das águas naturais permite a sua comercialização numa escala já considerável, o aproveitamento das suas virtualidades terapêuticas e o desenvolvimento das estâncias termais existentes na Região Centro.

2.2. No que respeita à *floresta*, constitui um dado bastante conhecido situar-se na Região Centro a maior mancha florestal da Península, e a maior mancha florestal de pinheiro bravo da Europa. É uma riqueza de que só muito recentemente se começou a tomar consciência. Uma riqueza de um valor crescente e um motivo de orgulho. Compreende-se, por isso, a localização de indústrias com peso significativo de aproveitamento das madeiras: pasta de papel, papel, aglomerados de madeira. Mas há ainda muitas mais actividades industriais a instalar ou a expandir para aproveitamento sistemático das madeiras, induzindo a criação de empregos e condições de fixação das populações rurais às localidades de origem e oferecendo alternativas mais rentáveis ao trabalho agrícola.

2.3. *As argilas e os barros* constituem uma outra matéria-prima em que a Região Centro é particularmente rica, no contexto do País. Há um grande número de indústrias de cerâmica com dimensão razoável em toda a Região, designadamente na faixa litoral entre Aveiro e Leiria. Neste

campo, a competitividade da indústria cerâmica passa pela qualidade crescente dos produtos, pela investigação e pela produção de novos materiais por intermédio da utilização de tecnologia de ponta. O *Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro*, instalado em Coimbra, é uma unidade apta a dar apoio à indústria cerâmica da Região, do País e até de países não comunitários de forma a assegurar níveis de elevada qualidade ou mesmo de excelência.

2.4. Tanto o *património natural* como o *património cultural* são suficientemente diversificados para permitirem uma vasta gama de produtos turísticos que importa inventariar, promover e articular de forma sistemática. O turismo da Região tem vivido muito centrado no turismo balnear, sazonal e sem grandes condições de permanência ou de fixação da procura.

O turismo de montanha tem reconhecidas potencialidades mas continua com dificuldades em afirmar-se e em expandir-se. O turismo rural e o turismo de habitação são ainda incipientes, embora prometedores.

Por seu turno, o turismo cultural na Região das Beiras comporta virtualidades que não têm sido consideradas em toda a sua amplitude e na diversidade das suas funções, desde a função pedagógica, fonte de difusão científica e de educação estética, à função financeira, fonte de receitas indispensáveis à conservação, restauro e promoção do património artístico, técnico e científico. A título meramente exemplificativo, refiramos as potencialidades das ruínas de Conimbriga e de Aeminium, por um lado, e da própria Universidade de Coimbra, por outro. Vale a pena lembrar, a este propósito, a exposição *Les Mécanismes du Génie* na *Europalia 92*, com peças do Museu de Física da Universidade de Coimbra. O sucesso dessa exposição ilustra o que, aqui, poderia ser feito neste campo, por intermédio do aproveitamento sistemático do conjunto dos Museus de História Natural, da Física e da Antropologia da Universidade de Coimbra.

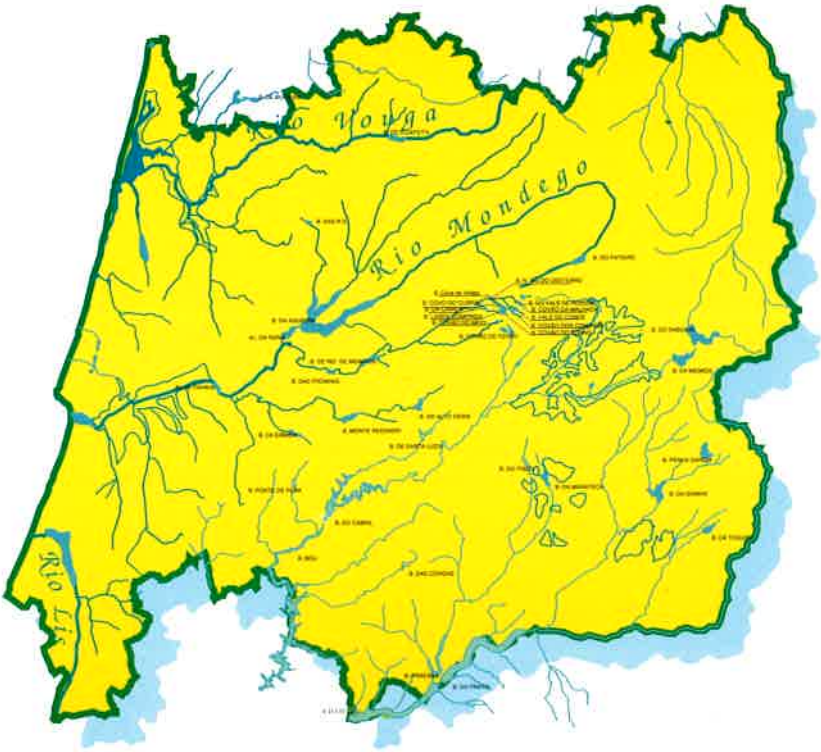
A cultura não deixa de o ser se for geradora de riqueza. Por isso, temos de apostar fortemente na promoção desta oferta diversificada que cria condições de *permanência*, motivos de exploração de um conjunto diversificado de produtos, contrariando, deste modo, a tendência para um fluxo turístico de simples passagem ou, quando muito, de uma única pernoita.

3. O que tem faltado à Região Centro que não tem permitido o aproveitamento adequado das suas potencialidades?

3.1. Ausência de consciência da identidade regional

A resposta à questão acima referida não pode ser linear. Há certamente uma diversidade muito grande de factores e de processos que comportam sempre uma grande inércia e que dificultam, por conseguinte, o processo de mudança.

Figura 7
HIDROGRAFIA DA REGIÃO



Mas um dos factores responsáveis pelo relativo atraso da Região é certamente a *ausência de uma consciência da identidade regional*. O que tem faltado à Região Centro não é uma identidade, mas a *consciência dessa identidade* e, sobretudo, a *afirmação dessa identidade*. O que falta à Região Centro é uma *ideia de si mesma* e uma estratégia de promoção e de difusão das suas realidades e das suas virtualidades. As diversas sub-regiões e áreas urbanas têm vivido de costas umas para as outras fragmentando a Região e debilitando-a em conflitualidades internas que em nada reforçam a identidade e a coesão da Região Centro de Portugal. Acresce a influência de uma mentalidade isolacionista e individualista dos habitantes das Beiras que tem favorecido um atomismo sócio-económico, acarretando dificuldades na equacionação e resolução dos problemas a uma escala de dimensão regional.

Sem esta afirmação da identidade regional, a Região Centro aparece fragmentada, desconexa, e, por conseguinte, fragilizada, sem uma identidade regional bem vincada, destituída de uma imagem de marca suficientemente forte e mobilizadora.

Por falta de uma *estratégia de afirmação da identidade da Região* no seu todo e por falta da assunção prática de um *modelo multipolar*, centrado na rede de interacção dos centros urbanos entre si, por um lado, e entre os centros urbanos e os espaços rurais circunvizinhos, por outro, a Região Centro tem perdido influência, dimensão competitiva e, conseqüentemente, poder negocial. Corroída por rivalidades e "fantasmas" de domínio de um centro urbano sobre os outros, a Região tem perdido oportunidades por esta falta de coesão e por falta de reconhecimento de que nessa estratégia de pretensão "isolamento" ninguém sai vitorioso.

3.2. Como proceder para ultrapassar esta situação?

As tarefas a realizar exigem a integração e a articulação num conjunto convergente de *programas de actividades*, a empreender a curto e a médio prazo, e que sejam concebidos e executados tendo como quadro orientador o modelo policêntrico e interaccionista de desenvolvimento regional.

Este modelo de desenvolvimento regional, multipolar e centrado na rede de interacções, é não só o mais adequado às características específicas da Região Centro, como assenta no princípio da coesão entre sub-regiões mais desenvolvidas e sub-regiões em atraso, ou seja, entre o litoral e o interior, por um lado, e entre os centros urbanos e as zonas rurais, por outro.

Neste contexto, uma das orientações estratégicas para alcançar os objectivos visados aponta para a execução, o mais rapidamente possível, da rede rodoviária, e o aperfeiçoamento de outras vias já previstas, designadamente o IP2 que liga os centros urbanos da Guarda, Covilhã e Castelo Branco, o IC7 que une Covilhã (e, por conseguinte, as sub-regiões da Cova da Beira e da Serra da Estrela) a Coimbra, o IC8 que aproxima Castelo Branco, Pombal e Figueira da Foz e o troço do IP3 entre Coimbra e Figueira da Foz. A rede de rodovias entre os centros urbanos referidos fecha a malha de rodovias que, com o IP5 entre Aveiro, Viseu e Vilar Formoso,

constituirá não apenas factor de coesão intra-regional mas também factor de coesão inter-regional, favorecendo as comunicações transfronteiriças.

A conclusão desta malha de estradas rápidas entre os principais centros urbanos, permitindo a circulação de pessoas e de mercadorias, deve ser complementada por uma rede de estradas de âmbito local, municipal ou sub-regional que concretize a ligação dos centros urbanos às localidades rurais, de forma a dotar o tecido da Região de uma rede "capilar" de vias de comunicação, susceptível de contribuir para o desenvolvimento local, através da fixação de investimentos e do aparecimento de novas empresas geradoras de emprego e de riqueza.

Além da prioridade a dar à execução atempada da rede rodoviária, importa sublinhar, de igual modo, a imprescindibilidade de renovar e de modernizar as ferrovias, designadamente as das Linhas da *Beira Alta* e da *Beira Baixa* e as de ligação entre Coimbra e Figueira da Foz.

As infra-estruturas portuárias de Aveiro e da Figueira da Foz deverão igualmente merecer tratamento prioritário, não apenas como estruturas de escoamento e de comercialização de produtos naturais, mas como estruturas integradas em eixos de comunicação internacional.

A prioridade a atribuir ao fecho da rede rodoviária e a modernização das ferrovias deve ser acompanhada de um conjunto de medidas susceptíveis de contribuir significativamente para a fixação da população activa, sobretudo da população jovem. Para estancar o êxodo dos jovens e neutralizar o poder atractivo que sobre eles exercem as grandes metrópoles, torna-se indispensável prosseguir e expandir uma política de equipamentos sociais, quer de apoio às actividades produtivas e de comercialização, quer no domínio da educação e da formação profissional, quer ainda no âmbito dos serviços de saúde, desportivos e culturais.

A valorização do património natural e cultural da Região Centro passa inequivocamente pela execução e modernização do tecido de vias de comunicação que aproximem as cidades e as vilas, o interior e o litoral, o Centro de Portugal e a Região de Castela e Leão, Portugal e a Europa. Mas passa também pela promoção da *imagem de marca da Região*, pela sua difusão, designadamente, junto dos jovens de forma a que, conhecendo com maior rigor as características da Região em que vivem e se formam, estando melhor informados sobre as suas realidades e potencialidades, se sintam motivados para a aceitação dos desafios e resolução dos problemas que o desenvolvimento local e regional coloca.

Há imensas actividades novas a explorar, iniciativas de aproveitamento de recursos naturais a empreender, valorização do património cultural a promover. O espaço das tarefas e dos projectos não é pequeno.

O espaço geográfico do País é, sem dúvida, diminuto, comparativamente a outros países e mais diminuto é ainda o espaço físico de cada uma das nossas aldeias e vilas. Mesmo a dimensão de muitas das nossas cidades é bastante reduzida. A pequenez geográfica do País e dos centros urbanos tem influenciado o *espaço psico-social* frequentemente percebido como asfíxiante, sem horizontes nem perspectivas de futuro. Todavia, a relação entre dimensão física e dimensão psico-social não é uma relação determinista. Do ponto de vista do espaço mental ou

Figura 8
PRINCIPAIS ESTRADAS



LEGENDA:

- Auto-Estradas e Vias Rápidas
- IP - Itinerários Principais
- IC - Itinerários Complementares
- Outras Estradas

PROPOSTAS CCRC:

- Reclassificação a IP
- Construção de novo IP

- Principais Centros Urbanos
- Centros Urbanos com influência supra-concelhia
- Outros Centros Urbanos
- Outras Sedes de Concelho
- Fronteira
- Proposta de Fronteira - CCRC

psico-sócio-cultural, Portugal não é um País pequeno. Atesta-o a História, que conserva a memória de uma nação, que alargou os horizontes do mundo, atesta-o o presente de um povo espalhado por todos os continentes, e assegura-o os inúmeros problemas a resolver, os muitos projectos a delinear, as imensas tarefas a empreender, todos susceptíveis de empenhar as populações e, sobretudo, os jovens.

Esta situação é particularmente ajustada à Região Centro.

E é neste contexto que podemos afirmar que a Região Centro tem futuro e que oferece aos jovens perspectivas de futuro. Região de Montanha e de Floresta, a Região Centro de Portugal, a Região das Beiras apresenta, de resto, um valor inestimável que num futuro muito próximo será cada vez mais apetecido e procurado: uma Natureza não poluída com a qual o Homem poderá manter relações de convivência, de forma exemplar e criadora.

DOS PROBLEMAS LOCAIS E REGIONAIS À INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA (*)

Quiz a organização deste Colóquio, dedicado à problemática da produção e valorização do *Mel de Montanha* como *Produto de Qualidade*, convidar-me para participar na Sessão de Abertura, o que muito me apraz e agradeço.

Começo por saudar todos os participantes, tanto os que vêm dar o seu contributo de saber, experiência e de orientação prospectiva, apresentando comunicações sobre diversos aspectos do tema em questão, como os que as atendem e activamente as analisam e apreciam.

Permitam-me que dirija uma saudação especial ao Prof. Doutor Proença da Cunha e ao Dr. Jorge Paiva, docentes e investigadores da Universidade de Coimbra que, pelo valor dos seus trabalhos e pelo seu empenho e persistente entusiasmo nos domínios ligados à preservação da Natureza e à valorização dos produtos naturais, souberam grangear a consideração de todos.

Julgo que a investigação científica, ao dedicar-se à análise e à resolução de problemas locais, torna-se ainda mais valiosa, mesmo que, à primeira vista, estes problemas não revistam uma dimensão nacional ou universal.

Nesta matéria, há quem considere que a investigação científica, sobretudo a que se pratica nas Universidades, deve dedicar-se à análise das grandes questões de âmbito geral ou universal, remetendo para lugar secundário o estudo de problemas locais e regionais. Nesta perspectiva, para os que defendem outra concepção de *Ciência* como um corpo sistemático de conhecimentos com dimensão e validade geral formulados idealmente em leis de valor universal, a investigação ao dedicar-se aos problemas locais corre o risco de se particularizar ou de se regionalizar, perdendo assim o seu estatuto científico.

(*) Intervenção na abertura do Colóquio sobre Mel de Montanha, produto de qualidade, realizado no Auditório da Comissão de Coordenação da Região Centro no dia 13 de Março de 1992.

Trata-se de uma perspectiva menos adequada sobre a origem e a natureza do conhecimento científico. Com efeito, do estudo dos problemas locais e regionais decorrem sempre implicações de ordem geral e universal. É nos problemas concretos, que preocupam as pessoas nas suas condições reais de vida, que a investigação científica tem a sua raiz primária ou a origem fundamental. Contribuir para a resolução dos problemas das comunidades locais e regionais constitui uma das finalidades da investigação científica que mantém ligações com a vida e com o aperfeiçoamento das condições da existência humana.

Por conseguinte, importa que os investigadores sejam incentivados a debruçar-se sobre as questões de ordem local e regional, tomando-as como temas importantes para os seus trabalhos de pesquisa. Se o fizerem não haverá riscos de "regionalização", por isso. Pelo contrário, asseguram a vitalidade dos estudos e a valorização social dos respectivos resultados.

Nesta perspectiva, faço votos para que os investigadores não receiem perder prestígio ao dedicarem-se ao estudo de questões locais e que os produtores não tenham medo de falar e de colocar questões aos investigadores. De facto, é neste intercâmbio entre investigadores e produtores, entre o *saber* e o *saber-fazer*, entre a *teoria* e a *prática* que reside um dos eixos em que irá assentar o desenvolvimento local e regional no futuro.

É também nesse intercâmbio e nesse diálogo, a incentivar e a aprofundar de forma persistente, que assenta um dos pilares da qualificação dos produtos.

E é na *Qualidade* daquilo que formos capazes de produzir que temos de apostar como uma das condições do êxito do desenvolvimento da Região Centro ou Região das Beiras e, por via dele, do desenvolvimento do País.

Por isso, me regozijo com a organização deste colóquio dedicado ao *Mel de Montanha como produto de qualidade* e felicito a Comissão Organizadora, desejando que os trabalhos decorram de forma fecunda e que os seus resultados atinjam os objectivos pretendidos.

RECONSTRUÇÃO DA EUROPA OU CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA EUROPA? (*)

A Europa não é uma *ideia* recente que tivesse emergido dos escombros da última Grande Guerra. A Europa tem raízes profundas e diversas. Tem já uma longa história e uma tradição cultural caldeada de encontros e desencontros de diversos modos de pensar a vida, de a organizar e de procurar transcendê-la.

A Europa é um projecto, uma tarefa inacabada, uma tensão dinâmica aberta ao futuro.

Neste contexto, permitam-me que vos evoque uma figura de português e de europeu da nossa comum Idade Média, que de Lisboa, onde nasceu em 1195, veio para Coimbra estudar no Convento de Santa Cruz onde os monges da Ordem de Santo Agostinho compilavam códices escritos em grego e latim, de filósofos, teólogos e juristas. Esta escola medieval do Convento de Santa Cruz constituiu uma das raízes da futura Universidade.

Refiro-me a Santo António de Lisboa, também conhecido e venerado sob a designação de Santo António de Pádua.

Aqui perto deste local onde nos encontramos, à distância talvez de uns 1.000 metros, pode ser visitada a Igreja de Santo António dos Olivais, situada num ponto alto da cidade de onde se avistava um dos maiores campos de oliveiras de Portugal, hoje transformado numa rede urbana em pleno desenvolvimento.

Certo dia, bateram à porta do Convento de Santa Cruz, três frades mendicantes vindos de Itália, de uma ordem nova criada em Assis por um jovem apaixonado pela Natureza chamado Francisco.

(*) Discurso proferido no encerramento do curso "*Formation des Développeurs Communautaires*", realizado, em Coimbra, nos dias 1 a 5 de Junho de 1992.

O novo ideário apaixonou António de Lisboa. E projectou propagá-lo no norte de África. O barco em que fez a viagem, sacudido por vendaval, desviou a rota e encostou ao litoral de Itália. E aí engrossou a roda de amigos de S. Francisco. Missionou. Falou aos peixes. Fez sermões sobre a Presença de Deus na Natureza.

Para Santo António, tal como S. Francisco, o Homem e a Natureza são irmãos, com a mesma origem e com destino comum.

Que aconteceu para que esta concepção das relações do homem com a Natureza tivesse desaparecido e que hoje estejamos tão preocupados com a situação da Terra?

A filosofia dualista cartesiana tem nisto alguma responsabilidade, ao separar o Homem, por um lado, e a Natureza, por outro, considerando o primeiro dotado de inteligência, de sensibilidade e de espírito, e considerando a segunda destituída de "alma", simples matéria que as ciências da matemática, da física, da química e da mecânica estão aptas a medir, a explicar e explorar!

Que temos de fazer?

Voltar aos tempos heróicos e, para nós hoje, românticos do franciscanismo? Retomar o panteísmo de Espinosa, filho de Judeus portugueses que emigraram para a Holanda expulsos primeiro do Alentejo e depois da Andaluzia?

É difícil responder. Uma coisa considero segura. É que temos de encontrar uma nova filosofia para a compreensão das relações do Homem com a Natureza. Retomando ou não as raízes do franciscanismo ou do panteísmo espinosano, impõe-se-nos fundamentar uma nova concepção do Homem e do Universo, capaz de superar as limitações e as consequências desastrosas do dualismo e mecanicismo tecnicista.

O homem não se desenvolve nem isolado nem desligado da Natureza. Neste sentido, só é bom para o Homem aquilo que for simultaneamente bom para a Natureza.

A Europa esgotou um ciclo de desenvolvimento assente numa concepção filosófica e científica cujos resultados estão à vista. Urge uma outra concepção filosófica e científica do Homem, da Vida e do Universo. É o desenvolvimento do Homem e o desenvolvimento da própria Europa que o exigem.

Esta é também uma missão dos agentes de desenvolvimento comunitário.

A Europa sempre se constituiu e se desenvolveu como uma fonte de ideias e de valores, isto é, como uma potência cultural.

Contribuir para a consciencialização da necessidade de uma nova ideia do Homem e da Natureza é também missão nossa. Fazê-lo é sermos fiéis à essência da Europa.

APRESENTAÇÃO DOS CONTRIBUTOS PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 94-99 (*)

Os *Contributos para o Plano de Desenvolvimento Regional no decurso de 1994-99*, que neste volume são apresentados em versão provisória, comportam a análise da totalidade dos sectores relevantes para o desenvolvimento regional e o enunciado de projectos estruturantes dela decorrentes.

Na elaboração do documento foi seguida uma sequência metodológica que comportou etapas ou momentos diferenciados, embora intrinsecamente conectados entre si: análise da situação, avaliação do impacto regional dos instrumentos de desenvolvimento, identificação de problemas existentes e de estrangulamentos ao desenvolvimento que ainda persistem, formulação de objectivos a alcançar, indicação de projectos estruturantes e de linhas de acção estratégica adequadas aos objectivos propostos.

A filosofia subjacente é a de que nenhum dos sectores actuará de forma isolada ou estanque, separadamente dos restantes. O cruzamento da *perspectiva vertical*, decorrente da análise dos diversos sectores, e da *perspectiva horizontal*, exigida pela consideração das características específicas do território regional, permite identificar 5 eixos diagonais ou vectores de desenvolvimento resultantes das interconexões recíprocas e preferenciais dos diversos sectores analisados:

- ordenamento do território e reforço da rede urbana;
- melhoria da competitividade empresarial e do sistema científico e de formação;
- preservação do ambiente e valorização dos recursos naturais;
- desenvolvimento e revitalização dos espaços rurais;
- cooperação interregional.

(*) Texto do Preâmbulo do volume acima referenciado cuja elaboração foi solicitada à Comissão de Coordenação da Região Centro pelo Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

Neste contexto, merece ser aqui sublinhado o facto de que quase todos os projectos estruturantes aqui propostos, numa primeira apresentação provisória e de forma alguma exaustiva, resultam da confluência de necessidades e de interesses claramente identificados por dois, três ou mais sectores.

Merece ser igualmente sublinhado o facto de quase todos os projectos estruturantes apresentarem uma dimensão que transcende os limites ou as fronteiras dos Programas Operacionais actualmente em vigor na Região (P.O. do Centro, do Pinhal e da Raia Central), apresentando, por conseguinte, características abrangentes, dimensionadas preferencialmente à escala do espaço da Região.

Com o objectivo de facilitar a análise dos projectos estruturantes propostos para o desenvolvimento regional, em conformidade com a metodologia seguida e acima enunciada, optou-se por apresentar um quadro sinóptico, colocado no Resumo, onde o conjunto dos referidos projectos se encontra elencado. A leitura deste quadro constitui um complemento auxiliar de análise do documento na sua globalidade, não podendo de modo algum substituí-lo.

Importa salientar, por fim, que a elaboração do presente documento foi largamente participada, resultante da compilação, tratamento e interpretação de dados estatísticos e de informações recolhidas por técnicos da CCRC, quer junto dos Governadores Cíveis, quer junto de representantes de diversos sectores e serviços da administração pública e dos principais actores locais. Deste modo, o documento, embora nesta fase não tenha sido ainda objecto de apresentação nem ao Conselho da Região nem ao Conselho Coordenador, reflecte, no entanto, problemas, preocupações e anseios formulados pelos autarcas e pelos representantes dos sectores em reuniões anteriores destes órgãos da Comissão de Coordenação da Região Centro.

Coimbra, 31 de Julho de 1992

A ARTE FACTOR DE DESENVOLVIMENTO (*)

A exposição de algumas obras de *quatro pintores* que nasceram na Região Centro de Portugal e que nela actualmente trabalham, depois de terem percorrido as "sete partidas do mundo", dentro e fora do País, conhecendo terras, gentes, técnicas e culturas diferentes, não podia deixar de integrar a *Semana da Região Centro de Portugal em Sevilha* que a Comissão de Coordenação da Região Centro organizou como contributo para a divulgação das realidades e das potencialidades de desenvolvimento social, económico e cultural de uma região que, nas palavras de Jaime Cortesão, historiador e intérprete do sentido da cultura portuguesa, "enfeixa e gradua em si as sete cores do arco-íris das paisagens de Portugal".

A Arte, na multiplicidade das suas manifestações, é consubstancial ao desenvolvimento do homem e constitui sinal perceptível do seu potencial criador, da sua ânsia de aperfeiçoamento e de transcendência relativamente às condições reais da existência humana, marcada por limitações, deficiências e lacunas, umas vezes demasiado acentuadas, outras vezes violentas e, por isso, dificilmente suportáveis.

Deste modo, para além de testemunho de permanente busca de sentido para situações pessoais, interpessoais ou comunitárias, a Arte é sinal de vitalidade, apelo de potencialidade criadora, mensagem de esperança na superação das condições "demasiado humanas" da vida.

Sendo sinal de insatisfação e, simultaneamente, de perfectibilidade, de desejo e vontade de perspectivar o mundo de forma diferente, capaz de alargar as possibilidades do homem de perceber a realidade de um modo novo, a Arte constitui factor e condição de desenvolvimento

(*) Apresentação do *Catálogo 4 Pintores da Região Centro* organizado para a Exposição realizada no "Espaço de Poitou-Charentes em Sevilha", de 27 de Setembro a 3 de Outubro de 1992, e em que estiveram presentes telas dos pintores António Pimentel, Mário Silva, Pinho Dinis e Zé Penicheiro.

pessoal e cultural. Por isso também, as manifestações artísticas convidam não apenas à contemplação ou a uma atitude de admiração estética mas sobretudo a uma vivência diferente das situações, apelando dinamicamente a uma mudança ou a uma reconversão do olhar, a uma alteração do modo de ver e de valorizar o mundo, o homem e a vida. E é por este apelo à mudança e à renovação da vida que a Arte é cada vez mais indispensável ao Homem.

Coimbra, Setembro de 1992

**FERNÃO MENDES PINTO,
NAVEGADOR E COMERCIANTE, DIPLOMATA E ESCRITOR,
NATURAL DE MONTEMOR-O-VELHO (*)**

*Os portugueses somos do Ocidente
Imos buscando as terras do Oriente*

Lúis de Camões, Os Lusíadas

Canto I, 50

A conferência que o Doutor Aníbal Pinto de Castro, Professor Catedrático da Universidade de Coimbra, acedeu proferir, inserida no conjunto de iniciativas de difusão das realidades e potencialidades socio-económicas e culturais da Região Centro que, à falta de melhor epíteto, designámos por *Semana da Região Centro de Portugal em Sevilha*, visa alcançar um dos principais objectivos que motivou a Comissão de Coordenação da Região Centro a aceitar o desafio de cooperação que lhe foi dirigido pelo Senhor Jean Pierre Raffarin, deputado do Parlamento Europeu e Presidente do Conselho Regional de Poitou-Charentes. Com efeito, ao acedermos à repetida solicitação de organizarmos na "Casa Andaluza" ou "Espaço de Poitou-Charentes em Sevilha" uma mostra da Região Centro, no contexto da *Exposição Universal de Sevilha 92*, pareceu-nos indispensável seleccionar e articular um conjunto de actividades de índole diversa, umas voltadas para a comunicação e intercâmbio entre empresários e agentes de

(*) O presente texto reproduz, com ligeiras alterações, a Apresentação que o autor fez do Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro na noite de 29 de Setembro de 1992, no *Consulado-Geral de Portugal em Sevilha* e constitui o prefácio da publicação, em edição bilingue, da conferência então proferida pelo referido Professor intitulada *De Montemor-o-Velho às Ilhas do Japão: A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto e o Encontro de Culturas*.

actividades produtivas e comerciais, e outras, como a exposição *Quatro Pintores da Região Centro* e esta conferência que vamos ouvir, orientadas predominantemente para a difusão e valorização do nosso património histórico e da nossa criatividade estética e poética. Um as e outras, na aparente diversidade dos seus objectivos, articulam-se e complementam-se entre si, convergindo para idêntica finalidade.

Com efeito, às iniciativas seleccionadas, na heterogeneidade da sua natureza, subjaz um fio condutor que não é apenas tecido pela assunção do processo de integração de diversos sectores, materiais e imateriais, como via adequada ao desenvolvimento equilibrado das pessoas e das comunidades, na medida em que tem, como um dos seus componentes fundamentais, no contexto comemorativo da Exposição de Sevilha, a evocação e o reconhecimento do papel das grandes navegações marítimas dos povos peninsulares.

Numa época marcada por uma aceleração vertiginosa da história, pouco propícia à reflexão retrospectiva, lembrar ou tornar presente à nossa memória de europeus as raízes longínquas da *construção da nova Europa*, raízes que tecem a história dos povos da Comunidade nas suas relações com outros povos e culturas, apresenta-se-nos como uma via para a indispensável consciencialização da diversidade e da especificidade dos contributos de cada um dos povos da comunidade para o património histórico e cultural comum, em que se funda a *identidade* da Europa: uma identidade polimorfa, irrequieta, em contínuo movimento de superação de dificuldades e de aperfeiçoamento.

Para ser sólido, o edifício da nova Europa, que pacientemente está em construção, tem necessariamente que apoiar-se em *fundações matriciais* de grande significado existencial e simbólico, partilhado por todos os povos da comunidade como sua herança comum. Se esta herança de feitos e de projectos não passar a existir na memória, na consciência e na representação social dos povos da comunidade, frágil será o resultado a obter por lhe faltar *a vivência da comunhão de uma experiência de vida em que o passado, o presente e o futuro se interpenetram numa unidade funcional integradora das dimensões do tempo*, capaz de gerar projectos de grande dinamismo mobilizador da participação das pessoas e das comunidades.

É na consideração deste contexto que a conferência do Doutor Aníbal Pinto de Castro, professor brilhante, investigador rigoroso e académico de mérito, Director da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e aqui também em representação do seu Magnífico Reitor, se enquadra em pleno, não pretendendo estas considerações preambulares alcançar outro objectivo se não o de lhe realçar o seu significado e valor prospectivo.

Por outro lado, na selecção das actividades da *Semana da Região Centro em Sevilha*, não podíamos ser insensíveis a duas circunstâncias a que atribuímos particular significado. A primeira reporta-se ao facto de se situar na Região Centro de Portugal a vila de Montemor-o-Velho, terra Natal de Fernão Mendes Pinto, navegador, comerciante, diplomata e escritor,

membro do grupo de navegadores portugueses que pisou pela primeira vez terras japonesas, aí introduzindo inovações tecnológicas de grande repercussão na vida social, política e cultural do Japão. Por outro lado, e referimo-nos à segunda circunstância a que aludimos acima, procurámos deste modo corresponder ao reconhecimento da importância histórica daquele evento que os japoneses testemunham quer internamente, celebrando todos os anos, em Tanegashima, por intermédio da "Festa das Espingardas" a chegada dos Portugueses ao seu território, quer externamente, como agora, no Pavilhão do Japão na Exposição Universal de Sevilha, em que esse reconhecimento esteve assinalado com significativo relevo.

A chegada dos portugueses a Tanegashima ou Ilha de Tanega, em 1542 ou, mais seguramente, em 1543, constitui um acontecimento de significado histórico-cultural relevante, com maior impacto na vida do povo nipónico do que propriamente no mundo ocidental. Aqui, as viagens dos navegadores e dos comerciantes continuaram a ser polarizadas pela exploração das Índias Orientais e do Continente Americano, a que Colombo arribou pensando tratar-se do território das primeiras. As longínquas terras da Malásia, da China e do Japão requeriam tempo, engenho e coragem na concretização de um projecto de comunicação entre os homens que lhes alterou a imagem do mundo e a sua própria imagem. Das navegações pelas "sete partidas do mundo", dos seus êxitos e fracassos, dos encontros e dos desencontros, das missões cumpridas e dos projectos que ficaram por acabar, deixou-nos Fernão Mendes Pinto uma longa narração a que deu o nome significativo *Peregrinação*. Há nela marcos e sinais memoráveis de uma abertura, encontro e comunicação entre povos e culturas diferentes que, suspensa ou interrompida durante três séculos, aguarda a hora de ser retomada, ampliada e renovada, neste final de século e no horizonte promissor da alvorada do século XXI.

A solidez da construção da Europa passa também pela renovação desta abertura de Portugal ao Mundo, pelo reconhecimento do valor recíproco que decorre do encontro de culturas e pela inestimável riqueza da comunicação entre os povos que possibilita a consciência de uma *comunhão* de origem, de condição e de destino.

Antes de concluir, permitam-me que uma vez mais agradeça ao Doutor Aníbal Pinto de Castro a total disponibilidade com que aceitou o convite, apesar das suas numerosas actividades e solicitações, o que tomo por testemunho de antiga Amizade que nestas provas se renova e robustece.

Gostaria de reiterar igualmente os meus agradecimentos ao Senhor Cônsul Geral de Portugal em Sevilha, Dr. Manuel Côrte-Real, que, desde a primeira hora, acolheu com entusiasmo a ideia de a realização desta Conferência ocorrer no Salão do edifício do Consulado, cujo restauro muito lhe deve e que, pela sua beleza, contribuiu para enriquecer esta iniciativa.

A ambos, pelos motivos expostos, e a todos os presentes exprimo, em nome pessoal e em nome da Comissão de Coordenação da Região Centro, sincero e inesquecível reconhecimento.

A COOPERAÇÃO ENTRE BADEN-WÜRTTEMBERG E A REGIÃO CENTRO DE PORTUGAL (*)

Senhor Ministro-Presidente do Estado de Baden-
Württemberg, Senhor Erwin Teufel,
Senhores Reitores, Empresários e Altos funcionários de
Baden-Württemberg,
Senhores Governadores Cívicos,
Senhores Reitores e Presidentes de Institutos
Politécnicos,
Senhores Presidentes de Câmara,
Senhores Representantes de Associações Empresariais
da Região Centro,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

As minhas primeiras palavras são de saudação muito cordial e de apresentação de boas-vindas a Coimbra e à Região Centro de Portugal a todos os membros desta tão distinta delegação do Estado de Baden-Württemberg da República Federal da Alemanha.

E, desde já, desejo exprimir-lhe, Senhor Presidente do Governo Regional de Baden-Württemberg, o testemunho de apreço, que fui colhendo nos poucos meses em que me encontro a presidir a esta Comissão de Coordenação da Região Centro, com que é aqui encarada e cuidadosamente cultivada a colaboração entre Baden-Württemberg e a Região Centro de Portugal.

(*) Alocução de boas vindas e apresentação do Senhor Erwin Teufel, Ministro-Presidente do Estado de Baden-Württemberg, por ocasião da visita à Região Centro e da conferência que proferiu sobre o *Papel das Regiões no processo de construção da Europa*, no auditório da Comissão de Coordenação da Região Centro, no dia 5 de Novembro de 1992.

Sentimo-nos muito honrados e sensibilizados com a visita de V.Exa. e formulamos votos de que no decurso dela possamos alargar e aprofundar os elos de cooperação entre estas duas regiões da Europa.

Somos uma região pequena de um pequeno País da Europa. Tem a Região Centro de Portugal 1 milhão e 760 mil habitantes. Mas há muitos naturais deste território que se encontram espalhados por diversas partes do Mundo, dos Estados Unidos da América ao Japão. Alguns trabalham também em terras de Baden-Württemberg. Este jeito de partir, de ir conhecer outras terras, de trabalhar e de conviver com outros povos, numa atitude de grande abertura e tolerância, ficou-nos dos antepassados navegadores dos séculos XV e XVI. Portugal foi, então, a cabeça e o coração da Europa, levando-a através dos mares, ao contacto com outros povos e outras culturas em África, na América e na Ásia. E em vilas e cidades da Região Centro nasceram homens que contribuíram, de forma significativa, para essa obra de alargamento dos horizontes da Europa e do mundo. De Belmonte é originário Pedro Álvares Cabral, o capitão das naus que, em 1500, aportaram em terras de Santa Maria do Brasil. Em Montemor-o-Velho, apenas a vinte quilómetros de Coimbra, nasceu Fernão Mendes Pinto que, em 1543, fez parte do grupo de portugueses que pela primeira vez desembarcaram nas Ilhas do Sul do Japão.

Desde então, permanecemos predominantemente atraídos pelo Atlântico, num misto de "aventura e rotina", de viagens e de retorno ao solo pátrio que funcionou, em extensas faixas do litoral, como um cais de partidas e de chegadas.

Durante anos, dispersámo-nos pelo mundo, descurando, por conseguinte, o intercâmbio com os restantes países da Europa; não pudemos, deste modo, acompanhar os movimentos de industrialização e de renovação científica. Deixámo-nos atrasar em domínios básicos do desenvolvimento económico.

Mas estamos agora a recuperar desse atraso. Restabelecemos, como parceiros, o diálogo e a participação no processo de construção europeia. Estamos, de novo, a trabalhar num projecto que ultrapassa as fronteiras do País. A construção da Europa, tal como no século XV e XVI, é hoje uma tarefa colectiva de todos os países da comunidade, um projecto de aprofundamento não apenas do mercado único, mas de um espaço geo-humano que tem raízes culturais comuns e ideais de vida pautados pelos valores da Liberdade e da Dignidade do Homem.

É deste processo de construção da Europa que V^a Ex^a nos vem falar.

E vem com justos títulos.

Em primeiro lugar, visita-nos V^a Ex^a na qualidade de Presidente do Governo Regional do Estado de Baden-Württemberg, a que Theodor Heuss, o primeiro Presidente da República Federal da Alemanha chamou "um modelo das possibilidades alemãs", e que V^a Ex^a, glossando a afirmação de Heuss, considera "um modelo das possibilidades europeias", região geograficamente situada no coração da Europa, com um pulsar dinâmico, ritmado, gerador de vida. Região berço de europeus ilustres que alargaram a Europa à dimensão universal. Nela nasceram, com

efeito, físicos e astrónomos como Kepler e Einstein, humanistas e filósofos como Melanchton e Hegel, poetas como Schiller e Holderlin.

Uma região que ainda há menos de cem anos tinha uma vida económica frágil e que hoje se orgulha de pertencer ao clube das quatro regiões "motores da Europa".

E a este propósito, sinto-me tentado a fazer, de novo, uma citação do Prefácio que escreveu para o livro sobre o *Sudoeste Alemão*, em que caracteriza a região de Baden-Württemberg como – passo a citar – uma *"região economicamente forte, próspera e com muitas perspectivas promissoras. Baden-Württemberg tem uma taxa de emprego muito elevada, a mais densa infraestruturas de investigação, uma estrutura económica saudável, orientada para as pequenas e médias empresas que manufacturam produtos de qualidade procurados e apreciados em todo o mundo"* (fim de citação).

Mas além do 1º representante desta Região da Europa – onde vivem cerca de 20.000 portugueses – é Vª Exª uma personalidade notável de estadista, com uma presença em progressiva afirmação na vida política do Estado de Baden-Württemberg, da Alemanha e da Europa.

Com efeito, tendo-se formado em Administração e Serviço Público, em 1961, começou a trabalhar, entre 1961 e 1964, na Administração distrital de Rottweil e no município de Trossingen. Em 1972, foi eleito pela primeira vez membro do Parlamento do Estado de Baden-Württemberg. Entretanto, de 1972 a 1978, desempenhou funções governativas em diversas Secretarias de Estado, designadamente nas Secretarias de Estado da Agricultura e dos Assuntos Ambientais. De 1978 a 1991, foi *leader* do Grupo Parlamentar da C.D.U. no Parlamento de Baden-Württemberg. É Ministro-Presidente de Baden-Württemberg desde 22 de Janeiro de 1991.

No início do mês de Julho do corrente ano, foi eleito Vice-Presidente da Assembleia das Regiões da Europa e muito recentemente foi eleito Vice-Presidente do partido da União da Democracia Alemã em toda a Alemanha.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Pelas razões que sumariamente aponte, estamos perante uma personalidade relevante da vida política europeia que nos vem precisamente falar do papel das Regiões no processo de construção da Europa. Não podíamos ter conferencista mais habilitado que o Presidente Teufel.

Senhor Ministro-Presidente do Governo Regional de Baden-Württemberg, está Vossa Excelência perante um conjunto de personalidades com responsabilidades no desenvolvimento local e regional: presidentes de municípios, de associações industriais e comerciais, reitores de Universidades e presidentes de Institutos Politécnicos, professores do ensino superior e técnicos de sectores da Administração Central da Agricultura, do Ambiente, do Turismo, da Educação e da Formação Profissional. É um auditório interessado no assunto de que nos vem falar.

Está, Senhor Presidente do Governo Regional de Baden-Württemberg, entre amigos, que afectuosamente o acolhem e o escutam.

Partilhe connosco as suas ideias, as suas preocupações e os seus sonhos.

Agradecemos sinceramente o apreço e a solidariedade que cultiva pela Região Centro e pode V.Exa. estar seguro que poderá continuar a contar com a reciprocidade da Região Centro em todos os planos. Aceite, por isso, o nosso muito obrigado.

PAPEL DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NO CONTEXTO DA COESÃO NACIONAL E DA COESÃO EUROPEIA(*)

Introdução

Esta comunicação consta de duas partes.

Na primeira serão apresentados alguns dados respeitantes à situação da investigação científica e desenvolvimento tecnológico para o conjunto das regiões portuguesas, incluindo as duas Regiões Autónomas das Ilhas da Madeira e dos Açores.

A segunda será focalizada na Região Centro de Portugal, de modo a permitir descrever de forma mais pormenorizada e em conformidade com os objectivos do "Ágora das Regiões Europeias", «algumas experiências concretas e políticas seguidas em matéria de investigação e desenvolvimento tecnológico», referindo também as implicações possíveis respeitantes à coesão da Comunidade Europeia. Antes de chegarmos a abordar este tópico, teremos primeiro de nos referir à coesão no espaço nacional, onde se verificam assimetrias muito acentuadas, e à coesão no interior do próprio espaço regional.

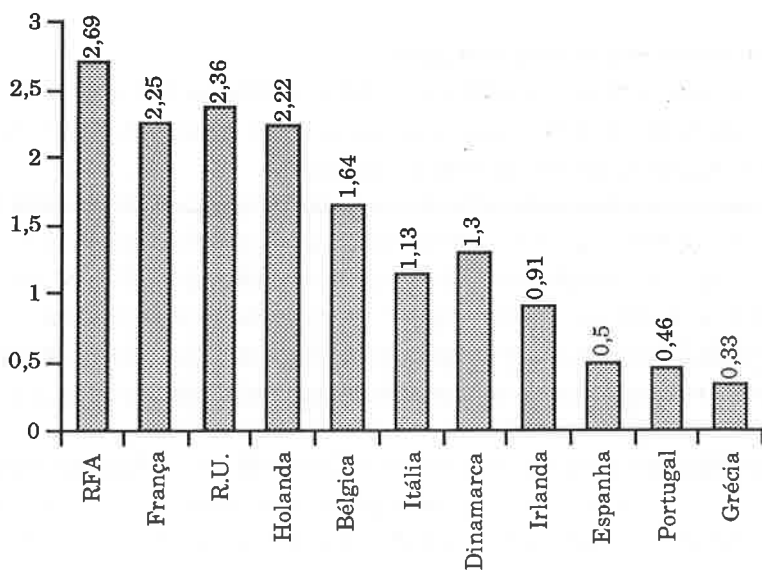
A primeira parte serve naturalmente de enquadramento geral da segunda. Importa desde já esclarecer que as grandes linhas de estratégia de desenvolvimento do sistema científico e tecnológico em Portugal são definidas pelo Ministério do Planeamento e da Administração do Território, para todo o território nacional, à excepção das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, não existindo qualquer estrutura descentralizada nos espaços regionais das NUT II, que correspondem aos territórios das Comissões de Coordenação Regional.

(*) O presente texto contou com a colaboração do Prof. Doutor Henrique Diz, Professor Catedrático da Universidade de Aveiro e serviu de apoio à exposição oral que o primeiro autor apresentou na "Conferência Consensus-Fast – Science, Technologie et Cohésion Communautaire" em Louvain-la-Neuve, no dia 3 de Dezembro de 1992.

1. Características globais do sistema de investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT) em Portugal

Em 1986, Portugal apresentava neste domínio indicadores muito mais baixos do que os indicadores dos restantes países da Comunidade Europeia. Por um lado, o volume de investimento dedicado à investigação não atingia o valor de meio por cento do produto interno bruto (0,46% do P.I.B.). Por outro lado, o número de pessoas que trabalhavam nas actividades de IDT era extremamente exíguo não ultrapassando o valor de 1% relativamente ao conjunto da população activa. Tanto o primeiro como o segundo indicador são três a quatro vezes inferiores aos valores da média dos países da Comunidade. Os Gráficos 1 e 2 são a este respeito muito ilustrativos.

Gráfico 1
Despesa total de I&D em % do PIB
Países da CEE – 1986

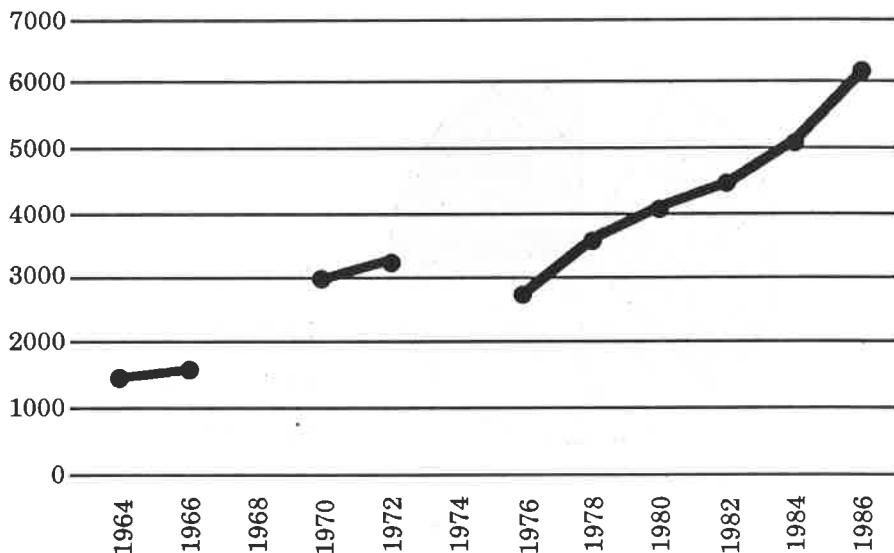


Fonte: OCDE. Banco de Dados DISTI, Abril 1989

Gráfico 2

Evolução da despesa total em I&D, a preços constantes, em Portugal (1964-86)

10⁶ Esc. (ano base: 1980)



Fonte: SEFOR/JNICT

A escassez de investimentos neste domínio tem constituído regra durante décadas. Por conseguinte, é fácil compreender as carências enormes em infra-estruturas básicas *materiais* (instalações e equipamentos) e *imateriais* (pessoal especializado, intercâmbio de experiências, formação de redes, apoio à internacionalização).

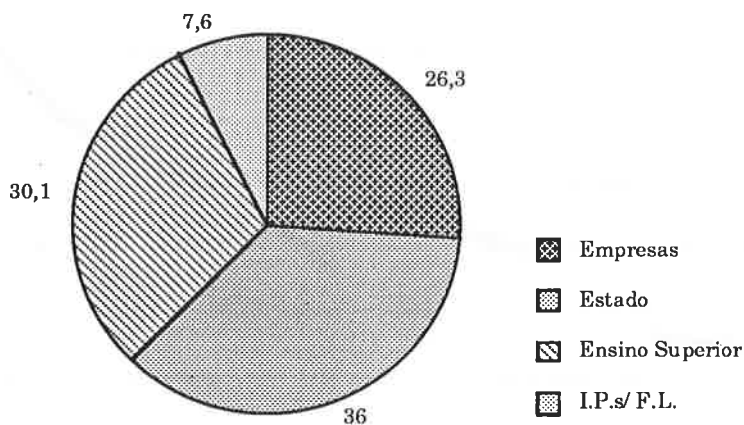
As Universidades e os Institutos Superiores Politécnicos, de criação recente, debatem-se com enormes dificuldades, quer no que se reporta a infra-estruturas e equipamentos quer no que toca à constituição de equipas de investigadores susceptíveis de realizar projectos com dimensão competitiva. Encontrando-se distribuídas, de forma equilibrada por todo o território nacional, as instituições de ensino superior têm constituído, em grande parte, um antídoto à centralização excessiva em recursos materiais e humanos investidos nos Laboratórios Estatais sediados em Lisboa. Com efeito, o Estado constitui o principal agente financiador das actividades de IDT com cerca de 64% do volume total de investimento, enquanto que o sector empresarial depende 26%.

O papel que as empresas desempenham neste domínio é, por conseguinte, muito reduzido. Deste modo, é igualmente muito escassa a transferência de conhecimentos resultantes dos

laboratórios e universidades do Estado para o domínio das actividades produtivas. Os Gráficos 3 e 4 são, a este respeito, muito ilustrativos.

Gráfico 3

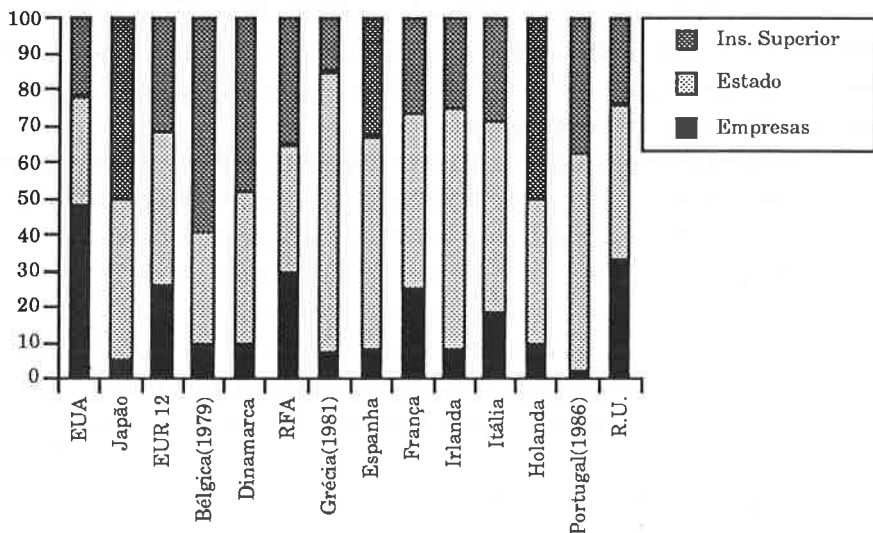
Repartição da despesa em I&D por sector de execução – 1986



Fonte: SEFOR/JNICT

Gráfico 4

Repartição do financiamento público da despesa em I&D por sector de execução – 1985



Fonte: OCDE, Banco de Dados da DISTI, Janeiro 1988

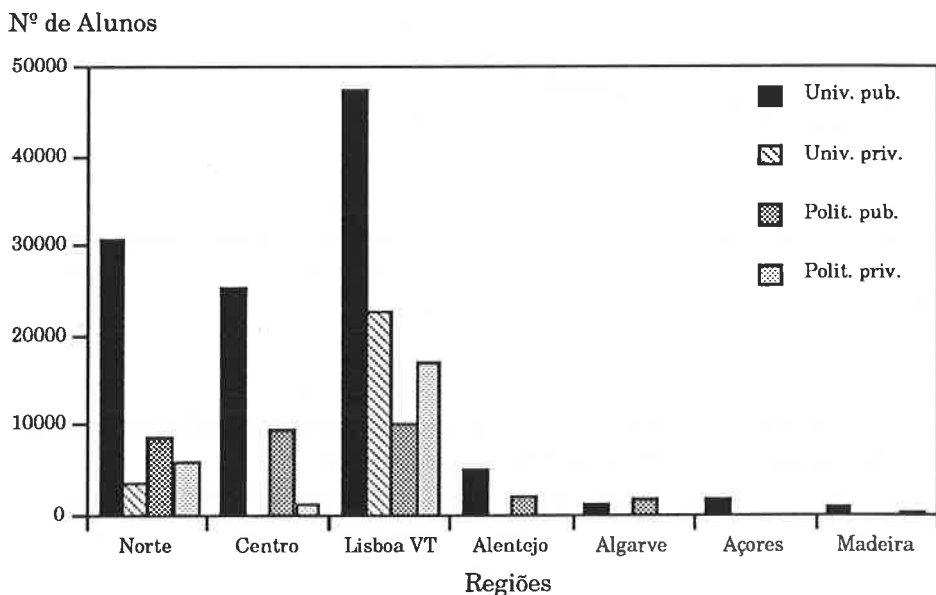
Quando analisamos a distribuição regional dos indicadores de investimentos e de recursos humanos no sistema IDT evidenciam-se assimetrias acentuadas. Uma decorre da concentração dos Laboratórios e Institutos estatais na capital do País e faz com que aí se dispendam 72% do investimento e que 69% do pessoal de investigação aí trabalhe, isolando, deste modo, Lisboa do resto do País, incluindo o Norte (com valores de 12% e 14%, respectivamente) e o Centro (com valores de 10% a 11%).

A segunda linha de separação isola as três regiões acima referidas, do Alentejo, do Algarve, dos Açores e da Madeira, que, no seu conjunto, absorvem 6% das despesas e dos efectivos:

Estas diferenças encontram-se reflectidas no Mapa 1 em anexo e no Gráfico 5 respeitantes ao número de alunos que, em 1991-92, frequentavam o ensino superior público.

Gráfico 5

Distribuição regional dos alunos por tipo de estabelecimento (1991)



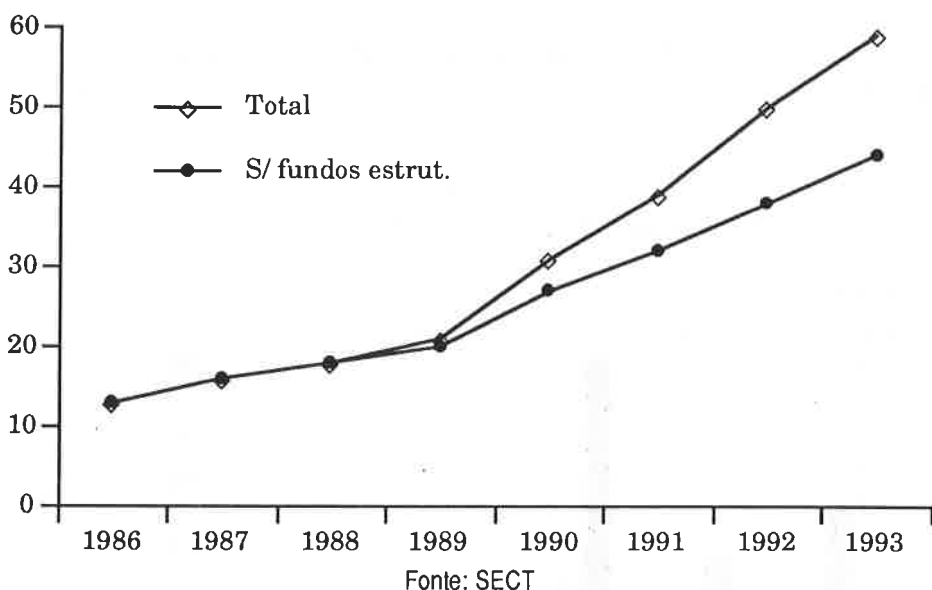
2. Evolução recente: influência positiva dos programas comunitários

No âmbito do Q.C.A. que teve início em 1989 e cuja execução termina em 1993, foi realizado um grande esforço de recuperação do atraso no sistema de IDT português, por

intermédio dos Programas CIÊNCIA, PEDIP e PEDAP visando principalmente o financiamento de infraestruturas e equipamentos, por um lado, e de bolsas de formação avançada, por outro lado.

Esse esforço traduziu-se já no aumento de 0.46% para 0.60% do investimento público nas despesas de IDT, conforme o Gráfico 6 claramente indica.

Gráfico 6
Evolução do financiamento da despesa em I&D



O Programa Ciência teve como um dos seus objectivos principais a correcção das assimetrias existentes entre Lisboa e as diversas regiões do País.

Os dados estatísticos já disponíveis apontam no sentido de uma distribuição regional mais equilibrada, com tendência para alguma correcção, embora a Região de Lisboa e Vale do Tejo continue a absorver cerca de 50% do total no conjunto dos três programas.

Tanto a Região Norte como a Região Centro conseguem absorver a quase totalidade do investimento restante. Com efeito, as outras quatro regiões do País, sem grandes instituições de ensino superior, registam acréscimos absolutos significativos embora menos evidentes em termos relativos.

Por outro lado, o esforço de modernização do sistema de IDT nestes quatro últimos anos repercutiu-se na criação de institutos, centros de investigação, instituições de interface entre as Universidades e as Empresas.

Em alguns casos, os novos institutos são criados junto de delegações de Laboratórios Nacionais e de Centros Tecnológicos, criando-se assim as condições para a constituição de *Polos Tecnológicos* que mantêm relações com instituições congéneres portuguesas, de países da comunidade e fora dela.

No Mapa 2 (em anexo) encontra-se indicada a distribuição regional dessas infraestruturas tecnológicas.

Verificam-se, de novo, as assimetrias já anteriormente assinaladas.

Muitos dos Institutos e mesmo dos Centros Tecnológicos referenciados no Mapa 2 encontram-se em fase de instalação, como é, por exemplo, o caso da AEMITEQ, do IBILI e do Centro Tecnológico para a Biomassa e Energia. Outros, porém, como o CET, em Aveiro, e o Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro, em Coimbra, encontram-se já a trabalhar em múltiplos projectos de I&D.

A fim de disponibilizar informação de forma mais pormenorizada sobre a natureza e os objectivos de algumas das instituições de interface acima referidas, juntamos, em anexo no final do texto, fichas do CTCV, do CBE, do CENTIMFE e do IBILI.

3. Situação actual na Região Centro

A Região Centro de Portugal é caracterizada pela existência de diversas instituições de ensino superior, investigação e desenvolvimento, em diferentes sectores e em vários estágios de crescimento (Tabela 1).

Os recursos humanos afectos a actividades de investigação e desenvolvimento na Região Centro de Portugal representavam, em 1988, 11,3% do total do País com a distribuição que se pode observar na Tabela 2 (Estatísticas de 1988).

O sector do Ensino superior é o que mais fortemente contribui para os recursos humanos afectos à investigação e desenvolvimento na Região, particularmente se se considerar que uma parte significativa da contribuição dos Laboratórios do Estado (a correspondente aos Centros do INIC) e das IPSFL's se encontra, de uma ou outra forma, ligada a Universidades e, em menor grau, a Institutos Politécnicos e, ainda, que a definição adoptada pelas empresas para lugares afectos a I & D é, em muitos casos, bastante liberal, conduzindo a erros de apreciação.

A análise da distribuição do pessoal e seus graus nas Universidades e Institutos Politécnicos permite-nos, portanto, ter uma ideia da distribuição geográfica das qualificações, sendo realista admitir que o número de doutorados nas outras organizações é negligenciável. Estes dados podem encontrar-se na Tabela 3 (valores de Outubro de 1992).

Pode constatar-se, da análise dos números, que menos de 30% do pessoal docente das instituições do ensino superior tem o grau de doutor.

Tabela 1
Instituições com actividades de I & D na Região Centro

TIPO	LOCALIZAÇÃO	ACTIVIDADES
Universidades (incluindo Centros do ex-INIC)	Aveiro, Beira Interior (Covilhã), Coimbra	Ensino Superior Pós-graduação I & D Serviços
	Católica (Polos de Viseu e da Figueira da Foz)	Ensino Superior
Institutos Politécnicos	Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Viseu	Ensino Superior Desenvolvimento Serviços
Gab. Estado	INETI (Coimbra)	I & D Serviços
IPSFL's	Diversas, c/ as Univ. Públicas	I & D Serviços Formação
Centros Tecnológicos	CTCV CENTIMFE CBE	I & D Serviços Formação
Empresas	CET	I & D Serviços
	Novotecná	Desenvolvimento Serviços
	Empresas	Algumas fazem desenvolvimento

Tabela 2
Recursos humanos afectos a I & D

Área Geográfica	Sector de execução				
	Estado	Ensino Superior	IPSFLs	Empresas	TOTAL
R. Centro	164,6	826,6	18,1	216	1225,2
%	4	19,8	3,3	10,6	11,3
País	4114,2	4182,4	545	2035,8	10877,4
%	100	100	100	100	100

Tabela 3

Distribuição de docentes do Ensino Superior na Região Centro

Instituição	Docentes totais	Docentes doutorados
Universidade de Coimbra	1337	417
Universidade de Aveiro	444	112
Universidade da Beira Interior	219	44
Instituto Politécnico de Coimbra	84	7
Instituto Politécnico de Viseu	31	0
Instituto Politécnico da Guarda	25	8
Instituto Politécnico de C. Branco	43	5
Instituto Politécnico de Leiria	47	2
Total	2230	595

(só docentes com mestrado e doutoramento)

A combinação de valores apresentados nas Tabelas 2 e 3 permite concluir que a situação da Região Centro no que concerne aos recursos financeiros tem sido impeditiva de uma maior participação da I & D no esforço de desenvolvimento económico da Região e do País e, ainda, da internacionalização do sistema científico e tecnológico. Se se considerarem, ainda, o reduzido número de pessoas com grau superior à licenciatura em algumas das Universidades e na generalidade de Institutos Politécnicos, para já não falar da situação nos Centros Tecnológicos e nas empresas, poder-se-ão perceber melhor as dificuldades de coesão interna, de desenvolvimento harmonioso e de contribuição para a coesão comunitária.

Se à situação relativa aos recursos humanos adicionarmos a penúria de equipamento de investigação em algumas das organizações, de que se devem salientar os Institutos Politécnicos, e o relativo envelhecimento de outro existente em certos sectores científico-tecnológicos nas Universidades, poder-se-á perceber com mais clareza a necessidade de uma intervenção de fundo capaz de proporcionar uma mudança do sistema científico e tecnológico na Região Centro de Portugal que permita uma mais eficaz ligação do sector da investigação aos sectores da produção e serviços, uma maior internacionalização do sistema e, assim, um desenvolvimento que permita aproximar a Região da situação europeia, promovendo, através destas medidas, um reforço da coesão comunitária.

4. Programas anteriores

Os programas operacionais incluídos no QCA em curso, nomeadamente o Ciência, o PRODEP e o PEDIP, permitiram iniciar um processo de inversão da situação vivida na Região Centro. Foi assim que se assistiu a algum reforço de formação de recursos humanos a nível pós-graduado e a nível técnico, ao reforço infraestrutural de algumas instituições, com a construção de laboratórios de I & D e a aquisição de equipamento, com a promoção do reforço e alargamento das equipas de investigação e do seu grau de interdisciplinaridade, o estabelecimento de ligações entre instituições de I & D e entre estas e as empresas, a criação de novas instituições de apoio ao desenvolvimento tecnológico de que os Centros Tecnológicos podem constituir bons exemplos.

Estas realidades constituem um passo importante no processo de aproximação da Região ao todo europeu, pelo seu previsível impacto no desenvolvimento do tecido de investigação e empresarial da Região, mas também pela participação alargada de participação das equipas de investigadores portugueses de todos os sectores de actividade em programas internacionais, de que destacaremos o Programa Quadro de I & D da Comunidade Europeia. A capacidade acrescida que se obteve em domínios tão diversos como as Tecnologias de Informação e Telecomunicações, a Ciência e Engenharia dos Materiais, as Tecnologias da Produção, as Ciências da Saúde, permite esperar que o esforço desenvolvido se venha a traduzir num significativo aumento das relações Investigação-Produção e das instituições da Região com as suas congéneres europeias.

O Programa STRIDE, ao permitir o financiamento de projectos de investigação, nomeadamente aqueles que incluem cooperação internacional, contribuirá também para o reforço da Região Centro e a diminuição das diferenças para os níveis comunitários.

No entanto, alguns problemas ficaram, ainda, por resolver. Assim, os financiamentos concedidos continuam a ser insuficientes face às necessidades e capacidades da Região. É necessário prosseguir uma política de reforço das capacidades humanas, através da formação avançada de jovens pela investigação e para a investigação e o desenvolvimento. Não pode esquecer-se o reforço em investigadores das instituições, muito particularmente daquelas que menos beneficiadas têm sido, das quais será justo destacar os Institutos Politécnicos. E se o financiamento das infraestruturas foi relevante para as duas maiores Universidades públicas da Região, e não desprezável para a terceira, o mesmo se não verifica relativamente aos Politécnicos. Por outro lado, é preciso que se mantenha um reforço continuado na ligação entre as actividades de investigação e o tecido empresarial.

5. O futuro

Em resumo, poder-se-ia dizer que, muito embora o Programa CIENCIA tivesse contribuído para o reforço de algumas instituições, **ele não cumpriu, até ao momento, o objectivo**

de correcção das assimetrias que a Região Centro esperaria. De facto, o nível de despesa infraestrutural aqui efectuado manteve-se em valores percentuais que são mesmo inferiores aos correspondentes à despesa total em 1988 e as despesas em formação de pessoal não permitem a necessária recuperação sustentada.

Poderá, assim, afirmar-se que o **objectivo último** da aplicação de um programa de desenvolvimento da capacidade científico-tecnológica seria o **aumento da contribuição do sistema de investigação e desenvolvimento para o crescimento integrado da Região Centro**, através da criação de condições que permitam o estabelecimento efectivo de ligações duradoiras entre as instituições públicas e privadas de I & D e o sistema produtivo. Assim se poderá constituir a base de conhecimentos que permita o desenvolvimento e a endogeneização de metodologias e tecnologias que conduzam a um crescimento harmónico e sustentado.

A concretização deste objectivo último pressupõe a capacidade de mobilização de todas as instituições do sistema científico-tecnológico presentes na Região num esforço conjunto, recebendo de cada uma delas a contribuição específica própria que permita a utilização das valências disponíveis, numa acção de complementaridade e reforço das capacidades instaladas e a desenvolver.

Mas é, ainda, condição necessária à satisfação deste objectivo **que as instituições de I&D da Região Centro se vejam dotadas dos meios humanos e materiais** necessários à sua afirmação e ao desempenho pleno das suas actividades, com total utilização dos seus recursos e daqueles que pertencem à região.

A reduzida experiência conjunta dos centros de investigação e desenvolvimento, por um lado, e das empresas, por outro, deve, ainda, ser considerada como base de um apoio acrescido numa fase que é necessariamente de aprendizagem e de indução.

A fim de atingir estes objectivos é fundamental seguir as seguintes linhas de desenvolvimento:

- Criação de uma **estratégia de crescimento das actividades de I&D aglutinadora** dos esforços das instituições de investigação, públicas e privadas, numa estreita relação com o desenvolvimento regional, com as actividades existentes e emergentes, cujo desenvolvimento possa beneficiar com a existência de um conhecimento de base acrescido e endogeneizado.
- Criação das **condições infraestruturais necessárias ao desenvolvimento** da estratégia anterior, repartidas pela Região em função das especificidades de cada polo de desenvolvimento, numa atitude de complementaridade de equipamentos e funções.
- Criação de um corpo de investigadores e técnicos superiores e auxiliares de investigação, de acordo com as necessidades de desenvolvimento da Região, num esforço conjunto dos diversos intervenientes.

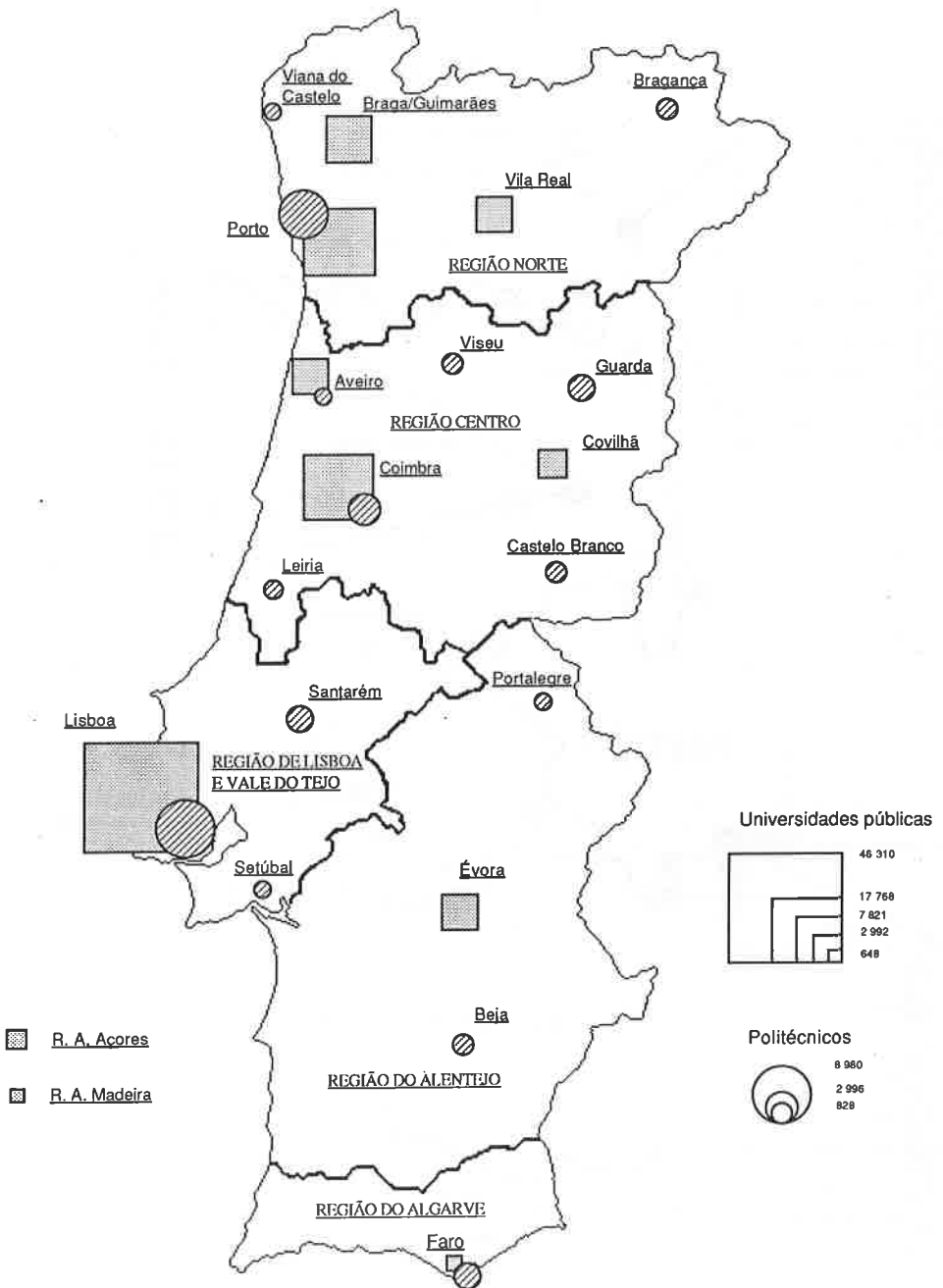
As linhas gerais assim definidas permitirão o acréscimo da capacidade de intervenção das instituições já dotadas de meios não desprezáveis, mas também o desenvolvimento daquelas que, por serem recentes ou não terem tido, ainda, a oportunidade de aumentar significativamente a sua capacidade de interacção com o meio envolvente, permanecem num estado de intervenção inferior ao requerido pelo desenvolvimento harmonioso da região.

A prossecução dos objectivos definidos no parágrafo anterior e a implementação das linhas de desenvolvimento que deles resultam pressupõem que a componente de desenvolvimento regional possa contribuir, de forma efectiva, em conjunto com a qualidade técnico-científica dos projectos, para a avaliação das candidaturas e distribuição nacional dos investimentos.

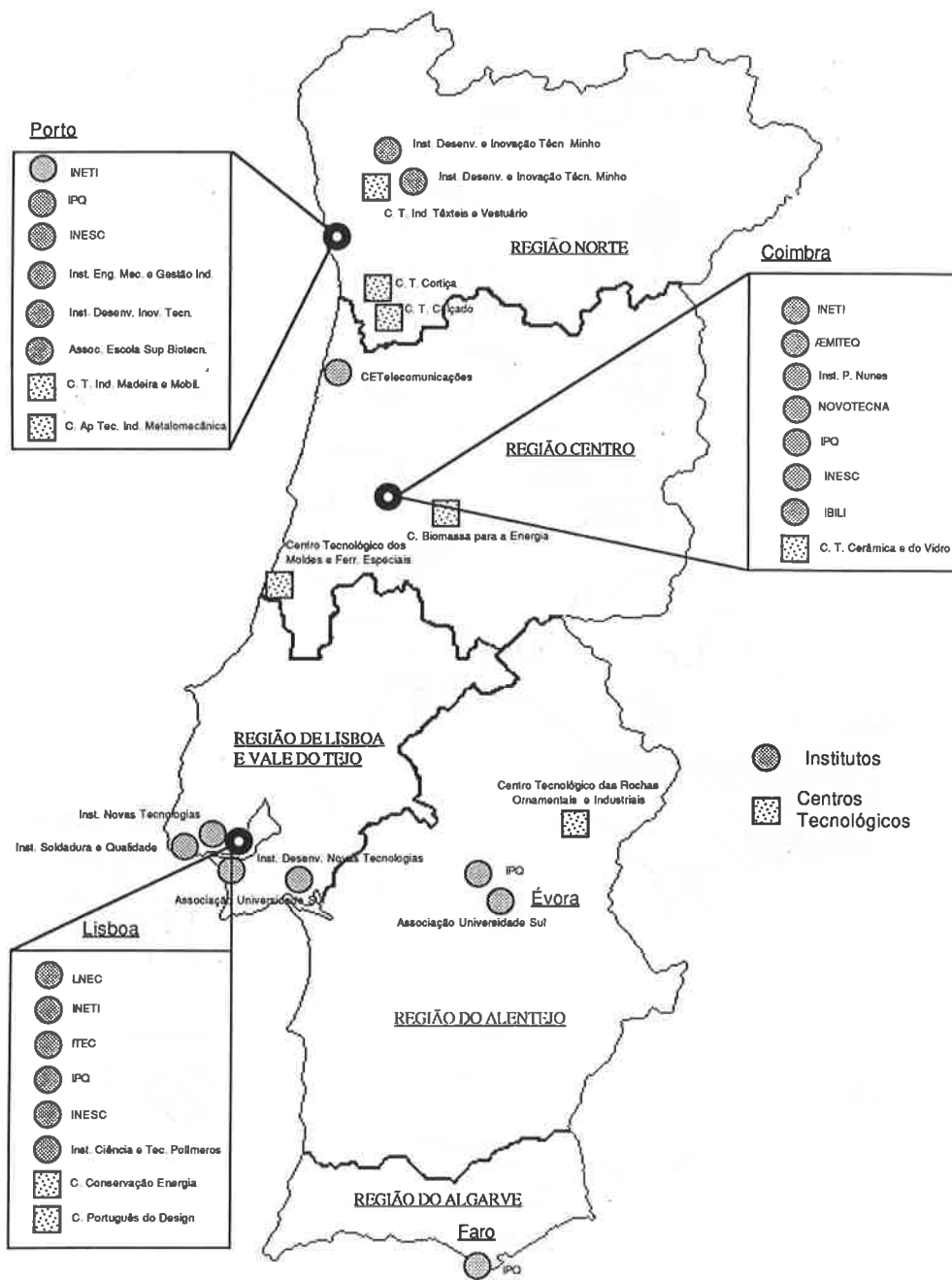
Poderá, desta forma, assumir-se que o objectivo de aproximação das capacidades da Região Centro àqueles que são características das outras regiões europeias será atingido, tendo como resultado a participação em actividades conjuntas com mútuo benefício para as partes envolvidas e aumento da coesão europeia.

Mapa 1

Alunos do ensino superior (universitário e politécnico, 1991/92)



Mapa 2
Infraestruturas tecnológicas nas regiões continentais portuguesas



CENTRO TECNOLÓGICO DA CERÂMICA E DO VIDRO

Director: Eng^o Vaz Serra e Sousa

Rua Coronel Veiga Simão
Telef.: 039-25417

3000 COIMBRA
Fax: 039-35010

Fundação: 1985

Principais Sócios Fundadores: COVINA, APICC, APC, do sector privado, e IAPMEI e LNETI, do sector público.

Objectivos:

1. Apoio técnico/científico às indústrias cerâmica e vidreira;
2. Apoio ao sector extractivo (matérias-primas) afim da área industrial;
3. Investigação aplicada e desenvolvimento na área dos novos materiais e métodos de produção;
4. Aquisição e difusão de informação relevante para o sector;
5. Certificação e normalização sectorial para produtos cerâmicos e vidreiros;
6. Estabelecimento de cooperação em rede europeia de Laboratórios de Certificação.
7. Desenvolvimento da Alta Tecnologia, nomeadamente APS, HVOF, WS.

Financiamento:

Orçamento próprio. Recurso ainda a programas de I&D, designadamente PEDIP, CIÊNCIA, VALOREN, e ao auto-financiamento através da prestação de serviços.

Apreciação:

Laboratório acreditado pelo IPQ e integra o CERLABS (European Network of National Ceramic Laboratories).

INSTITUTO BIO-MÉDICO DE INVESTIGAÇÃO DA LUZ E DA IMAGEM (I.B.I.L.I.)

Responsável: Prof. Doutor José Cunha-Vaz

Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra

3000 COIMBRA

Fundação: 1991

Sócios Fundadores: LNETI, ACIC, JABA Farmacêutica, Digital Equipment de Portugal, OFTALDER – Especialidades Dermo-Oftalmológica, Ld^a, IPE e PRODEP (componente ensino e formação).

Objectivos:

1. Responder às necessidades de desenvolvimento da indústria portuguesa nos domínios:
 - 1.1. da *instrumentação biomédica*
 - 1.2. do *ensaio de medicamentos*
 - 1.3. *novas tecnologias biomédicas*
2. Promover a investigação directamente ligada ao desenvolvimento e à inovação tecnológica nos domínios:
 - 2.1. da *engenharia biomédica* (fluorometria ocular, biossensores ópticos, ressonância magnética, engenharia imunológica, lasers, excímeros, etc.)
 - 2.2. da *investigação clínica e farmacológica* (circulação cerebral e retiniana, neurofarmacologia, etc.)
 - 2.3. da *ecologia e biomedicina* (fotossensibilidade para fármacos de utilização sistémica, fotobiologia e envelhecimento);
3. Formação contínua e de pós-graduação e investigação de base;
4. Ligação em rede com laboratórios e centros de I&D de diversas Universidades portuguesas (Aveiro, UTAD) e estrangeiras (Valladolid, Copenhaga, Londres, Milão, Leiden).

Financiamento:

PEDIP (componente de I&D), CIÊNCIA (equipamentos) e PRODEP (componente ensino e formação).

Apreciação:

O I.B.I.L.I., pelos objectivos, pela ligação às necessidades dos serviços de saúde e das empresas e ainda pela rede de ligações, tem potencialidades para se constituir como núcleo de um *Polo Tecnológico de Saúde*.

CENTRO DA BIOMASSA PARA A ENERGIA

Director: Eng^o Barbosa Ribeiro

Miranda do Corvo
Telef.: 039-52436 / 52488

3220 MIRANDA DO CORVO
Fax: 039-52452

Fundação: 1989 (constituição); 1992 (funcionamento)

Principais Sócios Fundadores: Direcção Geral de Energia, IAPMEI, LNETI, Direcção Geral das Florestas, IPE, Centro para a Conservação de Energia.

Objectivos:

1. Contribuir para a diversificação energética, pela produção de energia através da utilização da biomassa;
2. Conjuguar e coordenar esforços das diversas entidades privadas e organismos públicos no aproveitamento da biomassa;
3. Apoiar técnica e tecnologicamente as empresas na produção de energia por utilização da biomassa;
4. Realizar e dinamizar trabalhos de demonstração, de investigação e desenvolvimento, visando novas tecnologias ligadas à produção, transformação e utilização da biomassa;
5. Promover o desenvolvimento de equipamentos adequados à recolha, preparação, transformação e utilização da biomassa.
6. Promover a formação técnica e tecnológica especializada, contribuindo para a formação de pessoal qualificado nas empresas e instituições, nos domínios relativos à sua finalidade.
7. Divulgar informação técnica e tecnológica.

Financiamento:

Orçamento próprio. Recurso a Programas Comunitários onde se enquadram os objectivos do CBE.

Apreciação:

Dada a elevada dependência energética de Portugal, a criação do CBE revela-se importante no sentido de diminuir essa dependência com a utilização de recursos energéticos renováveis (lenhas, biomassa, hidroelectricidade).

CENTRO TECNOLÓGICO DA INDÚSTRIA DE MOLDES E FERRAMENTAS ESPECIAIS – CENTIMFE

Director: Eng^o José Figueiredo

Avenida do Vidreiro, 101-1^o Dt^o
Telef.: 044-569616

2430 MARINHA GRANDE
Fax: 044-569725

Fundação: 1989 (constituição); 1992 (início das actividades)

Principais Sócios Fundadores: IAPMEI, LNETI, CEFAMOL (Associação Nacional da Indústria de Moldes), APIP (Associação Portuguesa da Indústria de Plásticos).

Objectivos:

1. Acompanhar a capacidade técnica e tecnológica do sector, desenvolvendo investigação aplicada e desenvolvimento experimental, tendente à melhoria dos processos industriais e melhoria dos produtos;
2. Acompanhar a evolução tecnológica do sector;
3. Desenvolver e aplicar sistemas de gestão da qualidade, normalização, metrologia e certificação;
4. Prestar assistência técnica às empresas através de auditorias;
5. Difundir informação técnica e tecnológica;
6. Prestar formação especializada;
7. Estabelecer a ligação do sector com Centros de Investigação nacionais e internacionais.

Financiamento:

Orçamento próprio. Financiamento através do PEDIP e recurso a Programas Comunitários onde se enquadram os objectivos do CENTIMFE.

Apreciação:

Apoio a uma indústria com grande importância regional.

AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO DAS PESSOAS E DAS COMUNIDADES (*)

É com manifesta satisfação e, simultaneamente, com justificada esperança que participo nesta sessão inaugural do Curso de Promotores de Formação para o Desenvolvimento.

Tive já oportunidade de exprimir estes mesmos sentimentos quando, há cerca de dois meses, neste mesmo local se procedeu à assinatura do protocolo entre o *Instituto de Desenvolvimento Agrário da Região Centro* (IDARC) e a *Comissão de Coordenação da Região Centro* (CCRC) com vista à organização do Curso que agora se inicia, com o apoio da *Delegação Regional do Instituto de Emprego e Formação Profissional*.

Assinaei então alguns dos vários motivos pelos quais me congratulo com esta iniciativa e referi que voltaria hoje a analisá-los mais demoradamente.

É o que passo a fazer contando agora com mais um motivo de alegria e de esperança pelo facto de poder dirigir-me também aos jovens licenciados que, após o rigoroso processo de selecção, vêem os seus esforços recompensados e os seus méritos reconhecidos, ao poderem hoje iniciar mais uma etapa significativa da sua formação que os marcará como futuros técnicos de desenvolvimento, como cidadãos e igualmente como pessoas.

Um primeiro motivo de satisfação que o início deste curso me suscita prende-se com os *objectivos* que, por seu intermédio, se pretendem alcançar.

(*) Discurso proferido na Sessão de Abertura do Curso de Promotores de Formação para o Desenvolvimento realizado no Auditório da Comissão de Coordenação da Região Centro, no dia 9 de Dezembro de 1992.

Com efeito, com a organização deste curso visa-se contribuir para colmatar uma lacuna existente na Região Centro, bem como noutras Regiões do País, no domínio da formação de técnicos superiores particularmente vocacionados para a promoção da formação para o desenvolvimento local e regional. Não há desenvolvimento sem formação, i.e., sem preparação e treino de competências para a identificação e resolução de problemas que se colocam ao desenvolvimento das comunidades, das instituições e das próprias pessoas que as constituem e dinamizam.

Embora nestes últimos anos se tenha feito, em Portugal, um grande esforço no campo da formação, tanto profissional como de graduação e de post-graduação académica, falta-nos ainda percorrer muito caminho para alcançarmos níveis de especialização técnica, em quantidade e em qualidade, que nos permitam responder em tempo útil aos desafios que a recuperação dos atrasos de décadas e a modernização do País exigem. Tenho esperança de que possamos concretizar os objectivos da coesão comunitária, de forma a podermos colocar-nos num futuro próximo no pelotão da frente da comunidade europeia e da comunidade internacional. Para esse efeito, precisamos ainda de proceder a uma sistemática conjugação de esforços e à aprendizagem de coordenação de actores e de contributos complementares para o mesmo objectivo.

Em segundo lugar, é-me grato registar que o *Curso de Promotores de Formação para o Desenvolvimento* que hoje aqui se inicia recolhe inspiração na filosofia pedagógica do Curso de Jovens Agentes de Desenvolvimento, mais conhecido por J.A.D.E., que decorreu na C.C.R.C., de 1987 a 1989 (inclusivé), sob os auspícios do P.N.U.D. (Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e da O.I.T. (Organização Internacional do Trabalho).

Colaborei nessa experiência de formação dos JADES, como coordenador da área temática de *Metodologias da Acção* e devo aqui reconhecer que essa oportunidade constituiu para mim uma experiência única e valiosíssima, podendo testemunhar que também o foi para outras pessoas. Creio que foi pela minha participação no Curso dos JADES que a problemática do desenvolvimento local e regional se me revelou em toda a sua complexidade e *exigência de investigação e de acção*, de estudo e de envolvimento, de reflexão e de intervenção. Foi nele que aprofundi, quer do ponto de vista teórico quer do ponto de vista prático, a ideia e a convicção de que o desenvolvimento económico não se faz apenas com recursos financeiros porque não dispensa a mobilização e a participação das pessoas. E se gerar riqueza constitui uma meta válida de projectos, planos e programas de desenvolvimento, importa ter presente que ela constitui uma *meta intermédia* ou *instrumental* ao serviço do desenvolvimento das capacidades e das potencialidades das pessoas e das comunidades que elas constituem de acordo com a identidade cultural da sua matriz geo-histórica e com os valores que orientam as opções fundamentais da organização política. Uma meta instrumental e não um fim em si mesmo. A produção e a posse de bens valiosos está ao serviço da satisfação das necessidades das pessoas. A economia é um meio, um instrumento indispensável à concretização de objectivos de desenvolvimento das capacidades e potencialidades humanas. Os valores do *Ter* encontram-se, deste modo, ao serviço dos valores,

do Ser. Não devemos por isso ter qualquer inibição no incentivo à criação de riqueza como geradora de meios indispensáveis ao aperfeiçoamento de condições de vida mais adequadas ao desenvolvimento do Homem. O desenvolvimento económico é feito com a participação das pessoas e, sobretudo, é feito para que as pessoas possam usufruir de condições mais dignas de vida. Tenho esperança de que os promotores de formação para o desenvolvimento venham a contribuir de forma significativa para a necessária consciencialização de oportunidades e para a indispensável animação social, económica e cultural das comunidades mais carecidas de apoio técnico e, por conseguinte, para a emergência e concretização de projectos de desenvolvimento.

Um terceiro motivo de satisfação reporta-se ao facto de os organizadores deste curso terem tido a coragem de se basearem na experiência recolhida na formação dos Jovens Agentes de Desenvolvimento para colherem ensinamentos úteis à planificação e ao funcionamento deste novo curso. Entre nós esta atitude de reconhecimento e de aproveitamento explícito de experiências anteriores bem sucedidas é ainda rara.

Em vez de nos apoiarmos nessas experiências para as aperfeiçoarmos, corrigindo os pontos menos eficientes e potencializando os que alcançaram bons resultados, temos o mau hábito de não reconhecermos os méritos de iniciativas que não fomos nós a promover, desdenhando e maldizendo, preferindo começar tudo de novo, com os riscos inerentes, a apoiarmo-nos nos resultados de empreendimentos de que outros foram os responsáveis e protagonistas.

Temos uma espécie de obsessão de originalidade e perdemos assim um capital de experiência acumulada que é sem dúvida de grande utilidade. Temos medo de *imitar* e de *superar* o modelo de que partimos. Não procedem assim outros povos, designadamente o japonês. Se o objectivo é *fazer bem e produzir com qualidade*, importa *aprender* com os bons exemplos, e tentar superá-los, indo mais além, aperfeiçoando novos processos de fabrico, novas modalidades funcionais de uso dos produtos.

Pelo facto de os organizadores terem adoptado uma atitude mais descomplexada, reconhecendo que a experiência do JADE lhes poderia ser útil e de nela se terem inspirado, desejo exprimir-lhes aqui a minha admiração.

Fizeram prova de uma grande humildade que só os engrandece e que é garantia de que o curso de promotores de formação para o desenvolvimento irá certamente obter resultados ainda melhores do que os do JADE.

Estou certo de que a organização e o funcionamento deste curso beneficiarão muito da colaboração que lhe vai prestar a Dr^a Maria dos Anjos Saraiva e o Dr. António Chachulo, que no curso JADE desempenharam, respectivamente, funções de Administradora e de Coordenador da Área Temática de Economia e Gestão. Mais do que formular uma esperança, trata-se no presente caso de reiterar uma certeza.

Um quarto motivo de satisfação e de esperança reporta-se à participação de instituições diversas no lançamento deste novo curso: o IDARC, o IIEFP, a CCRC.

Esta parceria é promissora e temos aqui um exemplo da "mais valia" resultante da interacção ou da sinergia dos diversos componentes ou elementos em presença. É com acções deste tipo que se promove o progresso das comunidades e do País, e se enobrece a acção técnica e a acção política.

Felicitto, por isso, uma vez mais o IDARC e a Delegação Regional do IEFP por terem sabido dar as mãos na organização desta iniciativa.

Permitam-me que me dirija, agora, aos jovens que vão a partir de hoje iniciar um novo percurso do seu próprio desenvolvimento. As tarefas que vos esperam são aliciantes. Contribuir para o desenvolvimento local e regional constitui um desafio de grande responsabilidade que vai exigir de vós muita preparação, muita organização, muito empenhamento intelectual e afectivo. Há imensos problemas a identificar e a resolver. Há horizontes enormes para a *investigação* e para a *acção*, e para a *investigação-acção*. Para tantas tarefas a empreender todos os que agora começam não serão demais. Neste sentido, *Portugal não é um país pequeno*. É, pelo contrário, um País onde é possível e necessário trabalhar muito. Estou certo de que vão gostar. Ouso incentivar-vos a que se entreguem ao trabalho com paixão. Não regateiem esforços. Aproveitem ao máximo os vossos talentos. Procurem ser excelentes. Ao dedicarem-se deste modo ao trabalho, não será vã a vossa esperança, porque, segundo a promessa evangélica, tudo o mais vos será dado por acréscimo.

DO RECONHECIMENTO DOS ESPAÇOS REGIONAIS AO REFORÇO DA IDENTIDADE NACIONAL

A construção da Comunidade Europeia e o projecto de alargamento e de aprofundamento da União da Europa abrem aos cidadãos dos respectivos Estados-membros um novo espaço de intervenção, de participação cívica ou um novo espaço de vida.

Em todos os Estados-membros, a integração neste espaço mais alargado tem sido percebido e avaliado, por um número significativo de cidadãos, como envolvendo riscos de esbatimento da identidade das comunidades locais, regionais e, até mesmo, nacionais.

No entanto, nem a afirmação da eventual existência de riscos dessa natureza nem mesmo o reconhecimento de factores que os determinam são capazes de demonstrar que exista incompatibilidade objectiva entre os processos de identificação local, regional e nacional e os processos de identificação dos cidadãos dos Estados-membros com o espaço de vida mais alargado que é a Europa. O reconhecimento dos riscos de "perda de identidade" traduz, em nosso entender, a *falta crescente* de uma *consciencialização* e *valorização* das identidades locais, regionais e nacionais por parte dos cidadãos e por parte das instituições que deveriam promovê-las. Traduz designadamente a carência de consciencialização, de valorização e difusão de um *património de relações* históricas e culturais entre os diversos Estados-membros, entre diversos espaços de vida de âmbito regional e nacional, que fundam uma *identidade europeia*, que deverá ser afirmada, transposta em *imagens* e difundida para poder ser partilhada, assimilada e interiorizada.

A afirmação e a consciencialização de *diferentes níveis de identidades*, locais, regionais, nacionais e comunitárias, não são incompatíveis entre si. Indispensável é "descobrir" ou "percepcionar" a estrutura ou o sistema de relações entre os diversos elementos constitutivos do

conjunto, ou seja, a *rede das respectivas interações*. É importante sublinhar que para o enriquecimento do conjunto torna-se imprescindível a diversidade de contributos múltiplos.

A homogeneização de níveis de desenvolvimento que o princípio de coesão pretende alcançar não significa a abolição ou sequer o esbatimento de *diferenças qualitativas* de natureza cultural, linguística, paisagística e arquitectónica, que, pelo contrário, importa preservar e valorizar como factores de enriquecimento recíproco e de desenvolvimento.

A eventual existência de riscos de esbatimento da identidade nacional a que acima aludimos vem, por conseguinte, pôr em relevo a necessidade de reconhecimento e de afirmação da identidade de diversos espaços de vida e da inventariação dos processos psico-sociais por intermédio dos quais os cidadãos a interiorizam, identificando-se com ela.

No caso de Portugal, a identificação dos cidadãos com o espaço nacional e com o espaço local são fortes. Por razões de ordem histórica, linguística e cultural, é significativa e culturalmente relevante a identificação dos portugueses com outros espaços geográficos repartidos por vários continentes desde a América à Ásia e da África à Austrália. Temos uma experiência e uma vocação específica de comunicação e de convivência com outros povos que nos é muito própria e que Gilberto Freire celebrou como uma "civilização luso-tropical", *única e identificável* por um conjunto coerente de características peculiares. Há, porém, um *espaço de vida*, inequivocamente referenciado e identificável, relativamente ao qual a afirmação não tem sido realizada e a consciencialização da identificação parece suscitar algumas resistências. Refiro-me, naturalmente, ao *espaço regional*, como espaço intermediário entre o *espaço local*, de raiz municipal, e o *espaço nacional*. A questão enunciada merece uma análise objectiva e aprofundada que aqui não pode naturalmente ser feita. Não seria este nem o local nem o momento apropriados. Vale a pena, todavia, reconhecer que a inexistência de uma tradição administrativa de dimensão regional não significa ausência ou inexistência de "elementos" característicos de uma identidade específica dos espaços correspondentes às NUTES II, às unidades territoriais para fins estatísticos. Para além da identidade linguística, histórica e cultural, base comum de uma *sólida unidade nacional*, é negável a existência de características próprias, fundamentalmente de base geográfica e etnográfica, que diferenciam as várias "provincias" integradas em cada uma das NUTES II.

O reconhecimento, a afirmação e a valorização desta diversidade constituem uma fonte de enriquecimento cultural do País e um contributo não desprezível para a afirmação de Portugal na Europa e no Mundo.

Assim, por exemplo, no que respeita ao espaço de vida correspondente à NUTE II da Região Centro, é negável a existência de uma matriz de identidade fortemente enraizada numa realidade geográfica e etnográfica de que a história e a toponímia deixaram múltiplos e riquíssimos testemunhos. As Beiras, apesar das diferenciações de relevo, da assimetria ainda existente entre o interior e o litoral, provocada pela concentração de actividades produtivas na

faixa costeira devido à facilidade das comunicações e de transporte, e ainda das áreas de transição com o Alentejo, a sul, e com o Minho e Trás-os-Montes, a Norte, têm inequivocamente uma identidade irrecusável, que os próprios habitantes se apressam a reconhecer com mais facilidade quando se encontram fora do território, criando as *Casas das Beiras* para se sentirem "em casa", do que quando se movem no interior que lhes é familiar e a que o isolamento das serras os habituou.

Considerações de natureza similar podem ser explicitadas a propósito da existência de características específicas, dos diversos espaços regionais correspondentes às NUTE II do Algarve, do Alentejo, de Lisboa e Vale do Tejo e da Região Norte, e em que se fundam as identificações regionais dos respectivos habitantes.

Perante o processo de esbatimento de fronteiras entre os Estados-membros, decorrente do aprofundamento da comunidade europeia e da participação crescente em decisões que dizem respeito a espaços de vida mais vastos, importa revitalizar as raízes de afirmação da identidade nacional, não por um impulso de nacionalismo saudosista mas como condição indispensável de Portugal dar uma contribuição qualitativa, única e competitiva, ao desenvolvimento da Europa.

Para além de factor de afirmação de Portugal no processo de desenvolvimento do espaço comunitário, a identificação e o reconhecimento dos espaços regionais constitui também condição de reforço do processo democrático por força da aproximação e da participação acrescida dos cidadãos no diagnóstico dos problemas a enfrentar e na escolha dos meios adequados à sua resolução.

Trata-se, sem dúvida, de um *processo lento* que tem de assentar na *vivência das pessoas*, na sua consciencialização de uma realidade algo complexa e de dimensão intercalar entre o espaço municipal e o espaço nacional, *progredindo*, deste modo, *de baixo para cima*, sem os atrasos e os fracassos que as imposições legislativas frequentemente acarretam em domínios de organização social, onde as pessoas e a sua motivação constituem os actores fundamentais de eficácia assegurada.

O modelo a seguir neste processo deverá respeitar a especificidade do País e, neste, a diferença entre as ilhas atlânticas e o espaço continental. O modelo institucional das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores justifica-se prioritariamente pela distância geográfica, não sendo o mais adequado às condições específicas dos espaços regionais no território do continente. O mesmo se poderá afirmar relativamente a modelos de organização de instituições regionais de países como a Espanha e a Alemanha onde o processo de regionalização tem fortes raízes históricas e culturais.

A adopção de modelos semelhantes a estes seria inconsistente com a nossa especificidade e com as nossas tradições de centralização, por um lado, e municipalista, por outro. Em conformidade com a nossa especificidade geo-histórica, linguística e cultural, o modelo de organização das regiões administrativas teria de revestir características próprias, de natureza muito leve, de

grande flexibilidade funcional, susceptível de assegurar a articulação e a coordenação entre diversos serviços que o movimento de descentralização tem vindo a situar nos espaços territoriais correspondentes às NUTES II.

O processo de integração de Portugal na Comunidade Europeia exige um esforço acrescido na planificação, selecção e acompanhamento dos empreendimentos de desenvolvimento local e regional e exige igualmente um esforço de afirmação de Portugal no interior da Comunidade Europeia e no Mundo.

A recuperação dos atrasos estruturais que ainda possuímos conheceu, na última década, avanços significativos e não pode, por isso, abrandar. Requer, pelo contrário, uma aceleração no ritmo e mudanças organizativas susceptíveis de envolver um maior número de actores e de agentes de desenvolvimento empenhados na avaliação das realidades e na execução de projectos de dimensão maior do que as realidades e os projectos de base municipal.

Na condição de seguir um processo apoiado na *vivência* partilhada de problemas e de projectos de aproveitamento e de valorização do património paisagístico e etnográfico comum, e igualmente fundado na experiência de formas institucionis de articulação e de coordenação de orientações sectoriais descentralizadas, a constituição de regiões administrativas, segundo um *modelo organizativo leve*, tem virtualidades para reforçar o papel e o peso de Portugal no processo de aprofundamento da comunidade europeia.

As transformações profundas que recentemente se verificaram na Europa do Leste nos planos político, social e económico, ao mesmo tempo que demonstraram as fragilidades de um regime fechado, não-democrático, centralizador e colectivista, induziram, indirectamente, nos países da Comunidade um movimento de renovação e de aprofundamento das instituições democráticas no sentido de aperfeiçoar, de forma contínua, o funcionamento da sociedade aberta, que requer uma maior informação aos cidadãos acerca dos motivos das decisões, uma mais efectiva aproximação dos cidadãos aos problemas e uma participação mais regular no processo de consulta e de preparação das tomadas de decisão.

Perante esta realidade em movimento, Portugal não poderá fechar-se na sua situação periférica como forma de evitar o esforço que toda a mudança necessariamente envolve. Não podemos envolver-nos no equívoco que a palavra regionalização em geral comporta e que dificulta o exercício de *clarificação de sentido* em conformidade com as especificidades dos nossos *espaços de vida* regionais e da experiência de parceria recolhida nos últimos anos na planificação, execução e acompanhamento de programas de desenvolvimento local e regional. Não podemos inibir-nos perante o impacto de uma palavra que tem sentidos múltiplos, designando realidades muito distintas da que se adequa às nossas condições. Não temos que ter medo das palavras e de examinar quais as mudanças que podemos introduzir, de forma a adequar a nossa realidade à dinâmica do processo histórico em curso quer no sentido de uma exigência de renovação do regime democrático quer no sentido de um alargamento e aprofundamento da Comunidade Europeia.

Introduzindo essa mudança organizativa de natureza leve na nossa estrutura administrativa, Portugal participa no movimento de renovação institucional da Europa, ao mesmo tempo que preserva as suas tradições, afirmando-se como um *projecto único* com um modo muito próprio de estar no mundo, de sentir e de exprimir o fluxo da Vida numa língua que o persistente convívio com o mar tornou mais líquida, mais flexível e também mais apta à comunicação, convivência e cooperação com outros povos.

ÍNDICE

	Pág.
APRESENTAÇÃO.....	5
UM DESAFIO MOTIVADOR	
Discurso proferido no acto de posse de Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, realizado em Coimbra, no dia 31 de Janeiro de 1992.....	9
RESPEITO E ADMIRAÇÃO PELAS DIFERENÇAS	
Alocução de boas-vindas à Delegação do Estado de Baden-Württemberg da Alemanha Federal que se deslocou à Região Centro, de 10 a 12 de Fevereiro de 1992.....	15
TAREFAS MÚLTIPLAS E DIVERSIFICADAS – DO PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL À COOPERAÇÃO INTERREGIONAL E À CONSTRUÇÃO EUROPEIA	
Introdução do <i>Programa de Actividades para 1992</i> da C.C.R.C., apresentado ao Conselho da Região e ao Conselho Coordenador no início de Março de 1992.....	17
DESENVOLVIMENTO PESSOAL E VOCACIONAL DOS JOVENS: PAPEL DA FAMÍLIA, DA ESCOLA E DOS SERVIÇOS DE PSICOLOGIA E DE ORIENTAÇÃO	
Comunicação apresentada na Conferência Europeia "Pais e Escola, Parceiros na Orientação", realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, de 23 a 25 de Março de 1992.....	27
SISTEMA EDUCATIVO E DESENVOLVIMENTO PESSOAL, INTERPESSOAL E COMUNITÁRIO – ALGUNS REQUISITOS PARA UMA MUDANÇA IMPRESCINDÍVEL	
Reprodução do artigo publicado no número 1 de <i>Desenvolver</i> – Boletim da ADICES – baseado na comunicação apresentada no Seminário Internacional sobre <i>Serviços e Desenvolvimento numa Região em Mudança</i> , realizado na CCRC, em 23 e 24 de Janeiro de 1992.....	37
SOBRE A VISIBILIDADE DA REGIÃO COMO FACTOR DE ATRACÇÃO, DE IDENTIFICAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO	
Palavras proferidas na sessão de encerramento do Seminário sobre <i>Exclusão Social e Turismo Rural</i> , realizado, em Almeida, nos dias 7 a 9 de Maio de 1992.....	43

FACTORES PSICOSSOCIAIS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL. DA
CONSCIÊNCIA DA IDENTIDADE DA REGIÃO À MOTIVAÇÃO E PARTICIPAÇÃO
INDISPENSÁVEL DOS CIDADÃOS

Comunicação apresentada no Colóquio "*O Desenvolvimento Local: uma política a favor das regiões e dos cidadãos*", realizado no Casino da Figueira da Foz, em 25 de Maio de 1992.....

47

O TODO É ALGO MAIS DO QUE A SOMA DAS PARCELAS

Comunicação apresentada na sessão de abertura do Seminário *A Região Centro e o Reforço das Estruturas Empresariais* que se realizou na C.C.R.C., no dia 29 de Maio de 1992.....

53

A REGIÃO CENTRO E O REFORÇO DAS ESTRUTURAS EMPRESARIAIS

Introdução das Actas do Seminário homónimo e Debate Prospectivo.....

57

A IDENTIDADE DA REGIÃO CENTRO – CONTRIBUTOS PARA UM MODELO
POLICÊNTRICO E INTERACCIONISTA DO DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA
REGIÃO DAS BEIRAS

Comunicação apresentada no *II Encontro da Associação de Gestores das Universidades Portuguesas – A Universidade como Pólo de Desenvolvimento*, no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, de 18 a 19 de Maio de 1992.....

59

DOS PROBLEMAS LOCAIS E REGIONAIS À INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Intervenção na abertura do *Colóquio sobre Mel de Montanha, Produto de Qualidade*, realizado no Auditório da Comissão de Coordenação da Região Centro, no dia 13 de Março de 1992.....

85

RECONSTRUÇÃO DA EUROPA OU CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA EUROPA?

Discurso proferido no encerramento do curso "*Formation des Développeurs Communautaires*", realizado, em Coimbra, nos dias 1 a 5 de Junho de 1992.....

87

APRESENTAÇÃO DOS *CONTRIBUTOS PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 94-99*

Preâmbulo do volume acima referenciado, enviado ao Senhor Ministro do Planeamento e da Administração do Território, em 31 de Julho de 1992.....

89

A ARTE, FACTOR DE DESENVOLVIMENTO

Apresentação do *Catálogo 4 Pintores da Região Centro* organizado para a Exposição realizada no "Espaço de Poitou-Charentes em Sevilha", de 27 de Setembro a 3 de Outubro de 1992.....

91

FERNÃO MENDES PINTO, NAVEGADOR E COMERCIANTE, DIPLOMATA E ESCRITOR, NATURAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Prefácio da publicação *De Montemor-o-Velho às Ilhas do Japão: A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto e o Encontro de Culturas*, conferência do Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro proferida no Consulado-Geral de Portugal em Sevilha, em 29 de Setembro de 1992.....

93

A COOPERAÇÃO ENTRE BADEN-WÜRTTEMBERG E A REGIÃO CENTRO DE PORTUGAL

Alocução de boas vindas e apresentação do Senhor Erwin Teufel, Ministro-Presidente do Estado de Baden-Württemberg, por ocasião da visita à Região Centro e da conferência que proferiu sobre o *Papel das Regiões no processo de construção da Europa*, na C.C.R.C., no dia 5 de Novembro de 1992.....

97

PAPEL DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NO CONTEXTO DA COESÃO NACIONAL E DA COESÃO EUROPEIA

Exposição apresentada na "Conferência Consensus-Fast – Science, Technologie et Cohésion Communautaire" em Louvain-la-Neuve, no dia 3 de Dezembro de 1992.....

101

AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO DAS PESSOAS E DAS COMUNIDADES

Discurso proferido na Sessão de Abertura do *Curso de Promotores de Formação para o Desenvolvimento* realizado no Auditório da C.C.R.C., no dia 9 de Dezembro de 1992.....

119

DO RECONHECIMENTO DOS ESPAÇOS REGIONAIS AO REFORÇO DA IDENTIDADE NACIONAL.....

123

Composto e Impresso
na Secção de Offset da
Comissão de Coordenação da Região Centro

Concluído em Junho de 1993

Tiragem: 1000 exemplares

No conceito de *espaço de vida* está naturalmente incluído o conceito de pessoa, como agente de percepção, de valorização e de acção. As pessoas não se desenvolvem no isolamento, mas em interacção com situações *significativas* que constituem o seu campo psicológico ou o seu *espaço de vida*.

É nesta medida que o destino do homem está intrinsecamente ligado ao destino dos seus *espaços de vida*.

Apresentação

Perante o processo de esbatimento de fronteiras entre os Estados-membros, decorrente do aprofundamento da comunidade europeia e da participação crescente em decisões que dizem respeito a *espaços de vida* mais vastos, importa revitalizar as raízes de afirmação da identidade nacional, não por um impulso de nacionalismo saudosista mas como condição indispensável de Portugal dar uma contribuição qualitativa, única e competitiva, ao desenvolvimento da Europa.

*Do reconhecimento dos
espaços regionais ao reforço
da identidade nacional*



COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO